

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial

**Itabirito, um centro urbano emergente,
seu papel e suas transformações.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre.

Área de Concentração: Análise Espacial

Linha de Pesquisa: Estudos Urbanos e Regionais

Orientador: professor Dr. Altino Barbosa Caldeira

Mestrando: Maria da Graça Aguiar de Moura

Belo Horizonte

2007

Maria da Graça Aguiar de Moura

**Itabirito, um centro urbano emergente,
seu papel e suas transformações**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre.

Área de Concentração: Análise Espacial Linha de Pesquisa: Estudos Urbanos e Regionais

Orientador: professor Dr. Altino Barbosa Caldeira

Belo Horizonte

2007

Título: Itabirito – um centro urbano emergente, seu papel e suas transformações.

Autor: Maria da Graça Aguiar de Moura

Data de Defesa: 14 de setembro de 2007

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Altino Barbosa Caldeira
(PUC-MINAS, Orientador)

Prof. Dr. José Irineu Rangel Rigotti
(PUC-MINAS)

Prof. Dr. Alexandre Magno Alves Diniz
(PUC-MINAS)

Aos meus queridos pais, Aretuza e José, porto seguro de sempre.

Ao meu irmão Marcos Aguiar de Moura, Marquinho, por seus dezenove anos de vida e doçura, estrela de brilho constante.

Aos meus irmãos e irmã e, especialmente, aos meus sobrinhos, à Pérsia e ao Pablo, pois o conhecimento nos alimenta, abre horizontes e se aplicado na melhoria de vida das pessoas nos leva a um modo de vida onde o outro sempre importa.

AGRADECIMENTOS

Ao meu querido marido Gastão, companheiro incansável de todos os turnos e jornadas.

Aos meus pais, Aretuza e José, por tudo.

Ao meu irmão Vitor Moura pelo apoio, principalmente nos momentos difíceis e à Luciana Alt.

À Amanda Ribas, Clarissa Bastos, Cristiane Botelho, Lorena Romão, Marina Salgado, e Vitor Teófilo, pela grande colaboração.

Às equipes da Secretaria do Patrimônio Cultural e Turismo e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Itabirito.

Às pessoas comuns, moradores e trabalhadores da cidade de Itabirito.

Ao Altino Barbosa Caldeira, pela incessante e atenta presença como orientador.

Ao professor Oswaldo Bueno Amorim Filho, pelo despertar para o pensamento geográfico.

Aos professores Prof. Dr. Aurélio Muzzarelli, Prof. Dr. Heinz Charles Kohler, Prof. Dr. João Francisco de Abreu, Prof. Dr. Leônidas Conceição Barroso e ao Prof. Dr. José Flávio Morais Castro.

À Fátima Nogueira e ao Francisco Cortezzi.

Aos colegas do Departamento de Arquitetura e Urbanismo.

RESUMO

A partir das décadas de 1950 e 1960, importantes estudos, iniciados na França, demonstraram que as cidades de porte médio, em geral, desempenhavam um notável papel no equilíbrio e no funcionamento das redes urbanas nacionais e regionais.

Posteriormente, na década de 1970, novas abordagens demonstraram que as posições geográficas das aglomerações, e suas funções de intermediação dentro das redes urbanas, seriam provavelmente mais importantes que seu tamanho demográfico, na identificação e na caracterização das cidades médias.

Tais conceitos, reunidos à idéia de “pólo de crescimento”, resultaram, ainda nos anos 1970, na política de planejamento urbano e regional do *aménagement du territoire*, na França.

No Brasil, nomeadamente em Minas Gerais, desenvolveram-se políticas de planejamento urbano voltados para as cidades médias. Entretanto, o foco das estratégias regionais se perdeu em favor de políticas mais pontuais.

Já nos anos 1990, novos atributos foram valorizados nas cidades médias e em seu papel nas redes urbanas, tais como o bom nível de qualidade de vida, a preservação dos patrimônios naturais e culturais e a identidade das cidades.

Num país como o Brasil, marcado por imensa heterogeneidade social, cultural e econômica, tornou-se expressiva a variabilidade hierárquica das cidades e as relações nos sistemas urbanos nas quais estão inseridas. Na década de 1980, um novo nível hierárquico de cidades foi identificado em Minas Gerais, os *centros urbanos emergentes*.

Desde então, um novo foco investigativo se iniciou através destes centros, nem médios, nem pequenos, mas nos *limites* de transposição para uma hierarquia superior. Novas contribuições epistemológicas enriqueceram os estudos para as definições desta categoria de cidades e seus limiares de transição para cidades de porte médio.

Muito além de uma classificação, a atenção que atualmente é dada aos centros urbanos emergentes mais dinâmicos e em vias de ser tornarem referenciais regionais, significa uma contribuição para o conhecimento estratégico nas áreas de planejamento e desenvolvimento urbanos.

Para o equilíbrio das relações entre cidades nas redes urbanas regionais, esta contribuição se torna essencial, pois, cada vez mais, os centros urbanos estão sendo caracterizados pelo adensamento espacial, derivados da concentração de investimentos, de mão-de-obra, de funções e de serviços.

O objetivo deste trabalho de pesquisa sobre a cidade de Itabirito é contribuir para a visão que preconiza o fortalecimento das cidades médias e pequenas, dado o papel das mesmas de intermediação nas relações entre o campo e as cidades de grande porte, e, desta forma, contribuir para um maior equilíbrio regional.

Palavras-chave: Centros urbanos emergentes. Cidades médias e centros urbanos hierarquicamente menores. Equilíbrio das relações entre cidades nas redes urbanas regionais. Itabirito hoje.

ABSTRACT

As from the 50's and 60's important studies, that started in France, demonstrated that the medium size cities, in general, played a notable role in the balance and functioning of the national and regional urban nets.

Later, in the 70's, new approaches demonstrated that the geographic positions of the agglomerations and their intermediation functions inside of the urban nets would probably be more important than its demographic size in the identification and characterization of medium size cities.

Such concepts, joined to the idea of "growth center", resulted, still in the 70's, in the urban and regional planning policy of *aménagement du territoire*, in France.

In Brazil, especially in Minas Gerais, urban planning policies have been developed towards the medium cities. However, the focus of the regional strategies was weakened on behalf of short term policies.

In the 90's, new characteristics were valued in the medium cities and in their role in the urban nets, such as the good level of life quality, the preservation of the natural and cultural patrimonies and the identity of the cities.

In a country like Brazil, marked by a huge social, cultural and economic heterogeneity, the hierarchic variability of the cities and the relations within the urban systems in which they are inserted became significant. In the 80's, a new hierarchic level of cities was identified in Minas Gerais, the emergent urban centers.

Since then, a new investigative focus has been initiated through these centers, neither medium nor small, but in the transposition limits for a superior hierarchy. New epistemological contributions have enriched the studies for the definitions of this city category and their transition thresholds for medium size cities.

More than a classification, the attention that is currently given to the most dynamic emergent urban centers and in about to-be regional centers, means a contribution for the strategic knowledge in the urban planning and development areas.

For the balance of the relations between cities in the regional urban nets, this contribution has become essential, for the urban centers are being increasingly characterized by the spatial densing, derived from the investments, manpower, functions and services concentration.

This research about Itabirito city aims at contributing to the understanding that stipulates the empowerment of the medium and small cities, considering their role in the intermediation of the relations between the countryside and the big cities, and, therefore, contributes to a greater region balance.

Key-words: Emergent urban centers. Medium cities and lower hierarchic urban centers. Balance of the relations between cities in the regional urban nets. Itabirito now.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 Mapa 1 – Localização na microrregião, em Minas e no Brasil
- Figura 2 Mapa da Comarca do Rio das Velhas de 1734/1735
- Figura 3 Mapa da Comarca do Rio das Velhas de 1734/1735 (ampliação)
- Figura 4 Itabira do Campo – 1902 (fotografia acervo particular)
- Figura 5 Praça da Estação, Itabirito, 1940 (fotografia acervo particular)
- Figura 6 Mapa 2 – Sede e Distritos do município e municípios limítrofes
- Figura 7 Gráfico – Cobertura vegetal e uso do solo de Itabirito – 2003
- Figura 8 Mapa 3 – Unidades de Planejamento da sede e Bairros
- Figura 9 Cartograma 1 – Zona Pericentral Norte - Indústrias
- Figura 10 Cartograma 2 – Zona Pericentral Norte – Avenida principal
- Figura 11 Cartograma 3 – Zona Pericentral Centro - comércio e serviços
- Figura 12 Cartograma 4 – Zona Pericentral Centro – eixo comercial
- Figura 13 Cartograma 5 – Zona Pericentral Centro – contorno
- Figura 14 Cartograma 6 – Zona Pericentral - Centro Histórico
- Figura 15 Cartograma 7 – Zona Pericentral / Zona Rural - transposição BR-356
- Figura 16 Aspectos gerais da paisagem urbana – 2005
- Figura 17 Aspectos da paisagem urbana - eixo comercial – 2005
- Figura 18 Aspectos da paisagem urbana – espaços públicos - 2005
- Figura 19 Aspectos da paisagem urbana – Centro Histórico - 2005
- Figura 20 Aspectos da paisagem urbana – Bairro Carioca – 2005 / 2007
- Figura 21 Aspectos da paisagem urbana – Zona pericentral Leste - 2005
- Figura 22 Mapa - Organização Morfológico Funcional – 2006 / 2007
- Figura 23 Fluxograma - Densidade de viagens semanais de ônibus - 2005
- Figura 24 Gráfico da composição etária populacional - 1991
- Figura 25 Gráfico da composição etária populacional – 2000

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 Hierarquia urbana de Minas Gerais - 1950
- Quadro 2 Hierarquia urbana de Minas Gerais - 1960
- Quadro 3 Hierarquia das cidades de porte médio em Minas Gerais - 1982
- Quadro 4 Cidades médias de Minas Gerais - 1999
- Quadro 5 IDH – M por setor – Itabirito, Minas Gerais e Brasil - 2000
- Quadro 6 Patrimônio cultural do município e sede de Itabirito - 2005
- Quadro 7 Grau de polarização médio da microrregião de Ouro Preto, MG – 2000
- Quadro 8 Zoneamento morfológico funcional no nível de hierarquia urbana de cidades médias
- Quadro 9 Zoneamento morfológico funcional no nível de hierarquia urbana de cidades pequenas

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 Indicadores demográficos – Itabirito e distritos – 1991-2000
- Tabela 2 Indicadores demográficos – municípios da microrregião de Puro Preto, Minas Gerais e Brasil – 1991 – 2000.
- Tabela 3 Nível educacional da população jovem – Itabirito – 1991-2000
- Tabela 4 Pré - Escolar da sede de Itabirito, por pólo de bairros – Itabirito - 2005
- Tabela 5 PIB municipal a custo de fatores por setores selecionados – Itabirito - 1970
- Tabela 6 Relação de distâncias de Itabirito à cidades de hierarquias variadas - 1999
- Tabela 7 Relação de distâncias de Itabirito à cidades médias vizinhas – 1999
- Tabela 8 Relação de distâncias de Itabirito à centros urbanos emergentes - 1999
- Tabela 9 Relação de distancias de Itabirito à cidades pequenas - 1999
- Tabela 10 Pessoal ocupado por setores econômicos – 1999 - 2002
- Tabela 11 Tipos de domicílio e infra-estrutura hidro-sanitária - 2005
- Tabela 12 Equipamentos de educação, cultura, lazer e tombamentos - 2005
- Tabela 13 Serviços de saúde, ao cidadão, financeiros e Indústrias - 2005.
- Tabela 14 Indicadores demográficos - Municípios da Microrregião de Ouro Preto, Minas Gerais e Brasil – 1991-2000
- Tabela 15 Indicadores demográficos Itabirito e distritos – 1991-2000
- Tabela 16 População recenseada, estimada e projetada – Itabirito, Minas Gerais e Brasil, 2000-2005-2010-2015.
- Tabela 17 IDH-M por setor – Itabirito, Minas Gerais e Brasil – 2000.

LISTA DE ANEXOS

- Anexo 1 Listagem dos equipamentos por unidade de planejamento e bairros - Educação
- Anexo 2 Listagem dos equipamentos por unidade de planejamento e bairros -
Cultura
- Anexo 3 Listagem dos equipamentos por unidade de planejamento e bairros - Patrimônio
Histórico e Cultural
- Anexo 4 Listagem dos equipamentos por unidade de planejamento e bairros - Esportes e
Lazer
- Anexo 5 Listagem dos equipamentos por unidade de planejamento e bairros -
Praças
- Anexo 6 Listagem dos equipamentos por unidade de planejamento e bairros - Serviços de
saúde
- Anexo 7 Listagem dos equipamentos por unidade de planejamento e bairros - Serviços ao
cidadão e à cidade
- Anexo 9 Listagem dos equipamentos por unidade de planejamento e bairros - Serviços
Financeiros
- Anexo 8 Listagem dos equipamentos por unidade de planejamento e bairros -
Indústrias.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. NEM METRÓPOLES, NEM PEQUENAS CIDADES: o papel das cidades médias no equilíbrio das redes urbanas.	
Da explosão urbana dos anos 50 e 60 às transformações na década de 90 e início do século XXI.	18
2.1. Cidades médias: reflexões dos anos 50 aos anos 80	18
2.2 Afinal, o que é uma cidade média	21
2.3 A importância das cidades médias	24
2.4 Políticas para cidades médias brasileiras entre os anos 70 e 80	26
2.5 A Rede Urbana em Minas Gerais – evolução e classificações	34
2.6 Anos 90, um panorama urbano de Minas Gerais	41
As hierarquizações urbanas recentes e a relação entre as microrregiões e os centros urbanos em Minas Gerais	43
A Teoria das Descontinuidades de Brunet e contribuições para o conhecimento dos fatores de transição entre pequenas e médias cidades	46
Uma abordagem dos centros urbanos emergentes de Minas Gerais	48
3 - ITABIRITO: “CENTRO URBANO EMERGENTE” OU “CIDADE MÉDIA”?	53
3.1 História da região e da cidade de Itabirito	53
3.1.1. Povoamento na Região de Itabirito	53
3.1.2 Transformações na indústria e novos modelos de urbanização	58
3.1.3 Século XX – Identidade municipal e novos desafios	61
3.2 Posição geográfica de Itabirito	63
3.3 Posição em relação aos aspectos Físicos	66
3.3.1 Geologia e Geomorfologia	66
3.3.2 Relevo	68
3.3.3 Hidrografia	70
3.3.3.1 As águas subterrâneas	71
3.3.3.2 Qualidade das águas superficiais	72

3.3.3.3 Utilização dos recursos hídricos superf. e Abastecimento público	73
3.3.4 Fitogeografia e condições climáticas	73
3.4 Posição em relação aos aspectos da geografia Humana	76
3.5 Posição em relação á Infra-estruturas, economia e rede urbana regional	83
3.5.1 Infra-estruturas Regionais	83
3.5.2 Regionalização econômica	84
3.5.3 Rede urbana estadual e regional	86
4 - A ORGANIZAÇÃO INTRAURBANA DE ITABIRITO	91
4.1 O Sítio	91
4.2 Organização econômica	93
4.3 Evolução do espaço urbano e qualidade de ocupação do solo	97
4.4 Infra-estrutura urbana e sistema viário	101
4.5 Estrutura funcional e Paisagem urbana	107
4.6 Organização morfológica e funcional e possível dinâmica	126
4.7 Relações externas da cidade	134
4.8 A População e sua evolução	139
4.9 O papel dos recentes planos para a cidade de Itabirito	145
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS	154
ANEXOS	161

1 - INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, o movimento de transformação das cidades se deu de forma bastante acelerada, sendo o século XIX marcado pela industrialização e o século XX notavelmente destacado pela urbanização, propriamente dita, em sua mais complexa definição.

Segundo Lefebvre (1970), o termo “sociedade urbana” é reservado à sociedade que nasce da *industrialização*, a qual se concebe no final de um processo, quando antigas formas urbanas são rompidas como resultado de transformações descontínuas. O crescimento econômico e a industrialização para além das cidades ampliam seus efeitos ao conjunto dos territórios, regiões, nações, continentes. A grande cidade se expande e, neste processo, afloram os subúrbios, os conjuntos residenciais, as vilas e aglomerados, os complexos industriais e as cidades satélites. As cidades médias e pequenas tornam-se entidades de intermediação das grandes cidades e das metrópoles.

Segundo Clark (1985), a *urbanização* é um processo predominantemente social e se refere às mudanças nas relações comportamentais e sócio-culturais que ocorrem na sociedade. Os estudos voltados para os espaços intraurbanos das cidades confirmam esta afirmativa, pois se baseiam nas condições de deslocamentos humanos no organismo funcional urbano e características resultantes de apropriações dos espaços pela população de um determinado centro urbano.

Em seu trabalho sobre “Teoria das Descontinuidades”, Brunet (1970) traz à luz uma nova discussão sobre as teorias até então desenvolvidas por diversos pesquisadores em meados do século XX, onde confronta o conceito da “descontinuidade” com o da “linearidade”, para criar um importante ponto de reflexão, tanto na evolução temporal quanto nas diferenciações espaciais, analisadas pelos geógrafos.

As abordagens acima citadas referem-se a três enfoques teóricos, voltados, respectivamente, para: o processo de expansão no pós-industrial, os processos de transformações comportamentais e sociais na sociedade (dos anos 1950 até final do século XX) e as novas interpretações acerca dos “limiares de transformação” das

idades (nos anos 1970). Estas abordagens demonstram as múltiplas facetas nas interpretações acerca dos processos de urbanização das cidades.

Para efeito de metodologia, inicia-se esta pesquisa pelo estudo dos movimentos urbanos, ocorridos a partir dos anos 1950, considerando-se a importância das *cidades médias e dos centros urbanos emergentes*¹ nos processos atuais.

Este trabalho pretende contribuir para o estudo dos centros urbanos emergentes mineiros, visando o fortalecimento das cidades médias e pequenas como veículos de minimização dos desequilíbrios espaciais regionais e dos problemas oriundos das grandes concentrações urbanas.

Trata-se de uma pesquisa aplicada, a partir do pressuposto de classificação da cidade de Itabirito, em Minas Gerais, como um *centro urbano emergente*, ou seja, nos limites de transição entre pequena e média cidade. Este patamar de classificação foi definido por Amorim Filho, Bueno e Abreu, em 1982, como imediatamente inferior ao das *cidades médias*, em termos de desenvolvimento social, econômico, urbano e de relações externas.

O geógrafo Amorim Filho, desenvolve pesquisas sobre a temática que envolve as cidades médias desde a década de 1970, sendo dos primeiros estudiosos deste assunto no Brasil. Após anos de trabalho teórico e de campo, desenvolveu um modelo gráfico para a caracterização das cidades médias mineiras através de sua morfologia orgânico-funcional urbana.

Neste trabalho pretende-se corroborar a classificação de Itabirito como *centro urbano emergente*, através de levantamento e sistematização de dados sobre a cidade e a construção do mapa do zoneamento morfológico e da estrutura funcional de Itabirito. Este mapa poderá contribuir para uma identificação espacial das ocupações urbanas e ser útil em estudos sobre o crescimento e desenvolvimento do tecido urbano.

Na seção 2, abordam-se as primeiras reflexões acerca das cidades médias à luz das teorias iniciadas na França em 1950 até seus reflexos nos anos 1980. Em seguida, são contempladas as principais políticas para as cidades médias nas décadas de 1970

¹ Este conceito sobre cidades emergentes, centros em transição entre seu status de pequenas cidades para cidades médias, foi desenvolvido por Amorim Filho, Bueno e Abreu, em 1982, e será devidamente abordado ao final do 1º capítulo deste trabalho.

e 1980 no Brasil, as políticas de planejamento urbano nacional, seu desempenho e as conseqüências nas redes urbanas regionais do país.

Na seqüência, a pesquisa volta-se para a rede urbana de Minas Gerais, com sua evolução e níveis de classificação até os anos 1990 e com um panorama urbano no limite da virada do século XX para o século XXI. Abordam-se as hierarquizações urbanas recentes como instrumento de compreensão da dinâmica evolutiva urbana do Estado, através do estudo das microrregiões e de seus desenvolvimentos econômicos, assim como as influências de pólos regionais e o papel dos centros urbanos intermediários neste contexto.

No tópico seguinte, a reflexão acerca dos *centros urbanos emergentes* é retomada através da Teoria das Descontinuidades de BRUNET (1970), particularmente a contribuição epistemológica deste geógrafo para a identificação dos “limiares” de transformação destes centros em cidades de nível hierárquicos superior, as cidades médias.

Finaliza-se a primeira seção com um estudo de Amorim Filho, Bueno e Abreu (1982), sobre as cidades pequenas em crescimento, os *centros urbanos emergentes*, considerados parâmetro na busca de soluções dos planejamentos urbanos regionais.

A terceira seção trata da posição geográfica de Itabirito dentro do princípio da temática clássica da geografia urbana. Contemplam-se sua formação histórica, os processos de povoamento e transformações sofridas pela indústria local. Por derradeiro, analisa-se o surgimento das novas formas de urbanização e identidade do núcleo urbano, ao final do século XX.

Em prosseguimento a este estudo, obtém-se uma panorâmica da posição geográfica de Itabirito, sua relevância no contexto regional, levantando-se os aspectos da geografia física e da geografia humana.

Na quarta seção, a pesquisa discorre acerca da organização intraurbana de Itabirito, no que diz respeito ao seu sítio, à sua organização econômica e à evolução do espaço urbano em relação à infra-estrutura e ao sistema viário. Investigam-se a estrutura funcional e a paisagem urbana, sua morfologia e possíveis dinâmicas de crescimento.

Em seguida, é conduzida uma reflexão acerca das relações externas da cidade de Itabirito, cuja síntese a caracteriza como centro urbano emergente em franco desenvolvimento e em vias de transformações significativas, dentro do quadro classificatório das hierarquizações urbanas da região de Minas Gerais. Abordam-se, também, características atuais da população e sua evolução. Esta seção é finalizada com uma breve análise da cidade no que diz respeito aos planos urbanísticos, atualmente em fase de proposição e de implementação.

A pesquisa de dados para este trabalho foi levada a cabo através de consultas bibliográficas e de coletas de informações em trabalho de campo. As informações partiram das secretarias da Prefeitura de Itabirito, de instituições governamentais do Estado, de organizações ambientais, do Plano Diretor do Município e de entrevistas com moradores, comerciantes e administradores da cidade.

DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO

ETAPA	TAREFA DESENVOLVIDA
Estudos Preliminares	Levantamento bibliográfico geral sobre cidades médias e cidades emergentes – material amplamente estudado no curso do mestrado
	Levantamento cartográfico sobre a cidade de Itabirito e região
	Montagem do roteiro do trabalho e planejamento do trabalho de campo
	Levantamento dos recentes trabalhos e Planos urbanísticos sobre Itabirito
Etapa prática	Viagens sistemáticas ao município, com visitas aos distritos e sede da cidade
	Levantamento de dados in loco
	Registros fotográficos e entrevistas com órgãos da prefeitura e moradores
Etapa de desenvolvimento	Análise dos dados coletados em campo
	Estudo do Plano Diretor e da APA Sul
	Elaboração da base textual da dissertação
Finalização do estudo	Produção do texto e mapas

A pesquisa foi dividida em três partes. Na seção 2, é abordada, dentro do objetivo exposto na seção 1, Introdução, a base teórica; na seção 3, a identificação da cidade no âmbito regional; e, na seção 4, a caracterização da mesma em seu aspecto intraurbano. O trabalho é finalizado, atingindo o seu objetivo, com a apresentação do Mapa Orgânico funcional da cidade, com a descrição de um elenco de fatores que corrobora seu papel de centro urbano emergente e com recomendações urbanísticas para seu desenvolvimento futuro.

2 - NEM METRÓPOLES, NEM PEQUENAS CIDADES: O PAPEL DAS CIDADES MÉDIAS NO EQUILÍBRIO DAS REDES URBANAS

Da explosão urbana dos anos 50 e 60 às transformações na década de 90 e início do século XX.²

2.1. Cidades médias: reflexões dos anos 50 aos anos 80

Com o fenômeno da urbanização mundial, no período após a Segunda Grande Guerra, a importância do planejamento urbano e regional prevalece sobre outros planejamentos de enfoque mais pontual e, as *grandes aglomerações urbanas* tornam-se protagonistas das políticas de planejamento, em vários países.

Nos anos 60, a partir do “aménagement du territoire”, implantado na França, foi a vez das *metrópoles regionais* serem analisadas como centro de estudos sobre processos urbanos, dando-se início a uma visão mais interativa entre as cidades de uma mesma região. A análise do desenvolvimento urbano não foi, naquele momento, estudada somente com base no fenômeno das grandes concentrações urbanas. Seu enfoque se voltou para a interrelação entre as aglomerações com tamanhos e papéis diversos, notadamente através da participação das *cidades médias*, que marcaram a contribuição do planejamento urbano e regional francês nos anos 70.

A partir do início dessa década, a atenção dos planejadores se voltou para as cidades médias e pequenas, para os espaços “rurbanizados” e rurais, em busca de soluções para a descentralização e a desconcentração das grandes cidades, de suas populações e de seus problemas.

O planejamento urbano e regional já existia na Inglaterra desde o começo do século XX; porém, esta forma de intervenção do homem sobre o território e a sociedade em que vive veio assumir novas proporções, de fato, somente no período de

² As considerações desenvolvidas no presente capítulo se basearam, em sua maior parte, em anotações de aulas e textos publicados por Amorim Filho, listados nas referências bibliográficas.

reconstrução urbana do pós-guerra na Europa, representada pelo “aménagement du territoire”, ocorrido, como já mencionado, na França.³

Conforme os estudos de Amorim Filho (1984, p. 5-34), são três, dentre outros, os principais grandes problemas de ordem geográfica e de ordem sócio-econômica relacionados ao futuro das cidades médias e pequenas:

- O grande aumento dos desequilíbrios urbano–regionais⁴;
- A queda da qualidade de vida nas grandes aglomerações urbanas, devido à deterioração das condições de sobrevivência e das relações de diversas ordens, resultando no agravamento dos problemas sociais;
- A precária organização hierárquica entre as cidades, que se caracterizam por um fraco fluxo de informações e de relações sócio-econômicas nas redes urbanas da maior parte dos países do mundo, resultando no enfraquecimento dos sistemas político-econômicos, sejam eles regidos por sistemas capitalistas ou socialistas.

O “aménagement du territoire”, já sistematizado em 1952 (GOTTMANN et alii), resultou de uma reflexão geográfica, da busca de um caminho para uma melhor distribuição das atividades urbanas e da tentativa de novas orientações para uma distribuição mais equilibrada das riquezas e dos assentamentos populacionais, no espaço regional e nacional.

Desde 1954, a França passou a aplicar os princípios conceituais do “aménagement du territoire”, através de intervenções setoriais no campo da industrialização, da produção energética e da reconversão econômica regional, além da implementação de atividades específicas em algumas cidades. O objetivo deste procedimento foi a descentralização e a desconcentração espaciais. Com a DATAR (Délégation à l’Aménagement du Territoire et à l’Action Régionale) as cidades adquiriram, através desta coordenação, um papel reconhecido na articulação de todo o sistema territorial e em qualquer ação descentralizadora.

³ Ver: LAJUGIE, Joseph – Les Villes Moyennes. Paris, Éditions Cujas, 1974.

⁴ Aqui Amorim Filho faz menção à obra de GRAVIER (1958), no que se refere aos desequilíbrios urbanos e regionais de Paris em “Paris e o deserto francês”.

Em 1963 é afirmada a importância das *metrópoles regionais* (HAUTREUX e ROCHEFORT, 1964) como “*metrópoles de equilíbrio*” para Paris.

Em 1966, surge, na França, o Quinto Plano de Desenvolvimento Econômico e Social, enriquecido pela obra de Labasse (1966). As oito metrópoles de equilíbrio receberam investimentos industriais, equipamentos terciários, desenvolvimento das redes de comunicação e transportes, etc. Contudo, estas metrópoles “drenaram” os capitais e recursos de suas regiões, num movimento semelhante entre si, comprometendo o almejado equilíbrio regional. Para uma interpretação mais adequada das relações entre as metrópoles de equilíbrio e o espaço regional a elas ligado, este projeto pretendia que certo número de cidades exercesse a função de “relais” entre as metrópoles de equilíbrio, as pequenas cidades e o meio rural. Surge, então, a *política para as cidades médias*, direcionada para este papel de cidades “relais”, contemplando como objetivos a descentralização e um maior equilíbrio regional ⁵.

O sexto Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (1971-1975) demarcou um avanço na busca das soluções espaciais na França e promoveu as cidades médias que passaram a coexistir com a política das metrópoles de equilíbrio, reformuladas.

Dentro deste enfoque, a DATAR, em 1975, voltou-se para as cidades pequenas e seus espaços rurais. Como consequência da experiência francesa, a Confederação Mundial sobre a População, promovida pela ONU em 1974, incluiu em seus propósitos a criação ou reforço da rede mundial de médias e pequenas cidades, com o objetivo de atenuar o crescimento exagerado das grandes aglomerações.

A seguir serão abordadas as definições sobre *cidades médias*, desde a década de 1970 até o presente momento, com o intuito de aprofundar a sua compreensão e o seu papel dentro do tema que trabalha os centros urbanos emergentes.

⁵ Amorim Filho (1984, pg. 7).

2.2. Afinal, o que é uma cidade média?

A experiência francesa, notadamente, e a de outros países que desenvolveram políticas de descentralização territorial, possibilitou a acumulação de importante conjunto de informações teóricas sobre esse nível hierárquico de cidades.⁶

Jérome Monod (1974), da DATAR, defende o aspecto realístico nos conteúdos que definem a noção de cidade média. No entanto, preconiza a dificuldade em se definir cientificamente essa categoria de cidades.

Já, para Joseph Lajugie (1974), da Universidade de Bourdeaux, “o máximo que se pode tentar determinar é uma faixa no interior, na qual se situa certo número de cidades que podem pretender-se à qualidade de cidades médias (...) Seria melhor dizer que elas são cidades de porte médio, mas não necessariamente cidades médias no sentido funcional do termo”.

Com base em informações teóricas acerca de políticas de descentralização, Amorim Filho utiliza fontes bibliográficas internacionais (em especial as francesas) e pesquisas pessoais feitas em Minas Gerais⁷, num trabalho de síntese dos atributos para uma qualificação das cidades médias⁸, que trazem em seu perfil:

- Determinados problemas semelhantes aos problemas das cidades grandes, como a pobreza das populações de certos setores urbanos;
- Capacidade de interromper o processo direto do fluxo migratório de zonas rurais e pequenas cidades para as grandes cidades, além de receber e manter a população que chega em busca de trabalho e de vida nova com possibilidades de permanência.

Outros três atributos dizem respeito à posição geográfica e ao papel destas cidades nas regiões nas quais estão inseridas, tais como:

- Capacidade de “interações constantes e duradouras tanto com seu espaço regional, quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior”;

⁶ Amorim Filho, 1984, pg. 8.

⁷ Pesquisas feitas nos anos 1973, 1976, 1978 e 1982.

⁸ Estes atributos de qualificação das cidades médias são também comuns a outros níveis hierárquicos (Amorim Filho, 1980).

- Capacidade de estabelecimento de relações dinâmicas com o espaço rural e microrregional que as envolve.
- Capacidade de oferta de “bens e serviços ao espaço microrregional a elas ligado”, com tamanho demográfico e funcional suficientes para este fim.

Finalmente, caracterizadas como possíveis futuras cidades grandes, as cidades médias trazem hierarquizações em seus espaços intraurbanos, tais como um centro funcional definido, zonas pericentrais extensas e periferias dinâmicas, com novos núcleos residenciais, tal qual nas grandes cidades.

Em síntese, aspectos como tamanho demográfico, tamanho funcional, relações externas, estrutura interna e problemas sociais, estarão diretamente condicionados ao nível de desenvolvimento alcançado. Estarão também ligados à posição, às condições geográficas e ao estágio no processo de formação histórico-social das cidades, com variações relativas aos países e às regiões nas quais se encontram inseridas.

Uma aproximação que permite a identificação de uma cidade média tem sido o seu tamanho demográfico em diversas regiões do mundo. No entanto, este aspecto ainda é considerado preliminar e incompleto por especialistas. Outro item considerado é a classificação dessas cidades quando se encontram no limiar de transição, seja em relação às cidades pequenas, seja em relação às cidades grandes.

É necessário que se acrescentem ao tamanho demográfico “classificações hierárquicas e tipológicas fundamentadas em outros critérios como o tamanho funcional, a intensidade e a qualidade das relações externas, a especialização ou diversificação econômicas, etc.”, segundo Amorim Filho (1980). Igualmente importante é considerar-se a posição geográfica e o papel das cidades médias na região e no sistema urbano em que estão inseridas, como fator determinante em sua classificação (MONOD, 1974).

Nos últimos quinze anos, foram produzidos artigos (nacionais e internacionais) acerca das definições das cidades médias: “As cidades médias da região Pampeana da Argentina”⁹; “As cidades médias francesas” (em especial da região de Lyon)¹⁰; “A

⁹ Contidos nos livros organizados por RANDLE et al. (1997)

¹⁰ Trabalho de COMMERÇON e GOUJON (1997)

leitura geográfica de uma cidade média paulista: Presidente Prudente”¹¹ e “As cidades médias na visão de canadenses e vietnamitas”¹² (AMORIM FILHO, 2005).

No primeiro artigo, relativo às cidades médias argentinas, o autor privilegia aspectos dimensionais, hierárquicos e funcionais de uma cidade média em relação à região a qual pertence, privilegiando aspectos dimensionais, hierárquicos e funcionais de uma cidade média, em relação à região a qual pertence:

“ciudades intermedias son aquellas ciudades de tamaño medio, que, por su posición y jerarquía, funcionan como centros naturales de verdaderos subsistemas ponteciales a escala comarcal. Son las piezas claves del proceso de subcentralización para no caer en el extremo de la descentralización excesiva. (RANDLE et al., 1992, p.8)

No segundo trabalho, os autores Commerçon e Goujon, dois importantes nomes da nova geração de geógrafos e historiadores franceses, voltados para a pesquisa sobre as definições de cidades médias, abordam, por um lado, aspectos como *relações intraurbanas, formação de redes de cidades e papel das cidades médias como “relais”¹³ entre as grandes cidades; e, por outro lado, contemplam as cidades pequenas e o mundo rural, os equipamentos urbanos (serviços universitários e outros), as populações urbanas, as relações entre cidades médias, seus patrimônios arquitetônicos e o potencial turístico.*

No terceiro trabalho, sobre a cidade média paulista Presidente Prudente, dentre os temas abordados por Sposito, prevalecem as *questões sociais, econômicas e políticas*. No entanto, sua maior contribuição reside na sua compreensão da estrutura interna das cidades, pensada como processo em contínua transformação. Este aspecto será retomado posteriormente.

¹¹ Trabalho de SPOSITO (2001)

¹² Trabalho de MANZAGOL et al. (2003)

¹³ O conceito de cidades “relais” surgiu por volta de 1966 na França, através do “aménagement du territoire” e logo depois da política das “metrópoles de equilíbrio”, quando estas últimas, por experiência, drenaram os capitais e recursos humanos de suas respectivas regiões. As cidades “relais”, na Política do Quinto Plano de Desenvolvimento Econômico e Social, deveriam intermediar a ligação entre as metrópoles de equilíbrio, as cidades pequenas e o mundo rural. Surge assim uma política para as cidades médias com esta função para orientação de descentralização e maior equilíbrio nas redes urbanas (AMORIM FILHO, 1984).

No quarto e último trabalho, editados por Charboneau, Manzagol, e Lewis (pesquisadores canadenses e vietnamitas), vários aspectos das cidades médias, igualmente presentes nos trabalhos anteriores, são realçados, a saber:

- *Tamanho demográfico e hierarquias urbanas;*
- *Posição geográfica das cidades médias;*
- *Papel das cidades médias nas redes urbanas e regiões a que pertencem;*
- *Fluxos de diversos tipos;*
- *Presença de certos equipamentos industriais e terciários;*
- *Papel do patrimônio cultural e sua contribuição para atividades turísticas;*
- *Aumento dos problemas e riscos ambientais, em especial nos sítios das cidades médias;*
- *Aumento dos problemas sociais mesmo coexistentes com maior qualidade de vida que cidades de outros patamares hierárquicos.*

Os trabalhos supracitados corroboram para as definições gerais acerca das cidades médias, prevalecentes desde a década de 1970, e serão retomados ao final do primeiro capítulo deste trabalho, ao lado da abordagem de Amorim Filho acerca de aspectos da morfologia funcional dos espaços intraurbanos de cidades médias.

2.3. A importância das cidades médias

A busca por um maior equilíbrio interurbano e urbano-regional, a necessidade de interrupção do fluxo migratório de habitantes na direção das grandes cidades e metrópoles, por si só, já justificam a existência de políticas para as cidades médias em diversos países do mundo. Igualmente importante é o papel desempenhado pelas cidades médias nos sistemas econômicos vigentes, nos sistemas de comunicação e na organização funcional das nações em várias regiões do mundo.

A partir destas premissas, o conceito de cidades “relais”, dentro de um sistema regional ou nacional de cidades, releva ainda mais a situação geográfica das cidades médias e constitui-se como o maior e mais importante fator em seu desempenho, quase sempre em consonância com o tamanho demográfico das mesmas.

Torna-se, portanto, de fundamental importância o desenvolvimento (multiplicação e crescimento) das cidades médias na evolução da sociedade, pois estas representam “válvulas” de desconcentração de populações, de atividades e de capitais, e ainda possibilitam uma minimização de problemas funcionais de diversas ordens, nas cidades e suas regiões ¹⁴.

Muito comuns nas grandes cidades, mas também em cidades médias, porém em menor grau de intensidade, o fenômeno dos congestionamentos urbanos causa desequilíbrios funcionais nos sistemas sócio-econômicos. Estes desequilíbrios geram as chamadas deseconomias externas¹⁵, com aumento dos preços dos terrenos, elevação de altos salários e problemas de deslocamentos residência-trabalho. Como consequência, surgem ocupações em áreas desestruturadas (residencial-comercial e residencial-industrial); ocupações territoriais desordenadas carentes de suporte de infra-estruturas básicas e desfiguração da leitura dos espaços urbanos pelos habitantes e visitantes. A perda de referenciais de identidade do lugar, antes consolidados, como igrejas, escolas, prefeituras e parques, refletem a falta de planejamento e a carência de efetivos planos diretores, que conciliem a preservação das identidades locais com o crescimento das cidades. A permanência de desmesurada especulação imobiliária contribui para a deterioração de áreas verdes e de reservas naturais.

Já nas cidades médias, as ocupações espaciais podem ser menos problemáticas, pois os assentamentos humanos e interrelações espacial-funcionais ainda são eficazes. Podem-se adquirir terrenos com preços mais acessíveis e há maior disponibilidade de mão-de-obra.

As cidades médias são referências nas regiões em que estão inseridas, por serem pontos adequados à localização de equipamentos de distribuição comercial. Entretanto, demonstram apresentar problemas de congestionamento de trânsito e de comunicação, igualmente existentes em centros urbanos de grande porte.

¹⁴ Amorim Filho, 1980, pág 11.

¹⁵ Deseconomias externas: “noção relacionada com os fenômenos de localização; exprime as vantagens (em termos de limitação de gastos) que seu ambiente de localização oferece a uma empresa. A questão das economias externas é colocada em particular no que se refere à concentração geográfica das indústrias: situadas na proximidade umas das outras, as indústrias beneficiam-se de infra-estruturas coletivas repartindo entre si seus custos... Mas o congestionamento urbano pode levar às deseconomias externas”. As deseconomias externas são os problemas que um ambiente de localização causa à uma empresa. Por Pierre George, em Dictionnaire de la Géographie, 1974, Paris, P.U.F., nota de Amorim Filho.

Podem, em nível nacional, funcionar como postos avançados de expansão do sistema sócio-econômico de um país. Em analogia, muitas nações mundiais de economia intermediária mostram-se possuidoras de um rico potencial de interrelação entre as cidades médias, para a manutenção do sistema político-econômico mundial (AMORIM FILHO, 1984, pág. 12).

Ademais, podem funcionar também como “difusores da produção e dos valores do sistema sócio-econômico” de que fazem parte, seja através de produção própria, seja através de agente redistribuidor de produções na rede de cidades a qual pertencem.

Sob este enfoque, serão contempladas, a seguir, importantes políticas de transformação nas cidades médias brasileiras, entre os anos 1970 e anos 1980.

2.4. Políticas para as cidades médias brasileiras entre os anos 70 e 80

Para um país em desenvolvimento como o Brasil, 30 a 40 anos de tentativas no campo do planejamento urbano e regional é tempo insuficiente para a implantação efetiva de uma política urbano-territorial.

Programas criados para regiões metropolitanas e para cidades médias (1973 e 1976, respectivamente) aconteceram simultaneamente, sem o suficiente amadurecimento para as interfaces entre ambos. No entanto, mesmo que preliminarmente, estes projetos acompanharam movimentos importantes vindos da Europa e seu reflexo em países desenvolvidos e países em desenvolvimento de vários continentes.

Nesta seção, serão abordados, sinteticamente, esses planos, a título de compreensão acerca das iniciativas de planejamento regional e nacional, bem sucedidas ou não, porém demonstrativos de uma mudança de postura relativa à importância crescente de centros urbanos intermediários ou cidades médias, com destaque regional e nacional.

O I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), criado pelo Ministério do Planejamento do Governo Federal, pretendeu a integração e ampliação do mercado interno nacional. Suas diretrizes contemplaram *a ordenação do crescimento das*

aglomerações de São Paulo e Rio de Janeiro, possíveis bases para uma política urbana para regiões metropolitanas brasileiras. Sua meta contemplou o triênio 1972 / 74 e, dentro deste período, tornou-se claro o fenômeno da urbanização no país (70% de crescimento populacional nos centros urbanos), do crescimento do número de cidades, do crescimento do tamanho das cidades e de um acentuado processo de metropolização¹⁶.

O II PND (1975/79) se diferenciou do anterior, pelo aspecto mais analítico, através de diagnósticos que caracterizaram a evolução do processo de urbanização e o aumento de população urbana nacional. Pretendeu um enfoque geográfico-funcional em contrapartida às orientações que se apoiavam, prioritariamente, em soluções de engenharia para os problemas intraurbanos. Propôs um sistema urbano mais estruturado: *a ocupação do espaço interior do país e a continuidade do fortalecimento das metrópoles regionais e das cidades de porte médio*. O II PND tornou relevante a importância de políticas urbanas regionalmente diferenciadas em relação aos diversos estágios de desenvolvimento econômicos e de urbanização; porém, apenas após 1976, pôde-se falar em política urbana nacional, com programas e diretrizes gerais, teoricamente fundamentados¹⁷.

Em 1976, surgiu um dos primeiros documentos sobre uma política urbana global e de organização territorial para o Brasil, com o trabalho de Francisconi e Souza.

Para estes, houve, anteriormente, uma falta de compatibilização espacial nas políticas e investimentos setoriais, dentro dos planejamentos urbanos e regionais brasileiros, relativos a características interurbanas e intraurbanas das cidades contempladas. Houve, igualmente, indefinição de prioridades entre cidades de diferentes faixas populacionais e desordem na condução dos investimentos federais e estaduais, realizados pelos setores públicos.

Estes pesquisadores recomendaram a não padronização das peculiaridades regionais, nas quais se inseriam os centros urbanos, como princípio ordenador da

¹⁶ CIDADES MÉDIAS E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO, apresentado no 24º Congresso Internacional de Geografia em Tóquio – 1980; Sendo autores-colaboradores do presente estudo: Maria Elizabeth Taitson Bueno, João Francisco de Abreu e Sérgio Roberto Gouveia.

¹⁷ Idem

política urbana brasileira. Destacaram uma abordagem de Faissol (1973) onde o território nacional é caracterizado por conjuntos regionais:

1. Núcleo Central (São Paulo, Rio de Janeiro e região Sudeste e Sul do país);
2. Núcleo Secundário (Região do Nordeste);
3. Periferia Nacional (Amazônia e grandes áreas do Centro-Oeste).

Francisconi e Souza (1976, p. 87) propuseram, para uma política urbana nacional dentro das diretrizes do II PND e a partir de diagnósticos geoeconômicos, estratégias como: *contenção do desenvolvimento urbano nas grandes metrópoles do núcleo central do país; disciplina e controle nas metrópoles regionais da Região Centro-Sul; dinamização entre regiões, como áreas interiores do Centro-Sul e do Nordeste com a área meridional do Centro-Oeste e promoção de centros urbanos isolados* relativos à Periferia Nacional, com o objetivo de fortalecimento de centros urbanos promissores no que concerne à formação de futuras redes urbanas.

Voltado para todo o país, o Programa para Cidades de Porte Médio foi criado (no período 1976/1977) pela CNPU¹⁸. Implementado, é iniciado, primeiramente, com um diagnóstico geral acerca dos desequilíbrios do sistema urbano brasileiro e proposição de ação de incentivo às cidades médias.

Para a seleção das cidades de porte médio que deveriam entrar no programa, os critérios foram: *identificação do grau de importância das funções terciárias das cidades, assim como os montantes de impostos sobre circulação de mercadorias arrecadadas; levantamento da população economicamente ativa na cidade e na microrregião na qual esta inserida e posição da cidade na região e no espaço nacional.*

Com a inclusão de um diagnóstico geoeconômico detalhado, contendo a localização das indústrias da região e do Estado e o estudo de relações das cidades médias com centros urbanos menores e com o meio rural, houve uma metodologia mais adequada para as definições do Programa voltado para Cidades de Porte Médio. Foram lançadas as seguintes orientações globais:

- Ações de desconcentração de grandes pólos que trazem em sua vizinhança cidades médias;

¹⁸ A CNPU – Comissão nacional de Política Urbana - foi extinta em abril de 1979, quando foi criado o CNDU (Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano), com maior autonomia e poder de decisão.

- Ações de dinamização de áreas economicamente insuficientes;
- Ações de promoção do turismo e lazer em áreas com cidades médias economicamente preparadas para tal setor.

Como objetivo de atuação, o Programa pretendia dois níveis:

- Desenvolvimento, no domínio intraurbano, com modernização e criação de equipamentos de infra-estrutura básica, de equipamentos sociais (saúde, educação, lazer, etc.), de equipamentos de transporte, bem como preconização de melhorias nos planos de gestão das cidades, de projetos para a disciplina do uso e ocupação do solo e da expansão urbana, bem como de preparação de recursos humanos para administração dos municípios.
- Desenvolvimento, no domínio das relações externas das cidades, do planejamento para a implantação de equipamentos terciários de alcance microrregional e regional, além de incentivos fiscais com o objetivo de aumento de fluxo de capitais para as cidades de porte médio¹⁹.

Nesta etapa inicial do processo do Programa de Desenvolvimento para as Cidades de Porte Médio (1976/77), poucas regiões conseguiram selecionar suas cidades e definir os projetos de apoio, necessários para sua realização²⁰. As cidades financiadas obtiveram: beneficiamentos nos setores do planejamento e administrativo, infra-estrutura viária e de transportes, saneamento básico, infra-estrutura social e incentivo nos projetos relativos a distritos industriais, mercados de abastecimento, etc.

Como análise de resultados desta primeira fase deste Programa, no que concerne a um processo deste porte num país tão diversificado, pode-se enumerar desde conseqüências de interesses político-partidários, a nível local e regional na seleção de cidades e projetos, até capacitação das prefeituras e governos dos Estados.

O Programa de desenvolvimento para Cidades de Porte Médio privilegiou,

¹⁹ AMORIM FILHO (1980, p.17).

²⁰ Apenas o Estado de São Paulo, alguns Estados do Nordeste através da SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste) e algumas cidades em Estados tais como Espírito Santo e Santa Catarina.

principalmente, os projetos de ordem intraurbana das cidades e só contemplou de forma indireta, o nível de relacionamento externo das cidades²¹.

Na etapa do Programa 1978/79, houve participação mais marcante dos Estados e das Prefeituras envolvidos. A organização da CNPU (Comissão Nacional de Política Urbana) demandou maiores exigências qualitativas nos estudos preparatórios nas instâncias de: *qualidade dos projetos, maior critério nas programações de investimentos e nos cronogramas físico-financeiros, além de maior compatibilização entre organismos participantes e maior adequação à realidade das cidades trabalhadas.*

Com maior trunfo, esta fase do Programa obteve mais alcance espacial abrangendo e incluindo cidades da maior parte dos Estados brasileiros e, em especial, algumas cidades mais interiorizadas no país (115 cidades beneficiadas em comparação às 76 cidades, na fase anterior). Entretanto, foram insuficientes os estudos acerca das realidades urbanas locais, regionais e nacionais das cidades médias, assim como, insuficiente a capacidade de gerenciamento por parte dos municípios e dos Estados envolvidos. Concluiu-se, também, serem ainda escassos os recursos para a efetiva continuidade do Programa.

A partir de 1977, com a criação do CPM/BIRD, (Programa para Cidades de Porte Médio) com recursos financeiros internacionais, foram selecionadas, a partir de vários critérios, 48 cidades localizadas nas regiões Nordeste, Sudeste, Sul, Centro Oeste e Amazônia. No entanto, devido a limitações de recursos financeiros, de dificuldades operacionais, além de dificuldades para adequação dos projetos às diretrizes do BIRD, o Programa não foi iniciado.

Em 1979, o Programa Especial CPM/BIRD foi implantado em Florianópolis (SC) e contemplou, em uma primeira etapa, oito unidades urbanas: Florianópolis, Natal, Juiz de Fora, Montes Claros, Juazeiro/Petrolina, Campina Grande, Vitória e Pelotas. Previsto para ser executado em três anos e seis meses, este Programa se diferenciava, em relação aos demais programas, ao propor uma intervenção econômica direta nas cidades acima, pelo apoio e fortalecimento das médias, pequenas e micro-empresas.

A partir deste momento, os programas para cidades de porte médio passaram a ser integrados ao Programa de Investimentos Urbanos, contando, em seu arcabouço,

²¹ Relacionamento externo das cidades: ligado à organização das redes urbanas, micro e macrorregionais.

propósitos interativos entre município, Estado e nação. As suas diretrizes de caráter geral propostas foram ²²:

- *Regularização do uso e ocupação do solo urbano;*
- *Melhorias em relação às condições habitacionais em geral, e principalmente, das populações desfavorecidas;*
- *Modernização do sistema de transportes urbanos, em especial os coletivos;*
- *Melhoria da qualidade de vida das populações urbanas através de atuação sobre os sistemas do abastecimento de água e de saneamento básico;*
- *Incentivo e preparação de equipes técnicas e de administradores locais, além da garantia de permanência documental e do planejamento nos municípios.*

Um estudo de diagnóstico denominado “Perfil da Cidade”, passou a ser pré-requisito para o Programa de Desenvolvimento para Cidades Médias e a ser formatado pelas prefeituras das cidades candidatas, com o apoio de órgãos do planejamento do Estado. Pretendia-se que esse documento fosse de fácil compreensão e comunicação para os cidadãos. Este diagnóstico deveria conter aspectos relativos a:

- *Sítio urbano e Posição regional da cidade;*
- *Estrutura geo-econômica incluindo atividades e problemas de crescimento econômicos, além de avaliação dos equipamentos urbanos existentes;*
- *Características urbanísticas de Infra-estrutura básica, serviços de transportes, serviços de fornecimento de energia e de comunicações, de equipamentos de educação e saúde e definições de uso e ocupação do solo;*
- *Estrutura da população em relação à sua composição, crescimento, ocupação no espaço, problemas sociais, etc.;*
- *Características de organização do aparelho administrativo municipal;*
- *Estratégias de desenvolvimento, no âmbito dos problemas intraurbanos e no das relações externas das cidades.*

²² A partir do artigo contido em CIDADES MÉDIAS E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO (apresentado no 24º Congresso Internacional de Geografia em Tóquio – 1980, sendo autores-colaboradores do presente estudo: Maria Elizabeth Taitson Bueno, João Francisco de Abreu e Sérgio Roberto Gouveia) e publicado na Revista Geografia e Ensino, Belo Horizonte, 2(1): 5-34, jun 1984, os elementos sintetizados nesta seção e analisados por Amorim Filho têm três fontes principais:

- Resolução CNDU nº 03/ 11/09/1979

- Conferência do Dr. Militão de Moraes Ricardo, Secretário Executivo do CNDU, em Belo Horizonte (MG), dia 04/10/1979

- Documentos internos do CNDU

Nas exposições contidas nos capítulos seguintes deste trabalho sobre a cidade de Itabirito, considerada aqui como centro urbano emergente, poderemos constatar que os recentes planos de intervenção para o crescimento ordenado da cidade contemplam os conteúdos à semelhança de um “Perfil da cidade”. Estes planos estão focados nas características intraurbanas da cidade e nas suas relações externas na microrregião e região em que está inserida.

Voltando à explanação sobre os planos para cidades médias, foi constatado que as diretrizes gerais para os futuros programas de desenvolvimento de cidades médias deveriam contemplar ações de interação da cidade ao seu metassistema ²³, ou seja, *maior ligação dos aspectos intraurbanos à sua microrregião e região; maior relacionamento com cidades de pequeno porte, importantes na integração cidade / meio rural / região e, maior incentivo aos eixos de comunicação regionais e nacionais nos quais se inserem*. A partir deste raciocínio, as cidades pequenas e as microrregiões afins, passariam a entrar no cenário das pesquisas para soluções de desenvolvimento mais equilibrado das cidades.

Como análise de resultados, concluiu-se que o direcionamento de aplicação dos recursos do poder público, num movimento descentralizador do monopólio das grandes metrópoles para a interiorização dos implementos em regiões mais isoladas no país, gerou desenvolvimento e conseqüências importantes, desde as primeiras fases do Programa pra Cidades de Porte Médio. Pode-se perceber que este Programa apresentou conseqüências notáveis, especificamente uma maior integração entre vários níveis da administração nacional, quer sejam federal (macrorregional), estadual (regional), microrregional (municipal) e urbano.

A divulgação e a comunicação deste programa trouxeram à tona a discussão acerca das direções a serem seguidas futuramente. ²⁴ No entanto, se, por um lado, os grandes centros metropolitanos tiveram um abrandamento em seus problemas, por outro, a aceleração do processo de urbanização nas cidades médias trouxe, para as mesmas, parte dos problemas característicos das cidades grandes e metrópoles.

²³ Amorim Filho, 1984.

²⁴ Idem

Ademais, algumas cidades médias, se encontram em regiões despreparadas técnico-administrativamente para assumir o papel de liderança, fundamental para a rede de cidades da região e da microrregião às quais pertencem. O que significaria, no momento atual, voltar à atenção para as cidades de hierarquia inferior, interiorizadas e ligadas ao meio rural, os chamados “centros urbanos emergentes”, que se encontram no limiar de indefinição, transição de cidades pequenas para médias?

No que concerne à análise deste trabalho, a cidade de Itabirito tem-se mostrado bastante presente no contexto microrregional em que está inserida, como veremos adiante. Além de possuir um perfil industrial, vem desenvolvendo seu setor terciário e tem conquistado importância no quadro de relações da região.

Num país tão extenso como o Brasil, de grande complexidade no que diz respeito aos interesses governamentais locais, estaduais e nacionais, uma política voltada para o equilíbrio do crescimento urbano e ordenamento do território, coesa e razoavelmente eficaz administrativa e operacionalmente, e com aperfeiçoamento institucional, certamente é uma tarefa que depende de esforços e de vontade política.

O desempenho das cidades médias pode ser percebido, nos dias atuais, pelas análises econômicas nacionais apresentadas pelo IBGE nos censos empreendidos entre os anos 90 e o ano de 2004. Na seção seguinte, o foco deste trabalho se direciona para as redes urbanas mineiras, com o intuito de análise do sistema de cidades médias e seu desempenho na região às quais pertencem.

2.5. A Rede Urbana em Minas Gerais – evolução e classificações

A organização e os aspectos geográficos dos sistemas e subsistemas urbanos em Minas Gerais têm uma estreita relação com a dinâmica econômica do Estado. Numa dinâmica de influências, tanto os processos econômicos em ação em um determinado território contribuem para caracterizar uma rede de cidades, quanto as cidades têm seu papel no desempenho dos acontecimentos econômicos.

Segundo estudos de Yves Leloup (1970) as cidades mineiras são classificadas, tipologicamente, quanto à sua gênese e quanto à hierarquia das mesmas, ao longo das décadas. Quanto à gênese, as cidades se dividem em cidades coloniais, agrícolas, cidades chamadas “Company Towns” e “Cidades–cogumelo”, além da metrópole Belo Horizonte, todas caracterizadas da seguinte forma:

- “As *cidades coloniais*, em sua maioria, localizadas na região central de Minas Gerais, são remanescentes do período colonial, no qual houve predomínio do ciclo do ouro e dos diamantes. Após o término deste ciclo, tais cidades mineiras, impossibilitadas de se reciclarem como centros de regiões agrícolas, passaram a ter papéis referenciais nos setores religioso, administrativo, universitário e, a partir de meados do século XX, também turísticos”. (LELOUP, 1970)

-As *cidades agrícolas* se desenvolveram como centros urbanos de regiões agropecuárias e são as mais comuns dentre as cidades mineiras. Localizam-se, principalmente, na metade sul do Estado, tendo por atividade econômica principal a agropecuária, nomeadamente o cultivo de café e a pecuária de leite.

- As *Company Towns* são cidades novas ou aglomerados resultantes da instalação de usinas metalúrgicas, e seus anexos, em Minas Gerais, promovida por importantes empresas siderúrgicas, a partir dos anos 20. Podem crescer isoladas ou vizinhas a cidades já existentes e, nem sempre, podem ser classificadas como “cidades” no seu sentido funcional. Localizam-se em zonas siderúrgicas na Região Central do Estado, próximos às jazidas minerais, matérias primas para a produção metalúrgica. Como destaca Leloup, tais aglomerados trazem seu próprio desenvolvimento social e de lazer para a comunidade.

- As *ciudades–cogumelo* seriam cidades que tiveram crescimento muito rápido e estariam localizadas geograficamente em posição estratégica nos eixos rodoviários, inseridas em regiões com predominância agrícola ou industrial e têm origens variadas.
- Finalmente, Leloup classifica Belo Horizonte como um caso de explosão urbana, com um crescimento populacional vinte e duas vezes maior entre 1900 (8.000 habitantes) e 1940 (177.000 habitantes) e três vezes e meio maior, aproximadamente, entre 1940 e 1960, ou seja, em 20 anos. Em 1967, já ultrapassava um milhão de habitantes e ocupava o 3º lugar, juntamente com Recife, entre as cidades brasileiras mais populosas.

Hierarquicamente, as cidades mineiras são classificadas, pelo autor, com base em critérios geossocioeconômicos. Nos anos 1950, a rede urbana mineira começava a evoluir em relação à estrutura e organização de suas cidades. Aparecem, nesta ocasião, Belo Horizonte e Juiz de Fora como Capitais Regionais, acompanhadas por Uberlândia e Uberaba, como grandes Centros Regionais. Logo abaixo, aparecem dez cidades como Centros Regionais. Em seguida, na escala hierárquica, estão dois blocos de cidades intermediárias, os Centros Intermediários e os Centros Industriais, já ensaiando o conceito de cidades médias. As demais cidades são consideradas Centros locais (ver quadro 1).

QUADRO 1 – HIERARQUIA URBANA DE MINAS GERAIS – 1950

1. Capitais Regionais	Belo Horizonte e Juiz de Fora
2. Grandes Centros Regionais	Uberlândia e Uberaba
3. Centros Regionais	Montes Claros, Teófilo Otoni, Governador Valadares, Araguari, Caratinga, Ponte Nova, Barbacena, São João Del Rei, Itajubá e Poços de Caldas.
4. Centros Intermediários	Ituiutaba, Patos, Diamantina, Araxá, Passos, Formiga, Lavras, Ubá, Leopoldina, Muriaé, Manhuaçu, Varginha, Três Corações e Pouso Alegre
5. Centros Industriais	Pirapora, Curvelo, Sete Lagoas, Divinópolis, Nova Lima, Ouro Preto, Conselheiro Lafaiete, Santos Dumont, Cataguases, Além Paraíba.
6. As demais cidades são Centros Locais	

Fonte: Leloup, 1970. Organização: Amorim Filho e Arruda, 2002.

Na década de 1960, as importantes transformações registradas nas geografias econômica e urbana refletem maior complexidade na classificação hierárquica. Belo Horizonte passou a ser a primeira Metrópole Regional do Estado. Um maior número de cidades passou a ocupar o lugar de grandes Centros Regionais, sendo que outras também variaram em nível hierárquico. Surgiram os *Centros Regionais Industriais* e o

patamar de cidades de porte médio passou a compor duas classificações que se distinguiram, mais em sua função, do que por seu tamanho. São eles os Centros Intermediários de Serviços e os Centros Intermediários Industriais. Um novo nível hierárquico passa a ocupar um lugar de destaque nesta década: o de Pequenas Cidades Industriais. As demais cidades são Centros Locais.

QUADRO 2 – HIERARQUIA URBANA DE MINAS GERAIS – 1960

1. Capitais Regionais	Belo Horizonte
2. Grandes Centros Regionais	Juiz de Fora, Governador Valadares, Uberlândia e Uberaba
3. Centros Regionais	Montes Claros, Teófilo Otoni, Araguari, Patos de Minas, Ituiutaba, Ponte Nova, Barbacena, Poços de Caldas e Varginha.
4. Centros Regionais Industriais	Divinópolis, Barbacena e Itajubá
5. Centros Intermediários de Serviço	Diamantina, Araxá, São Sebastião do Paraíso, Passos, Guaxupé, Alfenas, Pouso Alegre, Formiga, Lavras, Oliveira, São Lourenço, Ubá, Muriaé, Carangola, Manhuaçu e Caratinga
6. Centros intermediários industriais	Curvelo, Sete Lagoas, Coronel Fabriciano, Conselheiro Lafaiete, São João Del rei e Leopoldina
7. Pequenas cidades Industriais	Nanuque, Itabira, João Monlevade, Caeté, Nova Lima, Pará de Minas, Itabirito , Ouro Preto, Santos Dumont, São João Nepomuceno, Além Paraíba, Cataguases e Itaúna
8. As demais cidades são Centros Locais	

Fonte: Leloup, 1970. Organização: Amorim Filho e Arruda, 2002.

Pode-se identificar Itabirito, então classificada como *pequena cidade Industrial* nesta década, ao lado de Ouro Preto, com a qual integraria, mais tarde, uma microrregião no Estado.

Em 1970, Leloup contribui com dados para a análise de vários tipos de relações e fluxos interurbanos, com o intuito de investigar acerca da composição constitutiva das redes ou dos sistemas urbanos de Minas Gerais. De acordo com sua análise, nos anos 60, a polarização tradicional exercida pela região metropolitana do Rio de Janeiro, em termos de influência difusa em Minas Gerais (especialmente Leste e Nordeste), perde espaço para as polarizações mais atuais de Belo Horizonte e de São Paulo. As cidades “relais”, tal como Montes Claros (Grande Centro Regional), Divinópolis e Patos de Minas (Centros Regionais) e outras importantes cidades, conhecidas como Centros Intermediários (Sete Lagoas, Curvelo, Coronel Fabriciano, Ponte Nova, Conselheiro Lafaiete, Lavras, Formiga e Patrocínio) propiciaram a polarização belo-horizontina. Outras cidades, geograficamente mais isoladas, recebiam a polarização de Belo Horizonte diretamente.

Por outro lado, o aumento da polarização por parte da capital metropolitana paulista foi resultado da pujança do seu dinamismo econômico, aliado à melhoria da

sua rede de transportes, ligando eixos importantes, como o asfaltamento da rodovia SP/BH, que facilitou o acesso à Região Sul de Minas, e a rodovia SP/Brasília, abrangendo a região ocidental de Minas Gerais e atingindo o Triângulo Mineiro.

Conclusivamente, nos anos 50 e 60, a rede urbana mineira atingiu mais organização, e a hierarquia das cidades, mais complexidade em suas delimitações. Os fatores determinantes detectados foram o desenvolvimento de sistemas e subsistemas urbanos de outros Estados da Região Sudeste do país, assim como a grande modernização das rodovias no Estado mineiro. Entretanto, os graus de conexões e interações entre os subsistemas mineiros ainda permanecem baixos, destacando-se, dentro do macro-espaço, apenas os subsistemas de Montes Claros, ao Norte, e o de Teófilo Otoni, no Nordeste. Ambos, porém, ainda pouco equipados e sem infra-estrutura de transportes para o exercício de uma polarização regional mais eficiente.

A Geografia Urbana preconiza, para as classificações tipológicas e definições hierárquicas das cidades, critérios demográficos, de dimensionamento dos equipamentos industriais, comerciais, de serviços urbanos, entre outros. Entretanto, em 1980, com o objetivo de análise das redes urbanas mineiras na década de 1970 (com dados do Censo IBGE de 1970), o Instituto de Geociências Aplicadas desenvolveu um estudo²⁵ com base na tese de que *as análises de fluxos são fundamentais quando se tratam das redes urbanas*. Dentre os fluxos mais indispensáveis para o conhecimento das interações espaciais, os quais geram influências na definição das redes urbanas, estão os fluxos de pessoas, fluxos de capitais, mercadorias, informações diversas, trens, veículos rodoviários, trânsito de cartas, ligações telefônicas, de mensagens eletrônicas, etc.

Nos estudos do IGA, foram contemplados os fluxos de ônibus, por serem o meio de transporte mais utilizado entre os municípios de Minas Gerais. Com o objetivo de analisar tal afirmação, Green (1950) verificou o total de viagens de ônibus que servem a determinado centro e o percentual desse total que se destina a localidades menores. Tais indicadores destacaram a dimensão espacial da rede urbana em estudo e demonstraram os níveis hierárquicos das localidades que a compõem.

²⁵ INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS (Coordenação de AMORIM FILHO, O. B.). A hierarquia urbana de Minas Gerais analisada através da circulação de ônibus intermunicipais. Belo Horizonte, IGA/SECT, 1980. 60 p.

Um dos resultados mais notáveis deste trabalho é o alcance da influência de grandes aglomerações urbanas no espaço geográfico de Minas Gerais, apesar de estarem localizados fora do Estado. Estas zonas de subsistemas atrelados a outros grandes centros se consolidam regionalmente sem, entretanto, significarem obstáculos à formação e consolidação de zonas polarizadas por centros regionais e intermediários mineiros.

Os trabalhos da FJP (1988), no domínio das áreas de influência, foram muito importantes, pois confirmaram, cientificamente, algumas tendências detectadas empiricamente, em cujos estudos se constatou que o Rio de Janeiro perdia interações para o espaço geográfico mineiro à medida que alguns centros urbanos mineiros, que antes funcionavam como “relais” da metrópole carioca, adquiriram autonomia e passaram a desenvolver suas próprias áreas de influência. Além da cidade de Juiz de Fora, em Minas, tal fenômeno ocorreu também com as cidades de Campos e Volta Redonda, no Estado do Rio e Vitória, no Espírito Santo. Quanto a São Paulo, os estudos da FJP mostraram que, se por um lado, as áreas de influência se consolidavam em Minas, por outro lado, essas áreas de influência funcionavam como “relais” desempenhados por grandes centros regionais como Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo e, Uberlândia e Uberaba, em Minas, e por cidades intermediárias como Campos do Jordão (SP) e Poços de Caldas, Pouso Alegre, Utajubá, Varginha e Passos (MG).²⁶

É interessante observar que a importância da posição geográfica dos subsistemas exerce grande influência em seu dinamismo e estabilidade regionais, pois a excessiva proximidade à grandes cidades ou metrópoles pode inibir sua função polarizadora na rede urbana.

Por sua vez, os componentes *tamanho demográfico* e *áreas de influência* se juntam a abordagens de tipologia, hierarquias e redes urbanas ao longo da década de 1970 e na primeira metade dos anos 80, quando Amorim Filho, Bueno e Abreu, selecionaram, para a identificação e classificação de cidades médias, 102 cidades mineiras acima de 10.000 habitantes. Utilizando técnicas de gabinete (quantitativa e cartográfica) e de campo (102 cidades visitadas em três anos), concluíram a

²⁶ Minas Gerais do Século XXI - 2002.

classificação final das cidades médias de Minas, subdividas em: Nível 1 – Grande Centro Regional, Nível 2 – Cidades Médias de Nível Superior, Nível 3 – Cidades Médias propriamente ditas, Nível 4 – Centros Urbanos Emergentes. O nível das *cidades médias propriamente ditas* é bem representado e o mais estudado. Tais cidades podem ser encontradas em várias regiões de Minas, mas principalmente naquelas onde as redes urbanas estão mais hierarquizadas, eficientes e equilibradas, ou sejam, Zona da Mata, Região Sul e Centro (ver QUADRO 3).

QUADRO 3 – HIERARQUIA DAS CIDADES DE PORTE MÉDIO EM MINAS GERAIS – 1982

NÍVEL 1 Grandes Centros Regionais	Juiz de Fora
NÍVEL 2 Cidades Médias de Nível Superior	Uberlândia, Uberaba, Barbacena, Varginha, Poços de Caldas, Itajubá, Pouso Alegre, Governador Valadares, Sete Lagoas, Montes Claros, Divinópolis, São Lourenço, Caxambu.
NÍVEL 3 Cidades Médias propriamente Ditas	Teófilo Otoni, Patos de Minas, Ituiutaba, Caratinga, Araguari, Passos, São João Del Rei, Formiga, Curvelo, Diamantina, Ubá, Araxá, Machado, Viçosa, Carangola, Itabira, Ponte Nova, Lavras, Alfenas, São Sebastião do Paraíso, Oliveira, Conselheiro Lafaiete, Três Corações, Itaúna, Leopoldina, Ouro Preto, Ouro Fino, Santa Rita do Sapucaí, Guaxupé, João Monlevade, Além Paraíba, Coronel Fabriciano, Pará de Minas, Cataguases, Ipatinga, Congonhas, Santos Dumont, Visconde do Rio Branco, Boa Esperança, Muriaé, São João Nepomuceno, Campo Belo, Nanuque.
NÍVEL 4 Centros Urbanos Emergentes	Patrocínio, Bom Despacho, Pirapora, Timóteo, Frutal, Tupaciguara, Manhuaçu, Sacramento, Manhumirim, Três Pontas, Arcos, Dolores do Indaiá, São Gonçalo do Sapucaí, Itabirito, Nova Era, Bambuí, Janaúba, Monte Carmelo, Carmo do Paranaíba, Pium-í, Abaeté, Imbiá, Lagoa da Prata, Mantena, Corinto, Pedra Azul, São Gotardo, Santa Bárbara, Itapecerica, Resplendor, Raul Soares, Paracatu, Unai, João Pinheiro, Itambacuri, Aimorés, Carlos Chagas, Januária, Bocaiúva, Conselheiro Pena, Araçuaí, Almenara, Salinas, Jequitinhonha, Mariana.

Fonte: Amorim Filho, Bueno e Abreu, 1982 - Dados de 1970/75/76; "Todas as indicações disponíveis apontam Muriaé como verdadeira cidade média, enquanto que Mariana, embora cidade antiga, representa atualmente exemplo de cidade emergente." (Amorim Filho e Arruda, 2002).

Naquele trabalho, foi dado notável destaque para *os centros urbanos no limiar inferior* de classificação das cidades médias - os chamados *centros urbanos emergentes*. São caracterizados no limite de transição entre as pequenas e médias cidades. Têm *população inferior a 50.000 habitantes*, apresentam *economia em fase inicial de estruturação com setor comercial, de serviços e industrial ainda embrionários*. Sua principal característica é a ligação estreita e de interdependência com o meio rural, com o qual estabelecem conexões entre as demais regiões. Seu papel nas redes urbanas regionais e microrregionais é de suma importância: ora exercem seu papel natural de conexão entre cidades médias e centros pequenos, quando inseridas no sistema com cidades médias e capitais regionais; ora interpretam o papel das cidades médias em áreas mais rarefeitas em hierarquia de rede urbana.

Com este estudo ficou demonstrada a importância de se perpassar por todos os níveis hierárquicos urbanos até os possíveis embriões de novos subsistemas, como meio de compreensão da rede urbana de um Estado.

Na década de 1980, pode-se reconhecer a consolidação das zonas de influência em Minas Gerais. Setecentas e vinte e duas cidades (722) foram analisadas e agrupadas em 13 níveis hierárquicos, marcando um dos trabalhos mais detalhados até aquela data realizados em Minas. Tal ação coube ao Centro de Estudos Regionais da Fundação João Pinheiro, que o publicou em 1988. Tal trabalho tinha em foco avançar na análise organizacional das redes urbanas, especificamente através da identificação da hierarquia das cidades e dos sistemas e subsistemas de polarização urbana. A base teórica utilizada foi a Teoria das Localidades Centrais, de W. Christaller (1933). Ao final do processo, os indicadores funcionais foram manipulados de forma a que o posicionamento hierárquico atingido por cada centro urbano cobrisse pelo menos 50% das funções definidoras de cada grupo indicador, segundo a teoria adotada.

No domínio do trabalho relativamente às *áreas de influência*, a FJP confirmou cientificamente tendências já detectadas em pesquisas anteriores. A base técnica aplicada foi a do *modelo de potencial*, já utilizado com sucesso em 1971, por Ferreira.

Em relação à polarização do Rio de Janeiro, alguns centros urbanos, considerados anteriormente como “relais” da grande metrópole, cresceram e desenvolveram suas próprias zonas de influência, como é o caso de Juiz de Fora em Minas Gerais.

A área de influência de Brasília é expressa no trabalho da FJP, atingindo o Noroeste de Minas. Já a de Goiânia, além do Nordeste mineiro, chega ao Triângulo.

Em relação à área de influência de São Paulo, os grandes centros regionais ou cidades intermediárias caminhavam para cumprir o papel de “relais” em relação ao megacentro do país.

Em síntese, Belo Horizonte manteve, através dos registros deste trabalho, as direções verificadas em final dos anos 60 e início dos anos 70. Sua área de influência atingiu os chamados “centros de apoio” localizados em regiões de relações interurbanas mais frágeis e distantes de centros urbanos de maior hierarquia. Seu papel

se assemelha ao de “centros urbanos emergentes”, definidos por Amorim Filho, Bueno e Abreu, em 1982.

2.6. Anos 90, um panorama urbano de Minas Gerais

Em 1999, o trabalho intitulado: *Cidades intermediárias e Tecnópoles*²⁷ *Potenciais em Minas Gerais*, realizado por Amorim Filho e Abreu, trouxe à tona novas informações acerca da evolução das hierarquias de cidades médias mineiras. O estudo dos mesmos autores de vinte anos atrás foi atualizado, e teve em seu arcabouço a detecção de regiões de Minas com maior potencial para o desenvolvimento de *parques tecnológicos* e, ainda nestas áreas, o levantamento de cidades médias e centros urbanos emergentes com vocação futura para se tornarem tecnópoles (ver QUADRO 4).

QUADRO 4 – CIDADES MÉDIAS DE MINAS GERAIS – 1999

NÍVEL 1 Grandes Centros Regionais	Juiz de Fora e Uberlândia
NÍVEL 2 Cidades Médias de Nível Superior	Alfenas, Araguari, Barbacena, Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga (aglomeração), Itajubá, Ituiutaba, Lavras, Montes Claros, Passos, Patos de Minas, Poços de Caldas, Pouso alegre, Sete Lagoas, Uberaba, Varginha.
NÍVEL 3 Cidades Médias propriamente Ditas	Araxá, Caratinga, Cataguases, Conselheiro Lafaiete, Curvelo, Formiga, Frutal, Guaxupé, Itabira, Itaúna, João Monlevade, Leopoldina, Muriaé, Ouro Preto, Paracatu, Pará de Minas, Patrocínio, Santa Rita do Sapucaí, São João Del Rei, São Lourenço, São Sebastião do Paraíso, Três Corações, Teófilo Otoni, Ubá, Viçosa.
NÍVEL 4 Centros Urbanos Emergentes	Abaeté, Aimorés, Além Paraíba, Almenara, Andradas, Araçuaí, Arcos, Bambuí, Barão de Cocais, Boa Esperança, Bocaiúva, Bom Despacho, Campo Belo, Carangola, Carlos Chagas, Carmo do Paranaíba, Caxambu, Congonhas, Conselheiro Pena, Corinto, Diamantina, Dolores do Indaiá, Ibiá, Itabirito , Itambacuri, Itapeçerica, Iturama, Janaúba, Januária, Jequitinhonha, João Pinheiro, Lagoa da Prata, Machado, Manhuaçu, Manhumirim, Mantena, Mariana, Monte Carmelo, Nanuque, Nova Era, Nova Serrana, Oliveira, Ouro Branco, Ouro Fino, Pedra Azul, Pirapora, Pium-í, Raul Soares, Resplendor, Sacramento, Salinas, Santa Bárbara, Santos Dumont, São Gonçalo do Sapucaí, São Gotardo, Três Pontas, Tupaciguara, Unai, Visconde do Rio Branco.

Fonte: Amorim Filho e Abreu, 1999 (Dados de 1991, 1996, 1997, excluída RMBH).

Foi considerado o patamar inferior de 10.000 habitantes urbanos a partir do qual, os *centros emergentes*²⁸ podem se desenvolver. Daí, para cada cidade estudada, foram pesquisadas sete variáveis, tratados os dados, para, em seguida, ser concluída a

²⁷ Segundo GEORGE e VERGER (1996): "TECNOPOLO: nome dado aos lugares de experimentação e de implantação de técnicas e de indústrias inovadoras, no quadro da *nova revolução industrial*, do computador, da informática e da química leve, nos quais os laboratórios, os centros de pesquisa e de testes estão técnica e geograficamente associados aos estabelecimentos industriais. TECNÓPOLE: (...) as cidades que aceitaram o desafio da revolução industrial do fim do século, e atraem a instalação de atividades de ponta (...)”

²⁸ O 4º Nível hierárquico de cidades, os centros urbano emergentes, será novamente abordado adiante.

classificação hierárquica dentre os vários níveis intermediários das cidades mineiras. As setes variáveis correspondem à *população urbana, índice de desenvolvimento humano, renda familiar per capita média, número de indústrias de ponta, total de eixos rodoviários desembocando em cada cidade, presença de aeroportos e cursos de ensino superior.*

Como resultado, constatou-se que: o nível superior hierárquico teve uma cidade acrescida; nove cidades se mantiveram no nível de *idades médias de nível superior*; duas cidades (nível 3, em 82) se juntaram a uma terceira (nível 4, em 82), formando uma nova aglomeração urbana (RMVA) que evoluiu para o nível 2, em 1999; seis cidades (nível 3, em 82 - *idades médias propriamente ditas*) subiram para a classificação de *idades médias de nível superior* e algumas cidades caíram em níveis de classificação. Vale notar que o número de *centros urbanos emergentes* aumentou enquanto diminuiu o número de *idades médias propriamente ditas*, no decorrer dos dois estudos.

Após a identificação, todas as cidades médias mineiras foram avaliadas através de uma Análise de Superfícies Geoestatísticas (ASG) que detectou as principais superfícies polarizadas: o Triângulo Mineiro, a Zona da Mata, o Sul de Minas, a Região Central de Minas e a cidade de Montes Claros.

Finalmente, foi incluída uma nova hierarquia num arranjo entre as duas classificações anteriores e as posições das cidades nos mais importantes eixos de transportes de Minas Gerais. Deste estudo, resultaram cidades médias com alto poder tecnopolitano de Minas Gerais.

Em 2001, um outro trabalho (SÀ, 2001) aborda os *centros urbanos emergentes* de Minas Gerais. Quarenta e nove variáveis, dentre elas a infra-estrutura urbana, as relações externas, a renda familiar, o consumo e o dinamismo demográfico foram levantados para cada uma das oitenta cidades selecionadas. Em seguida, foi realizada uma ACP – Análise de Componentes Principais, sendo hierarquizados e identificados os centros urbanos emergentes de Minas. Estes centros foram mapeados para serem catalogados segundo padrões de localização em todo o território mineiro.

Foi concluído que as dez primeiras cidades classificadas se enquadram tanto no nível superior de *centros urbanos emergentes*, quanto no conjunto de *idades médias*

propriamente ditas. De todas, apenas uma se situa geograficamente na Região Norte do Estado. As demais se localizam nas Regiões Sul, Central, da Mata e nos Campos das Vertentes. Em contrapartida, nenhum dos últimos dez centros urbanos emergentes, nesta classificação, se encontra na metade sul de Minas Gerais.

Por fim, é importante ressaltar que, várias localidades classificadas no limiar inferior do grupo dos centros urbanos emergentes, apesar de serem cidades pequenas, podem desempenhar uma destacada função na rede urbana das regiões nas quais estão inseridas. Certamente tais regiões não possuem cidades de hierarquia superior próximas ao centro urbano emergente em questão.²⁹

Estes estudos têm contribuído para um novo posicionamento de valorização dos níveis hierarquicamente inferiores, por se tratar de um sistema em que todos os elementos têm sua importância no desempenho geral de uma rede urbana.

A seguir serão abordados estudos mais recentes relativos às hierarquizações urbanas e suas interfaces em Minas Gerais.

2.7 As hierarquizações urbanas recentes e a relação entre as microrregiões e os Centros Urbanos em Minas Gerais

No grupo das 853 cidades do Estado de Minas Gerais – sedes de municípios - ocorre a predominância daquelas de pequeno porte, se ordenadas por classes de tamanho populacional. No trabalho de Amorim Filho e Arruda (2002), a análise das hierarquias urbanas tratou as cidades como “unidades administrativas individualizadas”, “através do exame de alguns indicadores que permitiram posicioná-las, hierarquicamente, conforme o seu nível de crescimento econômico; e como integrantes do sistema urbano da Região Sudeste do país”.

A idéia de *centralidade*, “(...) denota a intensidade e a dimensão com que determinado centro urbano estrutura, no contexto da rede de cidades, uma *área de influência*, através da abrangência regional dos fluxos de bens e serviços que têm origem nesse centro urbano”.(IPEA / IBGE, 1999). Dentro deste conceito, a análise

²⁹ Amorim Filho e Arruda, 2002.

destes autores conclui que os centros urbanos mineiros “(...) se posicionam muito mal, tanto na Região Sudeste do país quanto na rede estadual, organizando sistemas (regionais) com baixo grau de integração” (AMORIM FILHO E ARRUDA, 2002, p. 208).

A grande quantidade de centros menores, por si só, não denota um problema, e pode ser até característico de uma rede urbana hierarquizada, desde que suas condições urbanas e de bem estar social sejam satisfatórios, o que não acontece no Estado de Minas Gerais. Contudo, “... o *tamanho populacional* é um parâmetro importante porque define, em princípio, o mercado para a emergência de funções com diferentes graus de complexidade, mas é insuficiente para definir uma hierarquia funcional e a qualidade de vida nela existente” (FJP, 1999). A partir deste parâmetro, foram incluídos, nas análises de Amorim Filho e Arruda, alguns indicadores que resumem o nível de desenvolvimento econômico e de bem estar das cidades e municípios.

Os centros urbanos de Nível A possuem o melhor posicionamento relativo e representam 5,95% dos centros urbanos do Estado. Os de nível B (40,21% dos centros urbanos do Estado) compõem um grupo com características diversas em estruturação das atividades produtivas, mais identificadas com os mercados sub-regionais e locais.

Já as cidades do nível C (53,84% dos centros urbanos do Estado) conformam a maioria dos centros urbanos e são as cidades mais carentes e de mais baixas condições econômicas. Estas últimas estão presentes em todas as regiões, principalmente na região Norte de Minas.

A partir de uma classificação média (média ponderada por tipo de agrupamento) para regiões e microrregiões e, com a intenção de se detectar particularidades espaciais (como situação econômica e funcional dos centros), concluiu-se que as regiões mais problemáticas (baixas condições econômicas) são as do Norte de Minas e Jequitinhonha. As demais regiões, de nível intermediário, têm características variadas, sendo a Central, composta de maior diversidade e com microrregiões presentes na faixa de menor classificação. A região Sul, em situação relativa pouco mais equilibrada, tem apenas duas microrregiões problemáticas. Apenas uma única microrregião da

região Centro-Oeste apresenta centros urbanos com baixo desenvolvimento econômico.

As regiões de melhor desempenho econômico são as áreas do Cerrado Mineiro, nas quais se concentram os centros urbanos com melhores condições econômicas. No geral, a rede urbana de Minas Gerais possui um nível ainda baixo, no que concerne às condições urbanas e a abrangência do fluxo de bens e serviços, presente em quase todas as suas microrregiões geográficas, apenas constituindo exceção, neste sentido, a RMBH.

No geral, na rede urbana mineira, os IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e ICV (Índice de Condições de Vida), pelo Censo Demográfico de 1991, ainda são considerados baixos. Para Amorim Filho e Arruda (2002), “tais condições, em síntese, refletem o baixo dinamismo das atividades econômicas na maioria das regiões...”.

“A rede urbana do estado de Minas Gerais resulta de um processo histórico de ocupação e integração a centros urbanos externos ao seu território que, hoje, têm baixo significado na rede do Sudeste do país”.³⁰ O Estado concorre com as grandes metrópoles do entorno e seus centros “relais”. Em contrapartida, vários subsistemas no interior das áreas de abrangência das metrópoles, externas ao Estado, se desenvolvem conectados a *grandes centros regionais* e *centros intermediários de nível superior*, mineiros. Neste contexto territorial, faz-se importante o papel de numerosas cidades médias, principalmente das mais bem posicionadas geograficamente, e seu desempenho futuro para o desenvolvimento da rede de cidades em Minas Gerais. Segundo Dollfus, (1973, p.18), “a posição geográfica depende do sistema de relações que o elemento mantém com outros elementos, estejam estes próximos ou distantes” . Tal conceito será novamente abordado no capítulo dois deste trabalho.

Finalmente, pode-se falar dos *centros urbanos emergentes*, identificados em 1982 por Amorim Filho, Bueno e Abreu e, em 2001, por Sá. Estes exercem, no âmbito dos subsistemas urbanos, uma função complementar às funções dos *grandes centros regionais* e das *cidades médias propriamente ditas*. Mas, em regiões carentes de centros polarizadores, estas cidades exercem um papel, como já fora abordado, de

³⁰AMORIM FILHO e ARRUDA, 2002, p. 240-241.

verdadeiros pontos referenciais e de conexão entre os centros maiores, as pequenas cidades e o meio rural.

Segundo Amorim Filho e Rigotti (1989), “Nos estudos realizados em Minas (no Brasil), assim como na França - país pioneiro no tema das cidades médias - e em muitos outros países, duas dificuldades maiores sempre se apresentam: as da definição qualitativa e a da delimitação demográfica dessas cidades”. A seção seguinte pretende refletir sobre um novo ponto de vista acerca dos limites de transição das cidades menores para uma hierarquia de nível superior, com o intuito analítico acerca do centro urbano emergente de Itabirito.

2.8. A Teoria das Descontinuidades de Brunet e suas contribuições para o conhecimento dos fatores de transição entre pequenas e médias cidades

No conceito de Roger Brunet (1970), acerca da Teoria das Descontinuidades, como fundamento para o estudo dos limiares que definem a transição das pequenas cidades para as cidades maiores, o geógrafo francês dialoga (e de certa forma contrapõe) duas idéias: a *linearidade* e a *descontinuidade*.

A *linearidade*, característica ainda bem marcante nas reflexões de geógrafos e estudiosos de outras áreas de conhecimento em meados do século XX, contemplava uma compreensão de “acumulação gradual e contínua (...)” “(...) para explicar as trajetórias dos processos urbanos no tempo ou das superfícies em suas extensões”.³¹

A *descontinuidade*, na conotação estrita do termo, defende que a mesma tem um papel crucial na evolução temporal e nas diferenciações espaciais.

Neste estudo, pretende-se utilizar este conceito para a observação da cidade de Itabirito, em diferentes momentos de seu desenvolvimento econômico e urbanístico, caracterizados pelos períodos colonial e industrial.

Dentro dessa premissa, o pesquisador defende que as *rupturas*, como dinâmica interna de um processo ou de um sistema, podem acontecer mesmo sem a presença de perturbações exógenas (provenientes de áreas externas, fora dos espaços

³¹ Amorim Filho e Rigotti (1989)

intraurbanos). Para Brunet, as discontinuidades, sejam hierárquicas, temporais ou espaciais, conformam uma complexa *zona de imprecisão* que se manifesta através da transposição de um ou mais *limiaries*, estes últimos mais evidentes e identificáveis do que o conjunto composto pela *descontinuidade*. O geógrafo nos coloca diante da imprecisa possibilidade de identificação da transposição de um “estado para outro”, ou da passagem de uma pequena cidade para o nível seguinte de hierarquia, em sua transformação evolutiva. Porém, podem-se identificar limiaries que denotam tal processo.

No caso de Itabirito, o advento das instalações fabris, na década de 1860, gerou uma nova direção de crescimento da cidade, numa área distante do núcleo urbano inicial, hoje Centro Histórico. Estas instalações industriais trouxeram notável mudança para o eixo viário e alterações nas localizações dos assentamentos urbanos. Houve, considerando-se o raciocínio de Brunet, um tipo de “*manifestação*” de limiar de transformação, que foi sucedido juntamente por outros fatores, numa *descontinuidade espacial*. Esta descontinuidade (crescimento urbano a partir de outro local, relativamente distante do primeiro, e não mais contínuo e atrelado ao centro inicial) resultou da intervenção de um catalisador (as novas instalações fabris) que serviu, dentro de condições provavelmente já existentes, para desencadear um movimento de transformação. Um catalisador, conceitualmente falando e segundo a teoria de Brunet, acelera ou desencadeia o movimento para a *descontinuidade e ruptura* do processo de ocupação até então estabelecido, através de novos assentamentos residenciais, nova localização de serviços e comércio, diferentes hierarquizações viárias, ou seja, surge uma nova direção de crescimento da cidade, e um novo período de evolução lenta e normal sucede à ruptura. Considera-se aqui uma hipótese de aplicação - interpretação da idéia de Brunet, na análise do desenvolvimento da cidade de Itabirito.

É importante ressaltar que, segundo este geógrafo, o conceito de elemento catalisador, no entanto, pode levar tanto a uma evolução quanto a uma involução e ao caos urbanos. Exemplos evidentes estão presentes na desordem viária, que ocorrem em muitas cidades, o excesso de ruídos, a poluição e a insegurança para os transeuntes nos centros e subcentros de uma cidade, e que, como veremos, já vem se sucedendo em Itabirito. Estes fenômenos que levam a crer na presença de

características urbanas semelhantes às de centros urbanos de maior nível hierárquico, já presentes em diversos centros urbanos emergentes e, principalmente, em algumas cidades médias.

Finalmente, para Brunet (1970), a experiência mostra que *a dimensão da aglomeração urbana (medida pela sua população) e seguida por suas mutações qualitativas, são fatores principais na definição de sua hierarquia*. Acrescenta, ainda, que o dinamismo de uma cidade, seu tamanho e seu nível hierárquico, estão intrinsecamente ligados à natureza da região que elas dominam. “Porém, para se chegar aos níveis hierárquicos, há que se caracterizar, primeiramente, os limiares que os separam”.³²

2.9. Uma abordagem dos centros urbanos emergentes de Minas Gerais

Os *centros emergentes* são cidades com menos de 50.000 habitantes, que se posicionam na fronteira de transição entre as pequenas cidades e as cidades médias. Apresentam uma estrutura econômica ainda embrionária, com setores comerciais, industriais e de serviços, em processo inicial para atender as necessidades das suas populações. Em geral, nestas cidades, há o predomínio do setor terciário. No entanto, nas considerações dos estudos dos autores a seguir, parte-se do princípio de que os centros urbanos emergentes que possuam um setor industrial, mesmo que de pequeno peso, venham a ser os carros-chefe dos demais centros urbanos menores de uma determinada região, no que diz respeito às suas possibilidades futuras de funções externas.

Sendo assim, no processo de crescimento das cidades, o que diferencia notavelmente os centros urbanos emergentes das pequenas cidades e das cidades médias, (segundo Amorim Filho, Bueno e Abreu, 1982) é um conjunto de características tais como:

- *Estrutura econômica em fase incipiente;*
- *Conexões com o meio rural e as cidades maiores;*
- *O papel na estruturação das redes regionais e microrregionais.*

³² Idem

Em relação à estrutura econômica dos centros urbanos emergentes, os setores comercial, de serviços e industrial têm suas organizações ainda incipientes, voltados para atender preferencialmente o município. Conseqüentemente, em sua maioria, estes centros se caracterizam pela predominância do setor terciário, justificada pelas necessidades da população local, como já salientado. No entanto, os centros urbanos emergentes possuem um setor industrial em condições iniciais ou mais evoluídas, e carregam uma dinâmica diferenciada e promissora para o seu desenvolvimento. Neste contexto, o objeto de estudo desta dissertação, a cidade de Itabirito, que passa por um momento crucial na sua dinâmica de crescimento, apresenta características que se enquadram nos itens acima.

Os autores da classificação dos centros urbanos emergentes de Minas Gerais enfatizam a estreita ligação e a dependência destes com o meio rural no qual estão inseridos, funcionando como portais de contato entre os espaços rurais e o “mundo exterior”³³, numa ótica inversa à costumeira, sempre feita a partir dos grandes centros urbanos. Tais contatos podem se dar através do *apoio às atividades agropecuárias*, desde obtenção de incentivos alcançados através da municipalidade, para a aquisição de infra-estrutura química como vacinas, remédios e insumos, até equipamentos e maquinários agrícolas e, conseqüentemente, a *comercialização dos produtos* advindos deste meio rural para além do pequeno centro que o apóia. Através dos centros urbanos emergentes e das cidades médias, o meio rural, o espaço urbano e a região se entrelaçam, perfazendo “a coesão urbana / regional”³⁴.

Uma terceira abordagem se refere à estruturação das redes urbanas regionais ou microrregionais, no que concerne à relação dos centros urbanos emergentes com capitais regionais e/ou cidades médias em seu contexto funcional (tema que será abordado adiante, ao final do capítulo dois, através da caracterização da cidade de Itabirito na região em que está inserida). Quando uma categoria ou duas categorias de cidades estão relacionadas aos centros urbanos emergentes, seu papel torna-se primordial como ligação com as cidades menores e o meio rural que as envolvem, como já foi dito. Quando os centros urbanos emergentes não possuem ainda, em seu

³³ Amorim Filho, Bueno e Abreu, 1982.

³⁴ Idem

entorno, cidades médias ou capitais regionais em número significativo, seu papel dobra de importância, pois eles mesmos assumem a função de cidades médias na sua microrregião ou região.

Estas características são detectadas, principalmente, na porção Norte do Estado de Minas e também numa grande área do Alto São Francisco e Alto do Parnaíba. Na análise da distribuição espacial dos centros urbanos emergentes, a maior presença das mesmas se dá notadamente nas zonas geográficas de Minas Gerais em que as “redes urbanas” se encontram em fase inicial de formação e configuram subsistemas promissores, principalmente em áreas periféricas ou ainda precariamente integradas à rede regional de cidades ³⁵.

No entanto, como os centros urbanos emergentes estão em processo de formação de sua infra-estrutura urbana e regional ³⁶ e, como muitas vezes, estes são os únicos centros de referência para um enorme perímetro rural no qual estão inseridos, configura-se primordial o incentivo ao crescimento planejado dos mesmos, para que “não seja colocado em risco sua função centralizadora sobre o campo, além do movimento de sobrecarga de funções e problemas para as cidades médias” (grifo meu) ³⁷ em seu contexto regional.

Vale ressaltar que as políticas públicas, através dos governos municipais e estaduais, têm em mãos a importante tarefa de incentivar e, ao mesmo tempo, proteger o potencial de reservas naturais, geralmente expressivos em centros urbanos emergentes de Minas Gerais, principalmente por sua característica urbano / rural.

É primordial que estas políticas públicas tenham como meta o equilíbrio na exploração de recursos e ambientes naturais e o desenvolvimento das indústrias, além de resgatar o significado simbólico das pequenas cidades historicamente referenciais, criando-se, desta forma, a inclusão sócio-cultural de parte da população e a preservação da memória das cidades.

³⁵ Amorim, Bueno e Abreu (1982).

³⁶ No ano de 2005, foram criados projetos e feitas pesquisas tais como o Plano Diretor de Itabirito e Estudo de Informações Sócio-econômicas do Município.

³⁷ Sá, 2001.

Da mesma forma, considera-se importante que o crescimento ocorra através de planejamento urbano e do desenvolvimento de infra-estruturas adequadas às necessidades e possibilidades específicas de cada centro urbano emergente. No caso de centros industrializados, deve-se estabelecer critérios de instalação, manutenção e permanência de indústrias dentro de parâmetros de equilíbrio ambiental e sócio-cultural.

Dentro desta ótica, acredita-se que, através do levantamento das características de sua evolução atual e das possíveis tendências de transformação que ocorrem na microrregião em que está inserida, nomeadamente no contexto da rede urbana de Minas Gerais, a cidade de Itabirito deve ser abrangida no cenário das reflexões e estudos de que trata esta pesquisa.

3 - ITABIRITO: “CENTRO URBANO EMERGENTE” OU “CIDADE MÉDIA?”

Este capítulo tratará da pesquisa específica sobre o centro urbano emergente de Itabirito – história³⁸, processos de urbanização, características geográficas e relações externas.

3.1. História da região e da cidade de Itabirito

Numa visão historicista contemporânea, serão abordados os últimos três séculos da história da região e da cidade de Itabirito, tendo como base a “... noção de que a formalização da cidade de Itabirito começa a tecer a sua história a partir de outras que lhe antecederam - histórias estas, que influenciaram os processos posteriores de re-significações físicas e culturais”³⁹.

O processo de formação da cidade tem repercussões no estado atual deste centro urbano e, atualmente, a realização de ações culturais, através de festejos e iniciativas relacionadas à manutenção da memória da cidade, têm gerado influências nas formas de apropriação dos espaços públicos e seus usos, pelos cidadãos e visitantes, também gerando novos tipos ocupações e novos fluxos, em sua organização intraurbana.

3.1.1. Povoamento na Região de Itabirito

O Município de Itabirito foi criado em 7 de setembro de 1923 e, desde 1938 é composto pelos distritos abaixo, que pertenciam, até então, à Comarca de Ouro Preto (Itabirito em Revista, 1992). São eles: Sede (antigo Arraial de Nossa Senhora da Boa Viagem de **Itaubira** do Rio de Janeiro e, após 1745, Freguesia de Itabira do Campo),

Acuruí (antiga Freguesia de Rio de Pedras), São Gonçalo do Baçõ e São Gonçalo do Monte.

³⁸ As referências históricas expostas neste trabalho foram baseadas em trabalho de pesquisa recente do historiador KLEVERSON LIMA intitulado Itabirito, Breve Histórico, Setor de Pesquisa Histórica da Divisão de Memória e Patrimônio, Secretaria Municipal do Patrimônio Cultural e Turismo, Prefeitura de Itabirito, outubro, 2005

³⁹ LIMA, Kleverson. Texto: Itabirito, Breve Histórico, 2005

Em relação aos primeiros ocupantes da região, a referência mais antiga dá indícios de ocupações indígena no terreno da Usina Boa Esperança, encontrados na ocasião de sua implantação, ao final do século XIX.⁴⁰

(...) Francisco Mendanha (...) obteve serviço no local da fundação (da Usina Esperança), com mais alguns operários e que, ao desmontar o terreno coberto de mato, para início da construção, verificou-se que ali teria sido local de uma maloca de índios, pois foram encontrados objetos vários de uso dos silvícolas tais como machadinhas de pedra, arcos, flecha e utensílios outros da tribo.

Recentemente, foram encontrados outros importantes vestígios numa gruta de mina de ferro, situada próximo às nascentes do Córrego Ponte de Pedra, no entorno do Pico de Itabirito (BAETA e PILÓ, 2005). Como são poucas as evidências de sítios arqueológicos em regiões não calcárias, tal descoberta é um importante feito, tanto para a história de Itabirito, quanto para a arqueologia mineira.⁴¹ Este dado pode contribuir para qualificar Itabirito em áreas de conhecimento específicas para estudantes, pesquisadores e para o patrimônio arqueológico nacional.

Havia os povos Botocudos e Cataguases ⁴², sendo esses últimos, indicados como habitantes das regiões Sul, Sudoeste e Central de Minas Gerais (JOSÉ, 1965).

Segundo LIMA, por detrás dessa generalização, a historiografia contemporânea já sabe que se escondem diferentes etnias, tais como as etnias do tronco lingüístico Macro-Jê, denominadas "Tapuia", e as do tronco lingüístico Tupi-Guarani, denominado "povos tupis" (BAETA, 1998).

Quanto à formação dos arraiais e freguesias na região de Itabirito, os primeiros povoamentos constituídos pelos colonos e estrangeiros nos distritos deram-se entre 1699 e 1701, quando "houve uma forte migração dos mineradores e comerciantes vindos do Vale do Tripuí (Ouro Preto e Mariana) para a região do Rio das Velhas, a fim

⁴⁰ Informações contidas no livro de memórias de Olímpio Augusto da Silva (1996), no qual relata a descoberta de Francisco Medanha acerca dos citados indícios de ocupação indígena.

⁴¹ Segundo Lima (2005): constante no imaginário da população local (mas ainda sem comprovação) são as referências aos AREDES, antigos habitantes da Cadeia do Espinhaço (Fiorillo, 1996) e Botocudos (Itabirito em Revista, 1992).

⁴² Trata-se de denominações genéricas utilizadas pelos primeiros exploradores da região das minas de ouro.

de assentar novas ocupações em terras mais férteis, escapar à falta de abastecimento de alimentos e tentar a detecção de novos focos de pontos auríferos” (CÓDICE, 1999).

Segundo Lima (2005): (...) Esses deslocamentos dos viajantes entre Sabará e Vila Rica (atual Ouro Preto), via Rio das Pedras e Raposos, concretizou um caminho bastante utilizado nas primeiras décadas do século XVIII, desenhando, nessa região, parte da chamada Estrada Real (FIG. 2 e 3).



FIGURA. 2 - Mapa da Comarca do Rio das Velhas de 1734/1735.
Fonte: COSTA, Antônio Gilberto et al.
Cartografia das Minas Gerais: da Capitania à Província, 2002.

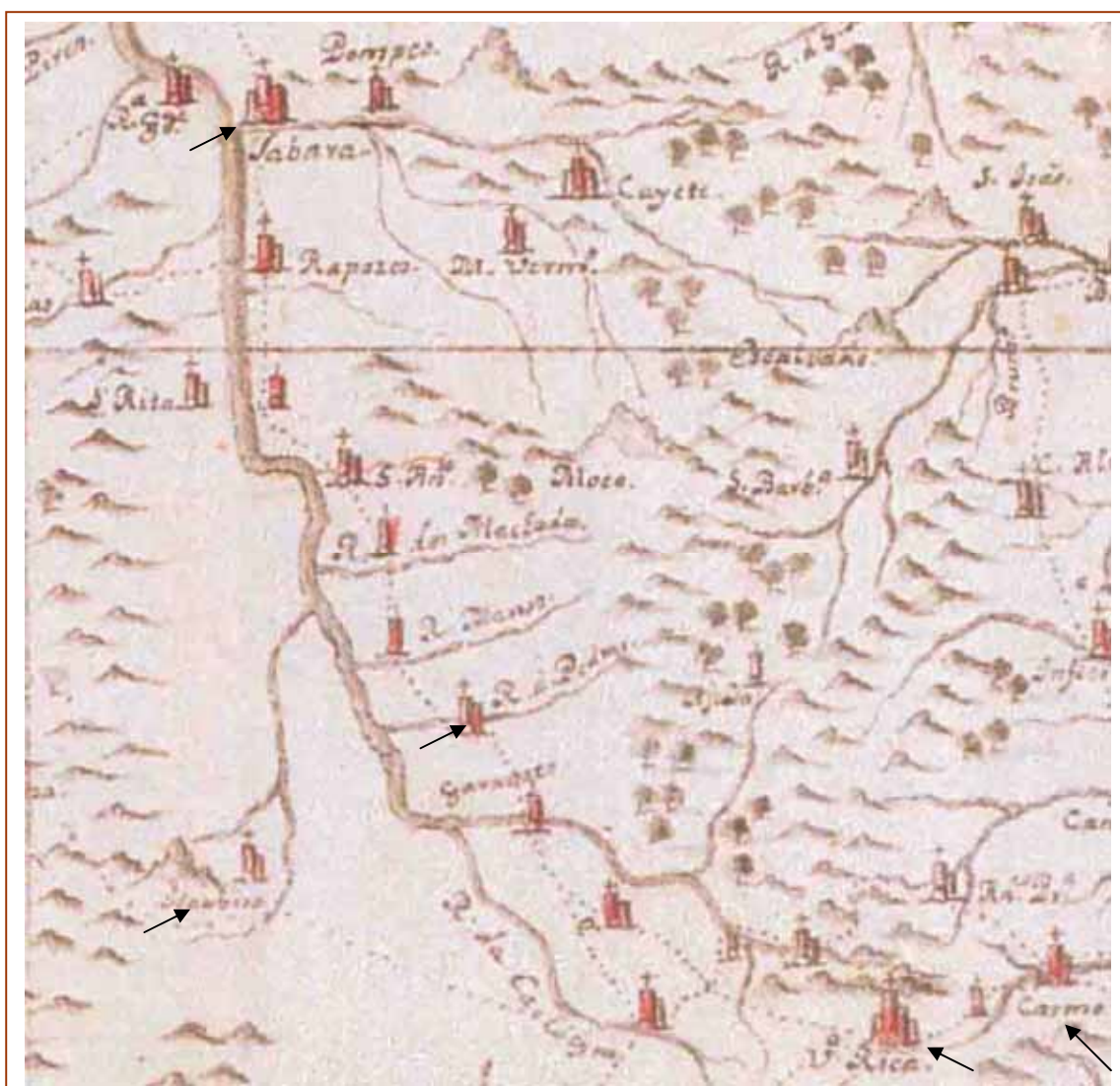


FIGURA 3 - Detalhe do mapa acima (1734/1735) – mostrando Sabará (seta superior); Rio das Pedras (seta intermediária) e três povoados como Vila-Rica e Carmo (inferior direita) e Itaubira (inferior esquerda).

Os mapas acima mostram novos caminhos afluentes que se formaram a partir desse eixo principal (Sabará - Vila Rica). Entre estes, via Cachoeira do Campo, prolonga-se uma estrada que passa pelo arraial de Itaubira⁴³ (atual Distrito Sede) e termina na base do Pico de Itaubira (atual Pico Itabirito), importante ponto de referência geográfica para os mineradores, comerciantes, administradores da Coroa, assaltantes e andarilhos que se deslocavam através do Rio das Velhas, vindos do Rio de Janeiro, Bahia ou São Paulo.

⁴³ Esta uma das primeiras representações cartográficas do Pico.

Para Lima (2005), “As informações sobre a fixação dos povoados no arraial de Itaubira (atual Distrito Sede) repetem a mesma imprecisão documental sobre o período. De acordo com Augusto de Lima Júnior, a expedição liderada por Luís de Figueredo Monterroio e Francisco Homem Del-Rei, em 1709, foi responsável pelo início da aglomeração urbana nessa localidade. Essa história (ou hipótese, pois o autor não cita as fontes pesquisadas) é recorrente e reproduzida no imaginário local (Olimpio, 1996; Fiorillo, 1996; Itabirito em Revista, 1992)”.

De acordo com Oliveira e Lima (1998), a construção da capela primitiva de Nossa Senhora da Boa Viagem, em Itaubira, se deu no período entre 1710 e 1720. Estes autores afirmam que a construção da Capela de Nossa Senhora do Rosário é anterior a 1740. Em 1745, ocorreu a elevação do Arraial de Itaubira à condição de freguesia, passando a se chamar Itabira do Campo - tornando-se colativa em 1752. Em 1765, foi construída a Capela do Senhor Bom Jesus de Matosinhos. Ainda no século XVIII, foram construídas a Capela de Santa Rita de Cássia, edificada no povoado de Córrego Seco, e a Capela de São Sebastião, no Aredes.

Segundo Lima (2005), as datas das construções desses templos, além de confirmar a existência dos assentamentos citados, são referências importantes para a identificação da construção das principais vias dentro das áreas urbanas desses distritos no período em que surgiram. No antigo Arraial de Nossa Senhora da Boa Viagem de Itaubira do Rio de Janeiro, por exemplo, entre 1720 e 1740, (e após 1745 como Freguesia de Itabira do campo) pode-se presumir a abertura de duas ruas bastante utilizadas nos séculos XVIII, XIX e XX: Rua do Rosário (antiga rua Direita) e Rua Sete de Setembro (OLIVEIRA E LIMA, 1998).

Em Minas Gerais, a multiplicidade das atividades econômicas presentes nos setores produtivos (extrações do ouro, cultivo de gêneros agrícolas, criação de víveres, pecuária, beneficiamento de produtos como milho, cana-de-açúcar e mandioca) proporcionou, além de uma ocupação menos dependente dos produtos de outras capitanias, a continuidade das relações econômico - sociais em diversas povoações, paróquias e freguesias, dispersas pela região aurífera.

Enquanto, em alguns lugares, houve um esgotamento total das possibilidades dos trabalhos auríferos, em outros, as potencialidades mineradoras passaram a

necessitar de técnicas cada vez mais sofisticadas - resistindo apenas os serviços de extração, que continuava a influenciar as economias locais.

Na região de Itabira do Campo e Rio das Pedras, o conjunto das atividades agropastoris, mineradoras e comerciais, levadas a cabo desde os primeiros anos do *boom* da colonização mineira, minimizou os efeitos da crise econômica no final do século XVIII, sobretudo em relação à tendência de despovoamento e migração para o Sul e Sudeste de Minas Gerais. Com o rompimento legal com Portugal e a formação do Império do Brasil, em 1822, começaram a se desenhar novos desafios, posturas e empreendimentos da administração central, com a participação de firmas estrangeiras junto às corporações brasileiras.

Entre 1833 e 1844, a empresa inglesa The Brazilian Company Ltda constituiu a Mina de Cata Branca, em Itabira do Campo, se distinguindo como pioneira na introdução de processos mecanizados de extração do ouro na primeira metade do século XIX, ao lado de Gongo Soco, em Caeté, e da Mina do Morro Velho (em Congonhas do Sabará, atual Nova Lima). (HIRASHIMA, 2003).

Em 1843, os trabalhos em Cata Branca contavam com um plantel de 450 (quatrocentos e cinquenta) escravos, excetuando-se, neste cálculo, os funcionários ingleses e itabiritenses (CASTELNAU, 1949). Em 1844, parte desta mina desabou soterrando, além de parte dos empregados, a continuidade dos trabalhos mineradores. A partir de 1845, as evidências de diminuição dos rendimentos das lavras e faiscações e o desabamento da Mina de Cata Branca começaram a provocar um expressivo desaquecimento econômico na região, o que se refletiu na vida social e cultural da população (BURTON, 1976).

3.1.2. Transformações na indústria e novos modelos de urbanização.

“O aumento das instalações de pequenas fábricas e indústrias em Minas Gerais, sintoma visível desde 1860; a efetivação do trabalho livre em contraposição ao escravo, a partir de 1888; a emergência de outros setores da sociedade; o início do Governo Republicano Federativo do Brasil (1889) e a construção da nova Capital (Belo

Horizonte), começaram a transformar o panorama da região central mineira, no final do século XIX ” (DINIZ, 1981).

A passagem dos trilhos ferroviários por Itabira do Campo, em 1882, possibilitou a inauguração da Usina Siderúrgica Esperança, em 1888, e a instalação do primeiro alto forno em Minas Gerais. Em 1891, a primeira “corrida de ferro” foi produzida nessa usina, mas, devido à baixa qualidade da construção do alto forno e as altas tarifas cobradas pelo transporte, os trabalhos tiveram de ser interrompidos (ROSIÈRE et al, 2005; Itabirito em Revista, 1992). Em 1892, esta usina foi vendida para a Sociedade Forjas e Estaleiros e, em 1899, adquirida por José Joaquim Queiroz Júnior. Esta empresa funcionou até 1991, quando foi à falência. Posteriormente ela, foi adquirida pelo Grupo Valadares Diesel (VDL) e ainda permanece ativa.

Em 1892, houve a abertura da empresa de tecidos, Companhia Industrial Itabira do Campo e, em 1896, a do Curtume Santa Luzia. Esses investimentos, junto às demandas para a construção de Belo Horizonte, inaugurada em 1897, provocaram um crescimento da população de Itabira do Campo, triplicando o número de seus habitantes entre 1890 e 1919 (ATLAS CHOROGRAPHICO, 1926).

Esse processo de migração evidenciou também a mudança física do eixo econômico de Itabira do Campo, deslocando a ocupação urbana da antiga parte alta para a parte baixa, cortada pelo córrego Carioca, afluente do rio Itabira (atual rio Itabirito). Tal deslocamento teve como consequência: 1) a divisa entre a área urbana e a rural, ainda que bastante tênue; 2) a inserção da fábrica de Tecidos Companhia Industrial Itabira do Campo (localizada no centro Histórico da cidade), que simboliza a mudança do eixo de ocupação (antes concentrado, apenas, ao redor das capelas na parte mais alta da cidade); e 3) a incorporação dos novos símbolos de modernização (como implantação de fábricas) gerados nessa época.⁴⁴ (Ver imagem fotográfica de 1902).

⁴⁴ LIMA, Kleverson. Texto: Itabirito, Breve Histórico, 2005



FIGURA 4 - Itabira do Campo – 1902.
 Fonte: Acervo particular de Celso Matos.

Segundo Lima (2005) “Essa conformação híbrida entre o urbano e o rural em Itabira do Campo - aspecto comum a diversas localidades de Minas Gerais durante os séculos XVIII e XIX - produziu um cenário peculiar dentro do núcleo urbano: a presença de imóveis contendo alguns aspectos típicos das áreas rurais, como as varandas de balcão e em “L”. Alguns exemplares ainda podem ser observados na rua do Rosário e rua Sete de Setembro. Esses imóveis são monumentos que resistiram aos novos modelos de urbanização, adotados no final do século XIX e nos desdobramentos da centúria seguinte.”

Ainda, segundo o autor, o aumento populacional, detectado entre 1890 e 1919, levou, por exemplo, à construção da Paróquia de São Sebastião em 1918, situada nas proximidades do Rio Itabira. A configuração urbana caracterizada pela tendência de instalação das casas, igrejas e comércio nos pontos íngremes - prática que funcionava desde o início da ocupação como estratégia de visibilidade, também característicos de posicionamento de poder e de segregação social, assim como de defesa contra possíveis ataques e distanciamento das zonas de enchentes - começou a ceder lugar às novas maneiras de conceber a experiência urbana nesse período (FOLLIS, 2004). Em contraposição às ocupações em terrenos íngremes, que causavam dificuldades

para o transporte e ocasionavam freqüentes bloqueios de acessos pelas ladeiras, vieram, nas décadas de 60 e 70, os modelos de ocupação em áreas planas, com suas vias largas, em malhas regulares, idealizadas para facilitar o escoamento do fluxo de trânsito e das águas das chuvas, possibilitando, em Itabira do Campo, ocupação urbanística menos orgânica e novas tipologias arquitetônicas.

3.1.3. Século XX - identidade municipal e novos desafios.

A partir da segunda metade do século XIX e, em consequência do citado crescimento econômico, percebe-se um desmembramento do número de distritos (ou freguesias) dos devidos Termos (ou cidades), sendo alçados à condição de Municípios (COSTA, 1970). Itabira do Campo tornou-se, no início do século XX, o distrito com maior arrecadação de impostos, dentro do Município de Ouro Preto. A partir de 1923, após os conflitos entre os diferentes interesses políticos envolvidos nesta questão, novo município foi criado com a denominação de Itabirito (Itabirito em Revista, 1992). “Inicialmente, os distritos que compuseram a cidade eram: Distrito Sede (antigo Itabira do Campo), São Gonçalo do Bação, Moeda, São José do Paraopeba e Boa Vista do Aranha. A partir de 1938, além da Sede, ficaram vinculados apenas os distritos do Rio das Pedras (atual Acuruí), São Gonçalo do Monte e São Gonçalo do Bação, conformação que ainda permanece.

Em 1923 foram inaugurados os serviços de abastecimento de energia elétrica para as empresas, repartições, vias públicas e parte da população que vivia no Distrito Sede. Em 1926, neste mesmo distrito, uma nova fábrica de tecidos foi edificada: a Companhia Itabirito Industrial de fiação e tecelagem de algodão. Em 1934, ainda no Distrito Sede, as coletas de água nos antigos chafarizes começaram a ser substituídos pelos serviços de captação e distribuição de água (LIMA, 2005).



FIGURA 5 - Praça da Estação, década de 1940.
Fonte: Acervo particular de Celso Matos.

O novo eixo urbano e comercial de Itabirito, consolidando-se na parte baixa da cidade, estimulou o aumento da construção de imóveis próximos às unidades fabris, sendo que várias estruturas dessa fase ainda permanecem no tecido urbano. Nos últimos anos, a cidade de Itabirito foi influenciada por diretrizes de modernização, importadas de outras cidades como Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, que passaram a influenciar as linguagens e sistemas das construções, resultando numa lenta substituição das edificações marcadas pelo estilo colonial.

Entre os anos 1950 e 1980, diversas transformações, ocorridas devido ao aparecimento de empresas concorrentes na região, às crises econômicas no Estado, ao aparecimento de inovações tecnológicas e a mudança de investimentos para novos ramos de setores de produção, repercutiram no desempenho industrial de Itabirito. Estas transformações provocaram a ampliação da área urbana ⁴⁵, inclusive com a constituição de novos bairros, de forma desordenada e sem planejamento por parte do poder público. A cidade, até o ano de 2005, não tinha plano diretor, e tornou-se um desafio para as administrações públicas equacionar os problemas de moradia, trabalho,

⁴⁵ Entre 1950 e 1991 a população municipal triplicou de 12.820 para 37.901 - Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1959; Costa (dir.), 2005.

saúde pública, lazer, educação e a preservação de seu patrimônio cultural material e imaterial.

3.2. Posição geográfica de Itabirito

A cidade de Itabirito localiza-se na Região Central do Estado de Minas Gerais, também chamada Zona Metalúrgica. O município pertence à Região do Quadrilátero Ferrífero e ao Circuito do Ouro.

A região do município de Itabirito é cortada pela Rodovia BR-040 (sentido Norte-Sul), que liga Belo Horizonte ao Rio de Janeiro; pela Rodovia BR-356 (sentido Noroeste-Sudeste), denominada Rodovia dos Inconfidentes, que liga Belo Horizonte a Ouro Preto; e pela Rodovia MG-030, antiga Rodovia União Indústria, que liga Itabirito a Rio Acima, ao Norte, e a Ouro Preto, Ouro Branco e Conselheiro Lafaiete, ao Sul.

O município localiza-se na Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, e se integra com outros três municípios (Mariana, Diogo de Vasconcelos e Ouro Preto) à Microrregião de Ouro Preto. Com área de 549,22 km², limita-se com os municípios de Moeda, Brumadinho, Nova Lima, Rio Acima, Santa Bárbara e Ouro Preto. A sede do município está situada a 848m de altitude e tem sua posição geográfica determinada pelas coordenadas 20°31'14" de latitude Sul, em interseção com o meridiano 43° 41' 29", de longitude Oeste. Fazem parte do município quatro distritos: a sede, São Gonçalo do Monte, Acuruí e Baçõ. Para fins administrativos, ressalta-se que Itabirito localiza-se na Região Administrativa Central do Estado, composto por 64 municípios, entre os quais se encontra o município de Belo Horizonte.

A região é representada, em sua maior parte, por uma paisagem de serras e seu relevo, com topografias onduladas, possui grandes variações altimétricas.

O clima do município de Itabirito é, na classificação de Koppen, tropical de altitude (Cwb) com invernos secos e verões brandos. A vegetação natural é representada pela Mata Secundária (remanescentes da Floresta Estacional Semidecidual), pelo Campo Cerrado (Savana Arborizada) e pelo Campo (Savana Gramíneo Lenhosa), classe que ocupa a maior área com 218,91 km². Atualmente, a

cobertura vegetal do município se encontra, em grande parte, descaracterizada pela ação antrópica.

Itabirito encontra-se, totalmente, dentro do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais. Está inserida na bacia do São Francisco e na sub-bacia do rio das Velhas, que corta o município em sua porção Nordeste. Na margem esquerda da sub-bacia do Rio das Velhas, encontra-se o rio Itabirito, que atravessa a sede do município.

Em termos de uso e ocupação do solo urbano, a atividade de uso mais importante, do ponto de vista da geração de recursos financeiros, é o extrativismo mineral. Os solos, na sua quase totalidade, são pouco profundos, e pobres em matéria orgânica. Esse fator, aliado ao relevo acidentado da região, faz com que a agropecuária torne-se pouco expressiva. Os reflorestamentos de *Eucalyptus spp.* que tiveram seu plantio incentivado para utilização como recurso energético, ocupam, aproximadamente, mais de 1.100 hectares.

Como muitas cidades mineiras do primeiro quartel do século XVIII, também Itabirito surgiu e se desenvolveu em torno de áreas de exploração mineral. Neste processo, por ocasião da escassez do ouro na região e na época da construção da estrada de ferro, iniciada em 1882 ⁴⁶, um grupo de brasileiros e estrangeiros perceberam a riqueza ferrífera do solo da cidade. Uniram-se, então, para a construção de um Alto Forno, na localidade do atual bairro Esperança. Esta construção iniciou-se em 1889 e, em 24 de junho de 1891, foi dada a primeira corrida de ferro gusa, tornando-se um dos primeiros Altos Fornos do Ciclo Moderno da Siderurgia, no Brasil.⁴⁷

Os fatores históricos mencionados colocaram a cidade de Itabirito, no século XIX, em posição de relevo na economia nacional.

A seguir, serão abordados o quadro físico, os aspectos da geografia humana e as condições de regionalização de Itabirito.

⁴⁶ Sendo inaugurada a Estação Ferroviária em junho de 1887, última estação ferroviária construída pelo regime monárquico no Brasil.

⁴⁷ Dados gerais e informações geo-históricas e econômicas do município de Itabirito – Secretaria de Estado do Turismo, Governo do Estado de Minas Gerais, fevereiro, 2005.

ITABIRITO-MG
SEDE, DISTRITOS E
MUNICÍPIOS LÍMITROFES

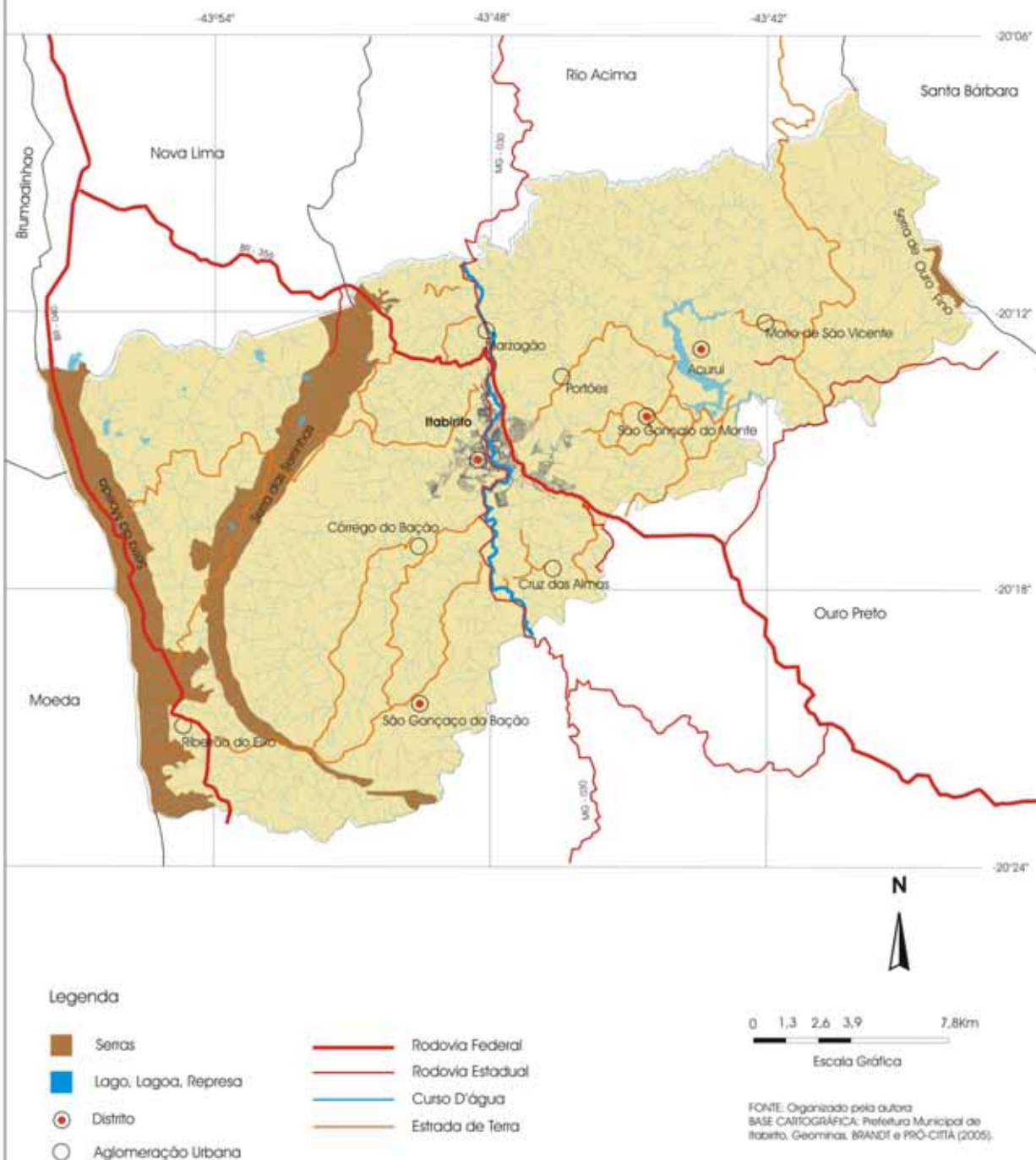


FIGURA 6 - MAPA 2 - Itabirito: Sede, Distritos e Municípios limítrofes.

3.3. Posição em relação aos aspectos Físicos

Os aspectos físicos da região de Itabirito condicionaram o crescimento de sua sede, em função do isolamento gerado pela Serra das Serrinhas (a Oeste), posteriormente transformada em zona de proteção ambiental, a Oeste da cidade. As características edafo-climáticas determinaram a existência da prática da extração mineral, economicamente significativa na região, e as possibilidades de cultivo das terras.

O município de Itabirito se insere entre duas grandes unidades de relevo, a Serra da Moeda, no limite Oeste do município e mais próxima à sede (depois da Serra das Serrinhas), e a Serra do Espinhaço (ou Serra do Ouro Fino) a Nordeste, nos limites do município nesta mesma direção. Entre estas, está a depressão do Rio das Velhas, na qual também se encontra a sub-bacia do mesmo rio, em cuja margem esquerda, encontra-se o Rio Itabirito que atravessa a sede (PRÓ – CITTÀ, 2005).

O Rio Itabirito e seus afluentes contribuíram expressivamente para as primeiras ocupações, influenciando, juntamente com outros fatores, como topografias planas e estreitas de fundo de vale, o sistema de vias de transportes, construído. Este sistema viário, por sua vez, contribuiu para o desenvolvimento morfológico da cidade, para suas relações com o meio rural e aglomerados urbanos, bem como para os acessos aos núcleos urbanos maiores.

3.3.1. Geologia e Geomorfologia

Do ponto de vista geotectônico, a área do Quadrilátero Ferrífero está inserida na porção meridional do Cráton São Francisco (ALMEIDA, 1977). Nos terrenos da região de Itabirito, que fazem parte da área Leste-Sudeste de Belo Horizonte, há o predomínio do granito-gnáissico de idade arqueana (2.500 a 4.000 anos). Tais terrenos são denominados complexos metamórficos, cinturões arqueanos do tipo *greenstone belts* e seqüências supracrustais do Paleoproterozóico. Dentro da seqüência de rochas do Quadrilátero Ferrífero, estas unidades apresentam-se em diferentes eventos tectônicos, desde o arqueano ao cenozóico.

Dentre as megaestruturas geradas pela evolução tectônica na região do Quadrilátero Ferrífero, destaca-se em Itabirito, o Arqueamento Rio das Velhas-Sinclinal Moeda (eixo da Br-040), Complexos metamórficos (Complexo Bação em toda a área central do município de Itabirito) e Anticlinal de Conceição e da Vargem do Lima.

O Complexo Bação ocupa a porção central do Quadrilátero Ferrífero. Integra este domínio o município de Itabirito, onde predominam áreas com declividades abaixo de 30%, e as altitudes variam de 800 a 1000 m. A paisagem antrópica em Itabirito inclui expressivas voçorocas no distrito de São Gonçalo do Bação (CARVALHO, *op cit.*).

Os terrenos granitos-gnáissicos são favoráveis ao crescimento urbano e seus solos são relativamente homogêneos em termos de comportamento geotécnico, segundo Silva (1990). Em geral, estes terrenos constituem-se de solos argilo-arenosos, de cor vermelho-amarela, coesos, recobrimdo um solo residual de textura silto-arenosa de cor rósea e pouco coeso, sendo o primeiro mais resistente à erosão e, o segundo, muito erodível e instável em cortes. Estes cortes freqüentemente causam um incremento no gradiente hidráulico, responsável pelo desenvolvimento de erosão subsuperficial. A vegetação atua como importante agente estabilizador, protegendo os solos do impacto direto da chuva e evitando a excessiva concentração da água superficial.

Em termos geomorfológicos, o Quadrilátero Ferrífero apresenta exemplos variados de estrutura, erosão diferencial e níveis altimétricos, segundo Varajão (1988): as terras mais baixas têm morfologia suave e coincidem com os domínios dos complexos metamórficos. Em contraste a esta situação, encontram-se os *hogbacks* sustentados pelas rochas dos Grupos Caraça e Itabira, que, por sua estrutura e sua baixa susceptibilidade erosiva, constituem as regiões de maiores cotas altimétricas. Ocupando as cotas intermediárias, encontram-se os terrenos compostos por xistos e filitos, preenchendo as megaestruturas sinformais e antiformais topograficamente invertidas. Estes terrenos geram um relevo de feições suaves (HARDER & CHAMBERLIN 1915, BARBOSA 1980, VARAJÃO 1988).

O substrato natural do município de Itabirito é composto por rochas pré-cambrianas, com exceção apenas dos estreitos aluviões que acompanham os seus cursos d'água de 1ª ordem e as coberturas detríticas. Os problemas de ordem

geotécnica não são ainda preocupantes, mas devem ser considerados e analisados em função do acentuado crescimento urbano e da vocação mineradora do município. Seu subsolo é rico em depósitos de alumínio, areia, argila, calcário, caulim, dolomita, minério de ferro, manganês, ocre, ouro, pedras britadas, mármore e prata.⁴⁸

3.3.2. Relevo

Itabirito se caracteriza com uma paisagem natural de serras, montanhas e vales de marcante beleza. Seu relevo de topografias onduladas possui variadas e notáveis altitudes, criando um cenário de paisagens e horizontes especiais, bem visíveis através das rodovias BR-040 e BR-356.

Entre o Sinclinal Moeda, a Oeste, e a Serra do Espinhaço (ou Serra do Ouro Fino) a Nordeste, encontra-se a Depressão do Rio das Velhas, que ocupa a maior parte do município, inclusive sua sede. Nos vales dos principais cursos d'água se encontram pavimentos planos e estreitos como características específicas destes lugares.

Na confluência do Ribeiro Manso com o Rio das Velhas, o relevo, muito movimentado com desníveis de quase 1.000 m entre os pontos topográficos extremos, tem sua cota altimétrica mais baixa, com 770 m de altitude. Seu ponto mais alto é o Pico da Serra do Ouro (Alto do Monge), no Espinhaço, com 1.753 m. Na sua área central a altitude é de 848 m, onde se encontra a sede do município de Itabirito.

No entanto, o marco natural e simbólico mais marcante da cidade, historicamente referenciado, é o Pico de Itabirito (ou pedra pontiaguda). Vale citar um trecho de descrição feita por Álvaro da Silveira em 1925:

“ O Pico é formado de oligisto que representa um ótimo minério de ferro. Tanto tem de imponente como de caprichosa a forma tomada pela majestosa massa ferrífera. Destacando-se um monte que se eleva em meio à canga coberta de campo, apresenta uma verdadeira crista abrupta e dirigida aproximadamente no sentido norte-sul, tendo inclinado para o norte a sua base que acompanha mais ou menos a inclinação da parte dorsal. Do extremo superior da base ao alto do pico, poderá ter uns 20 metros de diferença de nível. Por ser um bom para-raio natural, a perseguição que lhe fazem as faíscas elétricas é tamanha que seu perfil se modifica sensivelmente de ano para ano. Aos lados da gigantesca e interessante crista ferrífera a encosta do morro donde ela se eleva está juncada de fragmentos de oligistos, de quantidade realmente considerável. Estes pedaços de arestas vivas e de tamanhos diversos, mas geralmente não muito

⁴⁸ IBRAM (Instituto Brasileiro de Mineração) – Contribuição do IBRAM Para o Zoneamento Ecológico-Econômico e o Planejamento Ambiental de Municípios Integrantes da APA-SUL RMBH – Memorial Descritivo, 2003.

grandes, provém sem dúvida alguma, de uma fragmentação in situ que parece ter sido realizada pelas faíscas elétricas no correr, naturalmente, de muitos séculos. Até a parte superior da crista, o acesso não é dos mais penosos; dali até ao alto do Pico, porém já é preciso vencer não pequena dificuldade oferecida pela parte abrupta.

Diversas são as altitudes que tenho visto citadas para o Pico, variando das que conheço de 1.540 a 1.590 metros. Nas circunvizinhanças das serras do pico acham-se as galerias das minas de ouro antigamente exploradas, mas hoje em completo abandono. Mesmo no quartzito das proximidades do pico há uma galeria, cujo fundo não pude reconhecer por ser bastante longa e estar eu desprovido dos preciosos meios para aquele fim”.

(In: Minas Gerais, 1925, Victor Silveira, Imprensa Oficial - BH-1926).

Por ser um rico depósito de minério, o Pico de Itabirito vem sendo explorado intensivamente. A sua base e encostas se encontram totalmente solapadas e terraceadas. Atualmente a sua descrição geográfica é bem diferente da transcrita de forma fiel, denotando esta manifestação de relevo, ainda intocada, no início do século XX.

Estes marcos naturais foram, para as expedições de bandeirantes paulistas, importantes referências para se atingir as minas de ouro e as vilas que nasciam em função da exploração na região. Daí o seu valor histórico. Os Pico Itatiaiuçú, do Itabira ou Itabirito, o de Itacolomi ou o do Caraça, foram todos tombados e suas áreas circunvizinhas transformadas em parques ou santuários ecológicos.

Segundo o Projeto RADAMBRASIL (1983)⁴⁹, o relevo desta região se divide em dois tipos: linhas e cristas de cumeadas, constituindo modelados de dissecação diferencial isolados (com altimetria elevada, continuidade e extensão da forma), em meio a modelados de dissecação homogênea (com colinas um pouco alongadas e de topos convexos e tabulares).

Estas características naturais mencionadas, além de caracterizarem a região de inserção da cidade, auxiliam na análise da ocupação urbana e no comportamento de seus terrenos e solos.

⁴⁹ RADAMBRASIL - Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental

3.3.3. Hidrografia

Como referência da posição da cidade de Itabirito quanto à hidrografia, é importante mencionar a área estudada pela APA-SUL – RMBH, que abrange duas bacias federais denominadas Bacia do São Francisco e Bacia do Rio Doce. A primeira é representada pelas bacias estaduais do Rio das Velhas e do Rio Paraopeba, e a segunda pela bacia do Rio Piracicaba. Os trechos de cada uma dessas bacias na área de estudo foram denominados de Alto Rio das Velhas, Médio Paraopeba e Alto Piracicaba (IBRAM, 2003).

A Bacia do Alto Rio das Velhas ocupa 44,6% desta área de estudo, drenando os municípios de Itabirito, Nova Lima, Raposos, Rio Acima e Caeté. A Bacia do Médio Paraopeba ocupa 23,8 % da área, drenando os municípios de Brumadinho, Sarzedo, Mário Campos e Ibirité, situados na porção oeste da área de estudo. A Bacia do Alto Piracicaba ocupa 31,6 % da área e drena os municípios de Catas Altas e Santa Bárbara.

Os divisores hidrográficos mais importantes nesta área são a Serra da Moeda, a Oeste, dividindo as bacias do Alto Rio das Velhas e do Médio Paraopeba e a Serra do Gandarela e Serra Geral, na porção Centro-Leste, dividindo as bacias do Alto Rio das Velhas e do Alto Piracicaba. A forte densidade de sua rede de drenagem confere ao município, como também à estrutura urbana da sede, características marcantes. A topografia movimentada da área municipal e a drenagem superficial, bastante desenvolvida, é constituída de pequenos córregos, que facilitam o escoamento das águas pluviais em períodos chuvosos.

A bacia do Alto Rio das Velhas drena toda a porção Leste do município, sendo absorvido e utilizado de formas diversas em: minerações, agricultura, lazer, turismo e, em especial, na área ao redor da represa do Rio das Pedras, área onde se localizam os distritos de Acuruí e São Gonçalo do Monte.

O município de Itabirito, em sua totalidade, está inserido na sub-bacia do Rio das Velhas, que nasce na cachoeira das Andorinhas, no município de Ouro Preto. Dotado de inúmeros afluentes, em sua margem direita, destacam-se o Ribeirão das Pedras e o córrego do Palmital e, à sua esquerda, o Rio Itabirito.

O Rio Itabirito é o principal afluente da margem esquerda da bacia do rio das Velhas e é formado pelo ribeirão Mata Porcos, que nasce no próprio município, e pelo ribeirão Sardinha, que nasce no município de Ouro Preto. Sua bacia drena toda a área Central e Oeste do município, exceto pequena área a Noroeste, drenada por pequenos cursos d'água e lagoas ligados ao Rio Peixe, que desemboca no Rio das Velhas, ao Norte, no município de Rio Acima.

A bacia do rio Itabirito e suas microbacias drenam a área urbana da sede do município e o distrito de São Gonçalo do Baçõ. Seu uso e ocupação são múltiplos, contemplando, especialmente nela, as atividades de mineração nos terrenos do Supergrupo Rio das Velhas e Supergrupo Minas que compõem a Serra das Serrinhas e seu entorno. Localizada nos terrenos do amplo complexo metamórfico do Baçõ, a bacia do rio Itabirito possui, nesta área, um relevo menos acidentado e mais deprimido, com terraços fluviais mais amplos em relação ao restante do Quadrilátero Ferrífero. Principalmente no distrito São Gonçalo do Baçõ e ao longo do vale do ribeirão Mata Porcos, que contorna a serra das Serrinhas até a BR-040, encontram-se atividades agrícolas e de turismo ecológico. Suas principais microbacias, pertencentes aos cursos d'água que drenam a sede municipal, são: córrego do Carioca, córrego do Baçõ, córrego Criminoso e córrego Onça. Os córregos do Curtume, Perobas, Esmeril, do Moinho e Jacó, são cursos d'água também distribuídos na malha urbana da sede do município (PRÓ – CITTÀ, 2005).

3.3.3.1. As águas subterrâneas

É importante ressaltar os aquíferos subterrâneos em Itabirito, advindos da estrutura geológica e de movimentos tectônicos sofridos pelos extratos rochosos do Quadrilátero Ferrífero. Segundo estudos do IBRAM, a utilização das águas subterrâneas na área em questão se resume ao abastecimento público e ao rebaixamento dos níveis d'água em minerações de ferro. Os recursos hídricos subterrâneos possuem importância técnico-econômica para o abastecimento público das comunidades urbanas e rurais. Do total de municípios da área da APA-SUL, a COPASA abastece cerca de 50% destes municípios, através de captações de águas subterrâneas e superficiais. Os 50% restantes são atendidos, em proporções iguais,

pelo SAAE - Sistema Autônomo de Água e Esgoto, e pelas próprias Prefeituras, em captações mistas.

Constatou-se que os recursos hídricos do manancial subterrâneo são pouco utilizados para o abastecimento público. No caso do rebaixamento do nível d'água nas minas de ferro, os cones de influência se estendem apenas às vizinhanças dos empreendimentos, sendo que parte do volume retirado é restituída às bacias de drenagem, não representando, portanto, um entrave para a utilização pública (IBRAM, 2003).

3.3.3.2. Qualidade das águas superficiais

A qualidade das águas de superfície depende de uma série de fatores, tais como geologia, tipo de vegetação, ecossistema do corpo d'água e influência antropogênica, esta última a principal responsável pelas maiores alterações verificadas na composição das águas naturais (PATRUS *et. al.*, 2001).

O conhecimento das características qualitativas das águas permite a avaliação das condições de poluição dos corpos d'água e sua variação ao longo do tempo e espaço, subsidiando assim a adoção de medidas de proteção, quer preventivas, quer de minoração dos impactos.

Segundo relatório da FEAM⁵⁰ (2000), com informações recentes disponíveis nas estações existentes na bacia do Rio das Velhas, verificou-se que o pH das águas mantém um caráter básico desde os monitoramentos de 1998. As águas indicam baixo teor de sais dissolvidos. Com relação à presença de metais pesados, é ressaltada a ocorrência generalizada de altos teores de manganês, no período chuvoso, quando ocorre maior carregamento desse metal para o curso d'água. Os metais cobre, ferro solúvel, níquel e arsênio, além do índice de fenóis, apresentam-se em teores superiores aos respectivos limites de classe, definidos pelas COPAM, 010/86.⁵¹

⁵⁰ FEAM – FUNDAÇÃO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

⁵¹ COPAM – COMISSÃO DE POLÍTICA AMBIENTAL

3.3.3.3. Utilização dos recursos hídricos superficiais - Abastecimento público

No município de Itabirito o abastecimento público está a cargo do SAAE, que capta água do córrego Seco e córrego do Bação. Este serviço executa um tratamento convencional de água (coagulação, decantação, filtração, cloração e fluoretação).

Na cidade, não existe estação de tratamento de esgoto: todos os dejetos gerados são despejados no Rio Itabira. Os municípios de Ibirité, Itabirito e Rio Acima não possuem estações de tratamento de esgoto, fato que resulta no incremento da demanda bioquímica de oxigênio, prejudicando consideravelmente a qualidade dos cursos d'água, sendo este o principal agente gerador de poluição identificado.

Faz parte do Diagnóstico Ambiental de Itabirito, dentro do Plano Diretor de Esgotamento Sanitário (2003), adequar e revisar a rede pluvial disponível na cidade, adequando a mesma ao escoamento das águas de chuva. A intensidade de fluxo das águas aumentou com o crescimento urbano e a diminuição das áreas permeáveis dos solos da cidade.

3.3.4. Fitogeografia e condições climáticas

Itabirito pertence à área em estudo da APA-SUL, que abrange parte de dois dos três biomas de Minas Gerais: a Mata Atlântica e o Cerrado. Conforme o IBGE (1993), a área referente a APA-SUL-RMBH situa-se integralmente numa zona denominada de “Área de Tensão Ecológica”. A área estudada no documento desta organização compõe uma “mescla geográfica”, dotada por formações de contato, não somente sob o ponto de vista da vegetação, mas também por fatores geológicos e climáticos. Trata-se aqui de uma área com formações peculiares, que carece de avaliação específica por ter uma biodiversidade acumulada e uma dinâmica populacional significativa.⁵²

O bioma da Mata Atlântica é, em sua maioria, ocupada por florestas estacionais semidecíduais. Estas recobrem todo o leste mineiro, com maiores extensões na direção Sul/Sudeste. Mas a maior parte de Minas Gerais é coberta pelo bioma Cerrado,

⁵² IBRAM, 2003.

encontrado em todas suas fisionomias, ao longo de sua distribuição latitudinal, apesar de não ser homogêneo (Biodiversitas, 1998).

“(…) A área em estudo da APA-SUL tem como característica marcante ser entrecortada por serras. A este respeito, vale lembrar que esta área coincide grandemente com a região do Quadrilátero Ferrífero, cuja denominação provém da orientação das principais serras que descrevem um quadrilátero ao delimitá-la” (UHLEIN & OLIVEIRA, 2000). O estudo do referido programa realizou-se nas porções iniciais da Cadeia do Espinhaço, que compreende serras como a do Rola Moça, do Curral, da Piedade, do Caraça, entre outras, além de serras adjacentes como a Serra da Moeda.

Neste setor da Cadeia do Espinhaço pode-se distinguir uma série de extratos altitudinais. Os campos rupestres ocupam o mosaico de rochas, planaltos arenosos e brejos, que dominam a paisagem na região mais alta, geralmente acima de 1000 m e, às vezes, variando entre 600 e 1200 m, dependendo da interação de uma série de fatores ambientais. Diversos tipos de campo e de cerrado ocorrem na região intermediária.

A partir daí, das partes mais baixas até as mais altas dos morros, são encontradas florestas semidecíduais (formação vegetal arbórea com árvores de troncos eretos, não muito grossos, bastante próximos entre si e com a presença de trepadeiras, epífitas, lianas, líquens e samambaias) e perenifólias, incluindo florestas de galeria e florestas de brejo (florestas montanas ou matas de encosta), embora as florestas de mais fácil acesso tenham sofrido desmatamento (HARLEY, 1995). Este padrão de disposição da cobertura vegetal repete-se, em maior ou menor grau, por todos os municípios estudados, inclusive Itabirito, embora algumas variações possam acontecer. Os principais indivíduos encontrados no município são candeia (dominante na região de transição entre a mata e o campo), corticeira, canjarana, imbaúba, gameleira, ingá, jacarandá, jatobá, lixeira, macaúba, mulungú, pimenta-de-macaco, pau-d’óleo, quaresmeira e unha de vaca.

Nas maiores altitudes dentro do setor dos campos rupestres, podemos encontrar matas de neblina (VELLOSO *et al.*, 1991). Também nos níveis superiores, em diversos locais, acontecem cerrados de altitude (campo limpo, campo denso e campo cerrado),

que se entremeiam com os campos rupestres (HARLEY, 1995). No entanto, a maioria do cerrado local ocorre circundando o topo das serras, ou no ápice dos “mares de morros” (ALVES & KOLBEK, 1993), aparecendo nos intervalos das matas de encosta.

Em Itabirito, a cobertura vegetal do município foi estudada e mapeada segundo os tipos de paisagem encontrada, estando atualmente descaracterizada pela ação antrópica e com raros redutos da vegetação inicialmente presente. Segundo fonte do IBRAM de 2003, a cobertura vegetal e uso do solo do município constituem-se de campos naturais, florestas nativas, capoeira, cerrado, campos rupestres e vegetação de atividades agropastoris.⁵³

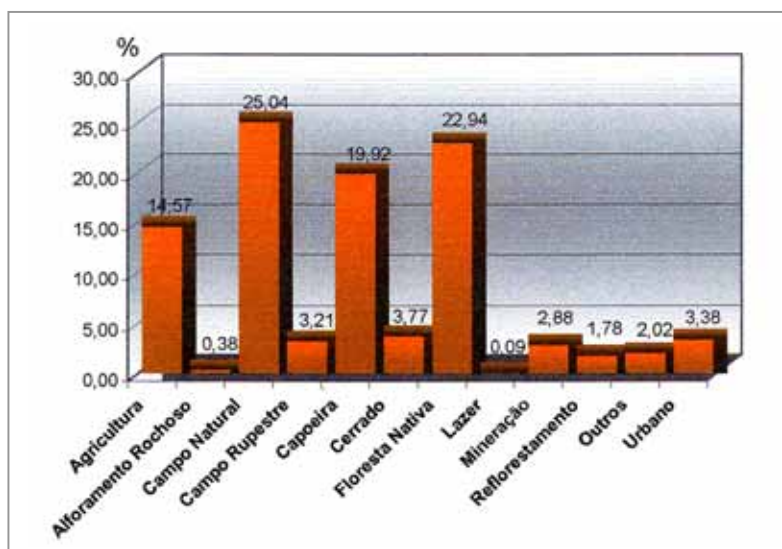


FIGURA 6 – Cobertura vegetal e Uso do solo – Itabirito
Fonte: IBRAM, Zoneamento Ecológico APA-SUL RMBH, 2003.

A região em estudo apresenta uma significativa variação térmica. O clima do município de Itabirito é, na classificação de Koppen, tropical de altitude (Cwb) com invernos secos e verões brandos. A temperatura média anual oscila em torno de 17° C. Nos meses mais frios as médias diárias situam-se entre 13° e 15° e, nos meses mais quentes, entre 20° a 22° C. No entanto, nos últimos anos, é notório o aquecimento da sede do município nos verões, com grande parte de sua área impermeabilizada, como resultado da urbanização carente de planejamento e equilíbrio no uso do solo.

⁵³ IDEM

Nos índices pluviométricos, ocorre uma faixa de direção NO-SE com valores entre 1500 mm a 1250 mm, coincidentes com a porção deprimida do Quadrilátero, Complexo Bação e Arqueamento Rio das Velhas. O período mais chuvoso enquadra-se entre os meses de outubro a abril.

Estas considerações a respeito do município de Itabirito mostram que as características de seu relevo e de sua hidrografia, principalmente, foram importantes no processo de expansão da cidade e em sua morfologia resultante da ocupação urbana que será tratada mais adiante.

Na seção seguinte, serão abordados os principais aspectos relativos à Geografia Humana e a posição de Itabirito dentro deste enfoque.

3.4. Posição em relação aos principais aspectos da geografia humana

Neste tópico, serão abordados importantes aspectos relativos à geografia humana de Itabirito tais como infra-estrutura urbana, sistema de transportes, educação, saúde e patrimônio cultural, que caracterizam a sua posição geográfica na região em que está inserida.

Sendo considerado um município de população predominantemente urbana, sua sede possui uma população de 30.535 habitantes, que corresponde a 95,1% da população urbana total do município, segundo o censo de 2000, indicados na Tabela 1.

Tabela 1 – Indicadores demográficos – Itabirito e distritos – 1991-2000

Situação Unidade territorial	1991			Grau de urbanização	2000						Grau de urbanização
	Total	Urbana	Rural		Total	Δ%	Urbana	Δ%	Rural	Δ%	
Itabirito (município)	32.091	28.678	3.413	89,4	37.901	1,87	35.245	2,32	2.656	-2,75	93,0
Itabirito (sede)	30.535	28.246	2.289	92,5	36.402	1,97	34.725	2,32	1.677	-3,40	95,1
Acuruí	351	92	259	26,2	306	-1,51	149	5,50	157	-5,41	48,7
São Gonçalo do Bação	981	273	708	27,8	909	-0,84	340	2,47	569	-2,40	37,4
São Gonçalo do Monte	224	67	157	29,9	284	2,67	31	-8,21	253	5,44	10,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991-2000.

Elaboração: PRÓ-CITTÀ, 2005.

Dentre as cidades da microrregião de Ouro Preto, Itabirito destaca-se por possuir elevado grau de urbanização, superior ao da cidade média de Ouro Preto (1991-2000). Este fator demonstra uma característica expressiva da cidade com relação ao atributo

tamanho demográfico que corrobora para sua classificação como *centro urbano emergente*. Na Tabela 2, podem-se constatar tais dados.

Tabela 2 – Indicadores demográficos –Municípios da Microrregião de Ouro Preto, Minas Gerais e Brasil – 1991-2000.

Situação Unidade territorial	1991			Grau de urbanização	2000						Grau de urbanização
	Total	Urbana	Rural		Total	Δ%	Urbana	Δ%	Rural	Δ%	
Brasil	146.825.475	110.990.990	35.834.485	75,6	169.799.170	1,63	137.953.959	2,45	31.845.211	-1,30	81,2
Minas Gerais	15.743.152	11.786.893	3.956.259	74,9	17.891.494	1,43	14.671.828	2,46	3.219.666	-2,26	82,0
Microrregião: Ouro Preto	136.946	107.424	29.522	78,4	154.860	1,38	131.057	2,23	23.803	-2,36	84,6
Diogo de Vasconcelos	4.161	748	3.413	18,0	3.972	-0,52	841	1,31	3.131	-0,95	21,2
Itabirito	32.091	28.678	3.413	89,4	37.901	1,87	35.245	2,32	2.656	-2,75	93,0
Mariana	38.180	29.848	8.332	78,2	46.710	2,27	38.679	2,92	8.031	-0,41	82,8
Ouro Preto	62.514	48.150	14.364	77,0	66.277	0,65	56.292	1,75	9.985	-3,96	84,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991-2000.

Elaboração: PRÓ-CITTÀ, 2005.

Com o IDH-M Educação municipal, consideravelmente superior ao nacional e ao mineiro, Itabirito possui uma elevada taxa de alfabetização, na ordem de 93,98%, bastante significativa para a região. Ver Quadro 1.

Quadro 5 – IDH-M por setor – Itabirito, Minas Gerais e Brasil – 2000

Unidade territorial	IDH-M	Longevidade	Educação	Renda
Brasil	0,766	0,727	0,849	0,723
Minas Gerais	0,773	0,759	0,850	0,711
Itabirito	0,786	0,756	0,907	0,696

Fonte: IPEA / FJP, 2002.

Observa-se um crescimento na freqüência escolar da população jovem; no entanto, a média de anos de estudo da população local sugere a existência de uma descontinuidade na formação escolar que se inicia na segunda fase do ensino fundamental (entre a 5ª e a 8ª séries), conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Nível educacional da população jovem – Itabirito – 1991-2000

Faixa etária (anos)	Taxa de analfabetismo		% com menos de 4 anos de estudo		% com menos de 8 anos de estudo		% freqüentando a escola	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
7 a 14	17,2	2,3	-	-	-	-	-	-
10 a 14	7,6	1,0	56,5	33,1	-	-	48,9	32,1
15 a 17	2,8	0,0	13,6	2,9	85,0	56,8	95,8	59,7
18 a 24	4,0	1,1	9,8	7,0	68,6	34,9	74,4	40,8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991-2000.

No que se refere ao ensino público, o sistema municipal é integrado com o sistema estadual – atualmente com cinco estabelecimentos localizados na área urbana da sede do município.

As escolas da sede do município, ligadas à rede municipal, correspondem à cerca de 62% do total do atendimento de alunos matriculados no pré-escolar, enquanto as escolas pertencentes à rede privada contam com 38% da mesma demanda. A Prefeitura da cidade possui, desde 2005, 17 estabelecimentos pré-escolares localizados na zona urbana, os quais foram estruturados em três grupos⁵⁴, conforme se observa na Tabela 4.

Tabela 4 – Pré-Escolar da sede de Itabirito, por pólo de bairros, com número de estabelecimentos de ensino, turmas e alunos – Itabirito – 2005.

Identificação	Bairros	Estabelecimentos	Turmas	Alunos
Pólo 1	Carioca e Região	4	11	179
Pólo 2	Praia, Vila Gonçalo, Lourdes, Santa Tereza, Monte Sinai, Agostinho Rodrigues, Nossa Senhora de Fátima	7	24	414
Pólo 3	São Geraldo	6	19	334
Total		17	54	927

Fonte: SME/Prefeitura Municipal de Itabirito, 2005.

Em relação ao ensino profissional, a Prefeitura possui o Centro Público de Educação Profissional José Toledo Filho – CEPEP, hoje vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, dentro da política municipal de geração de emprego e renda. Tal característica confere à cidade um papel de destaque na região, principalmente em relação aos centros urbanos menores situados em seu entorno.

De acordo com a Prefeitura, esta atua na área da educação infantil (0 a 6 anos) por meio de dois estabelecimentos: a Creche Pequeno Cidadão (bairro Praia) com 92 alunos matriculados, e a Creche APASC (bairro São José) com 41 alunos. Há uma

⁵⁴ Três grupos de bairros ou áreas-pólo, contemplando em si diferentes quantidades de bairros, estabelecimentos, turmas e alunos matriculados.

grande demanda para a ampliação do número de vagas em creches públicas, decorrente do ingresso de muitas mulheres no mercado de trabalho - característica que confere ao gênero feminino importante papel na renda familiar da cidade.

Já o ensino superior é ministrado pela UNIPAC, integrante do sistema particular de ensino, com cursos nas áreas de Administração de Empresas, Ciências Contábeis e Pedagogia; e pela Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP, da rede pública de ensino, com os cursos de Letras e Matemática.⁵⁵

Um número expressivo de alunos precisa se deslocar para fora do município, cotidianamente, em geral para Ouro Preto e Belo Horizonte, pois a oferta de cursos de nível superior, ainda é restrita em relação à demanda. No entanto, a presença das faculdades existentes, oferece a Itabirito um status de referência na região, acentuando sua posição de *centro urbano emergente*.

A gestão da educação na cidade é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação – SME, que conta com a participação do Conselho Municipal de Educação e do Conselho da Merenda Escolar. O SME, em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura, iniciou, em 2005, o projeto Arte nas Escolas, atuando nas áreas de música, artes plásticas e artes cênicas e, como forma de incentivo à leitura, com o projeto Biblioteca Itinerante.⁵⁶

Na área da saúde constata-se melhoria da cobertura vacinal e também do atendimento familiar, principalmente às mães e crianças. Este resultado cabe a ações da Pastoral da Saúde e de programas como o PACS - Programa de Agentes Comunitários - do Ministério da Saúde⁵⁷.

O Sistema de Saúde no Município de Itabirito encontra-se municipalizado e estruturado, numa rede hierarquizada, descentralizada e regida pela Secretaria Municipal de Saúde – SMS e pelo Conselho Municipal de Saúde – CMS, estando classificada no Sistema Único de Saúde – SUS, como Gestão Plena de Atenção Básica. Este dado de amplitude municipal é significativo quanto a posição geográfica de Itabirito, pois os equipamentos afins à saúde estão predominantemente localizados

⁵⁵ Diagnóstico PRÓ-CITTÁ, 2005; Informações sócio-econômicas do Município de Itabirito, SEMDE, 2005.

⁵⁶ Diagnóstico PRÓ – CITTÁ, 2005.

⁵⁷ Informações sócio – econômicas do município de Itabirito / SEMDE, 2005.

na sede da cidade e atendem às cidades dos distritos, bem como às cidades pequenas e ao meio rural, próximos ao município de Itabirito.

A rede ambulatorial de Itabirito é composta de 13 unidades de atendimento. Administrados pelo poder privado, há um hospital, sem fins lucrativos, o Hospital São Vicente de Paulo, e um centro de diálise equipado com 12 equipamentos para hemodiálise. Administrados pela Prefeitura, existem duas policlínicas e três centros de saúde, localizados na zona urbana (seis postos de saúde se encontram na zona rural).

Itabirito conta com uma importante rede de entidades da qual fazem parte 43 associações comunitárias. Acredita-se que, com este perfil, a cidade tenha um papel de influência sobre cidades vizinhas, de menor porte, com o incentivo a uma maior participação da população no desenvolvimento político-social e cultural da região.

Em relação à infra-estrutura e à adequação das moradias ao solo urbano, Itabirito apresenta uma realidade relativamente auto-suficiente, sobretudo na sede urbana. Os dados relativos ao abastecimento de água são satisfatórios assim como os dados relativos ao esgotamento sanitário doméstico. A quase totalidade dos domicílios da cidade possui instalações sanitárias, embora o percentual ligado à rede de esgoto ou à rede pluvial seja relativamente menor (pois funcionam ainda à base de fossas sépticas). Em relação à coleta de lixo, 93% dos domicílios têm seus resíduos coletados, com percentual de cobertura superior a 90% para todos os bairros e loteamentos.⁵⁸

O sistema de transporte coletivo da cidade é constituído por 12 linhas urbanas de ônibus. As linhas interurbanas, que servem Itabirito, utilizam o terminal rodoviário situado na BR-356, saída para Ouro Preto, fator que confere à cidade um referencial de fácil identificação, devido à sua localização em rodovia federal.

Originária do século XVIII, Itabirito possui um rico patrimônio cultural, no qual se destacam suas edificações históricas e suas manifestações culturais, sobretudo, no campo das tradições populares e das expressões artísticas. Seu conjunto arquitetônico e urbanístico, com monumentos importantes, testemunha a evolução histórica da cidade desde o ciclo inicial da mineração do ouro. Os sítios arqueológicos da região, que remontam à época da ocupação indígena, e outros que documentam a exploração aurífera nos séculos XVIII e XIX, incluindo seus antigos processos de mineração, são

⁵⁸ Diagnóstico PRÓ-CITTÀ, 2005.

também referenciais importantes, pois enriquecem o já consolidado valor cultural da cidade, através da criação de museus e bibliotecas.

A cidade possui dois imóveis tombados em nível federal ⁵⁹, ainda nos anos de 1950. Possui um bem paisagístico tombado em nível estadual, o Pico do Itabirito, posteriormente tombado também pelo município. Num processo que se iniciou em 1989, com a criação do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico e dos primeiros tombamentos municipais, pode-se adiantar que Itabirito apresenta, atualmente, mais quatorze monumentos tombados com um significativo avanço na gestão local do patrimônio, também com a presença de vários bens culturais inventariados.⁶⁰

A delimitação do núcleo histórico se deve à Divisão de Memória e Patrimônio, em conjunto com o Conselho do Patrimônio, bem como a iniciativa voltada para sua recuperação, através de parcerias entre o poder público, proprietários dos imóveis e iniciativa privada.

A criação de inventários têm permitido a identificação e registros do patrimônio arquitetônico e urbanístico. Em 1991 foram inventariados no município 22 bens arquitetônicos e urbanísticos e, nos anos de 2000-2001, foi a vez dos bens móveis.⁶¹ Para melhor visualização desses bens patrimoniais protegidos por tombamento no município, ver Quadro 6, abaixo.

⁵⁹ As igrejas de Nossa Senhora do Rosário, construída no início do século XVIII que se destaca pelos seus elementos artísticos, e a de São Vicente Ferrer, localizada no Morro de São Vicente, no distrito de Acuruí, cuja construção teve início em meados do século XVIII.

⁶⁰ Diagnóstico PRÓ-CITTÀ, 2005.

⁶¹ Foram inventariados 40 imagens e peças sacras da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem. No Plano de Inventário apresentado ao IEPHA/MG no início de 2002 foi proposto o inventário da área central da sede – de maior importância histórica e arquitetônica – e de mais nove seções/áreas específicas: Estação Ferroviária; Igreja de São Sebastião; Casa de Cultura; rua Dr. Guilherme e imediações; parte alta da cidade (bairros Boa Viagem, Matozinhos e Tombadouro); antiga Usina Queiroz Júnior; distrito de Acuruí, distrito de São Gonçalo do Baçõ e Mina de Cata Branca. Desde então, conforme o cronograma estabelecido, estão sendo elaboradas, com o apoio do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico, as fichas do Inventário, hoje em número de 120.

Quadro 6 – Patrimônio Cultural do município e sede de Itabirito
Relação dos imóveis tombados 2005

Identificação	Tombamento	
	Esfera	Ano
Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Federal	1955
Igreja de São Vicente Ferrer	Federal	1953
Pico do Itabirito	Estadual Municipal	1989 1991
Antigo Museu do Ferro	Municipal	1992
Quartel da Polícia Militar	Municipal	1992
Capela do Matosinhos	Municipal	1999
Igreja Matriz da Boa Viagem	Municipal	1999
Área da Estação Ferroviária	Municipal	1992
Prédio da Confederação Católica dos Trabalhadores de Itabirito	Municipal	1992
Rua Sete de Setembro	Municipal	1992
Rua do Rosário	Municipal	1992
Residência da Sra. Maria Augusta Marques	Municipal	1992
Residência da Sra. Odete Carlos Baêta	Municipal	1992
Residência do Sr. Isaltino Pereira Pedrosa	Municipal	1992
Residência do Sr. José Faria de Souza	Municipal	1995
Residência do Sr. Benjamim Francisco Passos	Municipal	1999
Residência do Sr. Paulo Josafá	Municipal	1992

Fonte: Diagnóstico PRÓ-CITTA, 2005.

No universo das manifestações humanas e não apenas em relação ao patrimônio material, a cidade conta com entidades culturais como a Corporação Musical União Itabiricense; a Corporação Musical Santa Cecília; o Grupo de Teatro de São Gonçalo do Bação; o Grupo de Seresta Flor de Liz; a Banda Dançante (Congado) e o Grupo Mistura Brasileira. Conta ainda com diversos equipamentos culturais, como a Casa de Cultura Maestro Dungas (Teatro Municipal e corais municipais), a Biblioteca Pública Municipal, que se encontra instalada em prédio histórico pertencente ao conjunto da Estação Ferroviária, a SABI, Sociedade de Amigos da Biblioteca de Itabirito, e o Cine Teatro Pax.

Dentre instituições e serviços, sua sede possui quatro hotéis e instituições financeiras tais como banco ABN AMRO S.A., Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Itaú S.A. e Caixa Econômica Federal⁶².

⁶² Diagnóstico PRÓ-CITTA, 2005.

3.5. Posição em relação às Infra-estruturas, economia e rede urbana regional

Nesta seção, serão abordados aspectos que caracterizam Itabirito e suas relações regionais.

3.5.1. Infra-estruturas Regionais

Localizado na Região Central do Estado de Minas Gerais, o centro da cidade de Itabirito se encontra, de forma privilegiada, apenas a 46 Km da Rodovia Federal BR-040. O acesso a esta, se dá através da Rodovia Federal BR-356, também denominada Rodovia dos Inconfidentes (antes Estadual e, posteriormente, federalizada). A área do município é cortada pelas rodovias BR-040, BR-356 e pela rodovia estadual MG-030, antiga Rodovia União-Indústria, que liga Itabirito a Rio Acima, ao Norte, e a Ouro Preto, Ouro Branco e Conselheiro Lafaiete, a Sudeste e Sul, respectivamente.

As duas rodovias principais de acesso, a Federal (BR-356) e a Estadual (MG-030), se encontram em bom estado, devido à recuperação recente. A proximidade de Itabirito a Belo Horizonte (55 Km), propiciando rápido e direto acesso à capital do Estado, a coloca em posição de contato com a polarização da mesma. O eixo rodoviário Minas – Rio facilita a inserção deste *centro urbano emergente* no quadro de cidades presentes na rede urbana regional estadual e nacional, ligando-a à diversas cidades do percurso. Através da rodovia BR-356, Itabirito estabelece contato com a microrregião à qual pertence, a da cidade média de Ouro Preto, com acesso também para Mariana e Diogo de Vasconcelos.

O maior número de conexões de Itabirito com outras cidades é proporcionada por rodovias e estradas secundárias e se dá, predominantemente, na direção Sudeste da cidade, continuidade geográfica da depressão do Rio das Velhas. Tanto a sede quanto o município estão delimitados, a Sudoeste, pela serra das Serrinhas e Serra da Moeda e, a Leste, pela Serra do Ouro Fino, ou serra do Espinhaço (ver Mapa 2 – página 64).

Em relação à geração de energia elétrica, os municípios da área de estudo do IBRAM, da qual Itabirito faz parte, não possuem grandes empreendimentos. “Na bacia do Rio das Velhas, a CEMIG opera o UHE do Rio de Pedras, localizada no município”.

de Itabirito. A Usina de Rio de Pedras foi construída em 1907 e, a partir de 1973, foi assumida pela CEMIG”⁶³.

3.5.2. Regionalização econômica

Itabirito se insere na região do Quadrilátero Ferrífero, onde predominam a extração mineral e indústrias advindas desta atividade, também presentes tanto em cidades de hierarquia superior a Itabirito, como Ouro Preto e Conselheiro Lafaiete, quanto em cidades menores. De 1970 a 1996, a indústria extrativa mineral, juntamente com a indústria de transformação⁶⁴, se manteve como principal atividade econômica do município, sendo acompanhada pelo setor de serviços que se destaca dos demais, em relação à contribuição para o PIB municipal (ver tabela 5).

Tabela 5 – PIB Municipal a Custo de Fatores por setores selecionados - Itabirito/MG
1970/1996 – em R\$ mil.

SETORES ECONÔMICOS	1970	1975	1980	1985	1996
Industria da Transformação e Extrativa Mineral	54.057,64	72.283,07	73.312,43	94.375,35	294.682,15
Industria da Construção Civil	2.336,61	5.954,76	15.949,36	12.520,44	5.352,27
Transportes e Comunicações	3.742,81	7.129,10	13.333,03	10.169,60	6.952,45
Instituições Financeiras	4.429,63	5.330,08	8.837,18	15.661,15	4.980,18
Administrações Públicas	2.736,64	3.108,94	3.431,04	6.724,25	17.465,93
Serviços	25.381,71	40.753,36	53.495,91	55.695,95	85.361,97
Alugueis	8.692,98	6.912,33	9.781,35	5.811,34	32.863,40
Agropecuário	3.527,90	4.256,80	3.206,58	4.327,38	1.113,43
Comercial	2.588,32	11.382,43	4.366,17	7.662,15	16.611,62

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA

Em Itabirito, a prática da agropecuária é predominantemente familiar e voltada para a subsistência. Sendo os solos, na sua quase totalidade, pouco profundos e

⁶³ Seu reservatório encontra-se, atualmente (2003), com sérios problemas de assoreamento, que comprometem a sua vida útil e o sistema de geração de energia, além de significar um grande risco em relação a danos ambientais, físicos e sociais. IBRAM (Instituto Brasileiro de Mineração) – Contribuição do IBRAM Para o Zoneamento Ecológico-Econômico e o Planejamento Ambiental de Municípios Integrantes da APA-SUL RMBH – Memorial Descritivo, 2003.

⁶⁴ A indústria de transformação é o tipo de indústria que transforma a matéria-prima em algum tipo de produto comercial já a ponto de ser consumido ou usado.

pobres em matéria orgânica, não contribuem para a prática do cultivo comercial. Este fator, aliado ao relevo acidentado da região, faz com que a agropecuária torne-se pouco expressiva. A produção agrícola, rarefeita, compreende o cultivo de batata, milho, feijão, mandioca e arroz. As culturas permanentes, em pequena escala são: abacaxi, cana de açúcar, café, soja, e os citros laranja, limão e tangerina. Os reflorestamentos de *Eucalyptus spp*, que tiveram seu plantio incentivado para utilização como recurso energético, ocupam, aproximadamente, mais de 1.100 ha, em áreas de geometria regular, com talhões de dimensões padronizadas.⁶⁵

As cidades próximas, tais como Barão de Cocais e Santa Bárbara, a Nordeste, Congonhas e Ouro Branco ao Sul e Mariana, a Leste, têm sua economia também voltada para a extração mineral e ainda para a fabricação de minerais não metálicos, de máquinas e equipamentos, de produtos alimentícios e de bebidas, de materiais metálicos (não maquinários) e de artigos do vestuário e acessórios. Entre os municípios citados, a exceção a estas atividades acontece apenas em Santa Bárbara, que produz produtos químicos e trabalha na preparação e fabricação de artefatos de couro, bem como na produção de calçados. Itabirito e Ouro Branco, por sua vez, possuem fábricas de reciclagem de resíduos sólidos.⁶⁶

As cidades vizinhas menores, como Catas Altas e Raposos, trabalham unicamente com extração mineral e fabricação de produtos alimentícios e bebidas, respectivamente. Moeda, a Oeste, subsiste da agropecuária e possui fábrica de produtos alimentícios. Brumadinho, a Nordeste, se destaca pela presença da indústria têxtil. Já a cidade de Diogo de Vasconcelos, que faz parte da Microrregião de Ouro Preto, juntamente com Itabirito, vive da agropecuária.

O número de viagens rodoviárias, em transporte coletivo, partindo de Itabirito em direção às cidades situadas à Leste de sua localização, é significativo (2005). Várias cidades menores, deste modo, entre as citadas acima e outras localizadas nesta área,

⁶⁵ Diagnóstico PRÓ – CITTÀ, 2005.

⁶⁶ Site:<http://delphiauto.com.br> - A Delphi Automotive Systems do Brasil, realiza diversas ações para ressaltar a importância do Meio Ambiente junto a funcionários e comunidades. Com o tema "reciclagem de resíduos sólidos", na região mineira, a Delphi localizada em Paraisópolis (MG) abre suas portas para estudantes visitarem o centro de triagem de resíduos e a área de estação de tratamento de efluentes para mostrar a importância do descarte de lixo e da reciclagem. A fábrica de Itabirito (MG) tem planos de fazer palestras e receber alunos que também terão a oportunidade de visitar as dependências da Estação de Tratamento de Efluentes.

poderão se beneficiar das possibilidades oferecidas pelo contato com este centro urbano emergente, nos próximos anos.

Itabirito pode receber o excedente de consumidores advindos de Ouro Preto, oferecendo comércio a bom preço, ensino primário e médio, emprego temporário (em épocas específicas como na cultura do café) e outras possíveis trocas de funções entre municípios.

Em toda a região, o setor terciário, representado por serviços diversos e pelo comércio, teve um avanço significativo, em função da efetiva participação das entidades de classes do setor nos projetos municipais,⁶⁷ além do aumento do número de empregos oferecidos à população, em função desta iniciativa. Em Itabirito, o terciário é o setor mais dinâmico da economia municipal. Existem nichos desse mercado a serem explorados, principalmente o de prestação de serviços para as grandes empresas. O turismo é também uma atividade em crescimento, podendo tornar-se um grande gerador de empregos e renda. As possibilidades de interação com as cidades do “Circuito do Ouro”, através do turismo histórico e ecológico, em franco desenvolvimento na região, devem ser ressaltadas. Todavia estas oportunidades só poderão ser usufruídas pela população local se a mesma estiver qualificada e capacitada para desenvolver tais atividades.⁶⁸

3.5.3. Rede urbana estadual e regional

Segundo Villaça (1996), “A estruturação do espaço regional é dominada pelo deslocamento das informações, da energia, do capital constante e das mercadorias em geral – eventualmente até da mercadoria força de trabalho”, e estes deslocamentos dependem das forças exercidas por cidades maiores e pelos “centros regionais” sobre as cidades de menor porte.

⁶⁷ A Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Itabirito - ACIAI e a Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL, oferecem importantes serviços de apoio aos seus associados, contribuindo para o desenvolvimento do terciário local. Além disso, participam de vários programas, junto às representatividades locais que visam o crescimento e desenvolvimento municipal.

⁶⁸ Diagnóstico PRÓ – CITTÀ, 2005.

Para se entender esta “estruturação”, na microrregião em que se insere Itabirito, iniciaremos uma análise regional considerando a Área Metropolitana de Belo Horizonte como o maior pólo de influência sobre a cidade.

A Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte⁶⁹, com elevado grau de urbanização e industrialização, possui uma das redes urbanas mais densas do Estado, ocupando a primeira posição em relação à densidade populacional, à taxa de urbanização, à taxa de população economicamente ativa e ao nível de desempenho industrial.

No que diz respeito às microrregiões, a cidade de Belo Horizonte é o centro polarizador regional e assumi a centralidade máxima no Estado. Sua microrregião é a de maior destaque em Minas Gerais, possuindo alta densidade de população empregada, basicamente, no setor de serviços e na indústria.

Ouro Preto e sua microrregião (da qual Itabirito faz parte) é um centro cuja economia possui destaque no Estado através da indústria extrativa mineral e do turismo. Entretanto, o fator distância funciona como desestimulante de sua capacidade polarizadora, devido à proximidade de Belo Horizonte.

Quadro 7 - Grau de polarização médio da microrregião de Ouro Preto – MG - 2000

MICRORREGIÃO	AGLOMERAÇÕES	Nº DE CIDADES NA AGLOMERAÇÃO	EFEITO POLARIZADOR DA AGLOMERAÇÃO	TOTAL DE CIDADES PARTICIPANTES DA AGLOMERAÇÃO	EFEITO POLARIZADOR DA MICRORREGIÃO	TOTAL DE CIDADES DA MICRORREGIÃO
Ouro Preto	Extrativa Mineral	3	0,75	3	0,75	4
	Elet. e Com.	1	0,25			

Dados: Minas Gerais do Século XXI – vol. VI – Integrando a Indústria para o Futuro / cap 4 Padrão espacial da Indústria

Esta microrregião apresenta resultados significativos, possuindo cidades com “aglomeração produtiva”. Vale ressaltar a importância da indústria extrativa mineral, que se estende por três das cidades ali existentes (Ouro Preto, Itabirito, Mariana). A proximidade com o “complexo metal-mecânico”, aglomerado contíguo à microrregião de Belo Horizonte, explicaria esse resultado (ver Quadro 7, acima).

Na indústria extrativa mineral, a produção concentra-se na Região Central do Estado, haja vista as principais ocorrências minerais. Embora esta indústria aparente

⁶⁹ A mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte é uma das 12 mesorregiões do Estado de MG. É formada pela união de 105 municípios agrupados em 8 microrregiões: Belo Horizonte, Conceição do Mato Dentro, Conselheiro Lafaiete, Itabira, Itaguara, Ouro Preto, Pará de Minas e Sete Lagoas.

ser pouco relevante na geração de riqueza, os recursos minerais explorados dão suporte à expressiva parcela da indústria de transformação mineira, ainda centrada na produção de bens intermediários e determinando o seu padrão de localização dentro do Estado. A região Central produz 76,3% do VAF-saídas (valor adicional fiscal – saídas) da atividade do Estado. A microrregião de Ouro Preto, por sua vez, participa com 16,3%, dos quais 9,8% são devidos à produção do município de Mariana, 6,5% do município de Itabirito e 3,6% do município-pólo (Ouro Preto). O minério de ferro é o principal produto explorado.⁷⁰

Pode-se constatar que os maiores e mais próximos contatos intermunicipais de Itabirito se dão em relação às regiões do Norte, Leste e Sul. Ao Norte, o município se aproxima de cidades da RMBH, polarizadas pela capital mineira; à Leste e também a Sudeste, se conecta às cidades históricas do Circuito do Ouro (ver tabela 6).

Tabela 6 – Relação de distância de Itabirito a cidades vizinhas de hierarquias funcionais variadas

ITABIRITO E CIDADES MAIS PRÓXIMAS				
CIDADE	HIERARQUIA FUNCIONAL	ORIENTAÇÃO	DISTÂNCIA (km)	ACESSO (ESTRADAS - TRONCO)
Catas Altas	Pequena	Leste	94	MG 436 / MG 129 / BR 356
Congonhas	Emergente	Sul	88	BR 040 / BR 356
Mariana	Emergente	Leste	46	BR 356
Nova Lima	Pequena	Norte	46	MG 030 / BR 040 / BR 356
Ouro Branco	Emergente	Sul	61	BR 356 / Estrada Real
Ouro Preto	Média	Sul	38	BR 356
Raposos	Pequena	Norte	55	MG 030 / BR 040 / BR 356
Rio Acima	Pequena	Norte	24	MG 030 / BR 040 / BR 356

Elaborado pela autora; Dados Prefeitura de Itabirito, IBGE (2005) e Amorim Filho e Abreu, 1999.

Com base em Amorim Filho e Abreu (2000), que classificaram as cidades médias de Minas Gerais em níveis de *grandes cidades regionais, cidades médias de nível superior, cidades médias propriamente ditas e centros urbanos emergentes*, ressaltem-se as duas cidades médias (*propriamente ditas*) que se relacionam com Itabirito, principalmente a cidade média de Ouro Preto e sua microrregião (ver tabela 7).

⁷⁰ A maior parte dos municípios da mesorregião Central Mineira encontram-se, ainda, em níveis baixos de centralidade, observando-se a presença de apenas dois centros microrregionais, o de Belo Horizonte e o de Sete Lagoas, com os quais guarda fortes relações de dependência, o que faz com que, internamente, a região tenha uma articulação urbana ainda frágil.

Consultas:

1. FJP, Minas Gerais do Século XXI – Reinterpretando o Espaço Mineiro;
2. Queiroz, B.L., Braga, T.M.: Hierarquia Urbana em um contexto de desconcentração econômica e a fragmentação do território: questionamento a partir do caso da rede de cidades mineiras. CEDEPLAR / UFMG, IE / UNICAMP.

Tabela 7 - Relação de distância de Itabirito a cidades médias vizinhas

ITABIRITO E CIDADES MÉDIAS MAIS PRÓXIMAS				
CIDADE	HIERARQUIA FUNCIONAL	ORIENTAÇÃO	DISTÂNCIA (km)	ACESSO (ESTRADAS -TRONCO)
Ouro Preto	média	Sul	38	BR 356
Conselheiro Lafaiete	média	Sul	65	BR 040 / MG 030

Elaborado pela autora; Dados Prefeitura de Itabirito, IBGE (2005) e Amorim Filho e Abreu, 1999.

Na tabela 8, os centros urbanos emergentes a Nordeste, Leste e Sul, possuem características de cidades menores em transição para cidades médias e podem reforçar a possibilidade de crescimento regional, pois as relações entre os centros regionais e o meio rural podem, a partir deste grupo de cidades, se intensificar.

Tabela 8 - Relação de distância de Itabirito a centros urbanos emergentes

ITABIRITO E CENTROS URBANOS EMERGENTES PRÓXIMOS				
CIDADE	HIERARQUIA FUNCIONAL	ORIENTAÇÃO	DISTÂNCIA (km)	ACESSO (ESTRADAS -TRONCO)
Barão de Cocais	Emergente	Nordeste	160	MG 436 / BR 381 / BR 040 / BR 356
Congonhas	Emergente	Sul	88	BR 040 / BR 356
Mariana	Emergente	Leste	46	BR 356
Santa Bárbara	Emergente	Nordeste	170	BR 436 / MG 129 / BR 356
Ouro Branco	Emergente	Sul	61	BR 356 / Estrada Real

Elaborado pela autora; Dados Prefeitura de Itabirito, IBGE (2005) e Amorim Filho e Abreu, 1999.

Com exceção das cidades pertencentes a RMBH ⁷¹, as demais são importantes contatos relacionados aos projetos Estrada Real e Circuito do Ouro ⁷² (ver tabela 9).

Tabela 9 - Relação de distância de Itabirito a cidades de pequeno porte

ITABIRITO E CIDADES MENORES (EM TAMANHO DEMOGRÁFICO) PRÓXIMAS			
CIDADE	ORIENTAÇÃO	DISTÂNCIA (km)	ACESSO (ESTRADAS -TRONCO)
Catas Altas	Leste	94	MG 436 / MG 129 / BR 356
Caeté	Norte	117	MG 435 / BR 381 / BR 040 / BR 356
Nova Lima	Norte	46	MG 030 / BR 040 / BR 356
Raposos	Norte	55	MG 030 / BR 040 / BR 356
Rio Acima	Norte	24	MG 030 / BR 040 / BR 356
São Gonçalo do Rio Abaixo	Nordeste	148	BR 381 / MG 436 / MG 129 / BR 356

Elaborado pela autora; Dados Prefeitura de Itabirito, IBGE (2005)

Um bloqueio natural de contato é exercido pela Serra da Serrinhas, em relação a várias cidades mineiras, a Oeste da região. Este fator, portanto, contribui para que a sede do município de Itabirito demonstre maior crescimento nas direções Sudeste

⁷¹ Nova Lima e Rio Acima

⁷² ESTRADA REAL E CIRCUITO DO OURO

(Ouro Preto e Mariana), Sul (Ouro Branco e Conselheiro Lafaiete) e Nordeste (Catas Altas e Santa Bárbara).

Em contrapartida, a BR-040, que atravessa o município e sede de Itabirito, ao mesmo tempo que, parcialmente, o divide, possibilita futuros contatos da cidade com os demais municípios vizinhos, dentre cidades médias e pequenas ao Sul e Sudoeste de Belo Horizonte, como Congonhas, São Brás de Suaçuí, Lagoa Dourada, Barbacena, São João Del Rei, Tiradentes, etc.

Após diversos dados expostos até aqui, acerca da posição geográfica de Itabirito, inicia-se, no próximo capítulo, o estudo sobre a organização intraurbana da cidade, quando o foco do trabalho se voltará para as relações internas da mesma.

4 - A ORGANIZAÇÃO INTRAURBANA DE ITABIRITO

O capítulo sobre a organização intraurbana de Itabirito principia-se com o estudo do seu sítio, passa por sua organização econômica e funcional, por seus elementos de estrutura urbana e finaliza-se com o estudo de sua morfologia orgânico-funcional.

Como mencionado no capítulo anterior, a análise das funções de uma cidade é um fator importante para a compreensão de seu papel, em relação aos elementos que compõem as hierarquias urbanas de uma região. Essa análise funcional revela características sobre as condições de desenvolvimento de uma cidade, neste caso, do centro urbano emergente de Itabirito.

Segundo VILLAÇA (1996), por meio de uma comparação entre espaço regional e espaço intraurbano, pode-se inferir que..."A estruturação do espaço regional é dominada pelo deslocamento das informações, da energia, do capital constante e das mercadorias em geral – eventualmente até da mercadoria força de trabalho. O espaço intraurbano, ao contrário, é estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho – como no deslocamento casa/ trabalho -, seja enquanto consumidor – reprodução da força de trabalho, deslocamento casa - compras, casa – lazer, escola, etc. Exatamente daí vem, por exemplo, o enorme poder estruturador intraurbano das áreas comerciais e de serviços, a começar pelo próprio centro urbano". Considerando estes aspectos para o caso de Itabirito, além do centro da cidade, foram detectados dois outros subcentros em fase inicial de desenvolvimento, em regiões geograficamente opostas e com desempenhos também diferenciados, devido às suas localizações. Ambos serão abordados adiante.

4.1. O sítio

Dentre algumas definições sobre o sítio de uma cidade, o temos o local de assentamento de um aglomerado urbano que integra seu relevo, suas características topográficas e relativas à presença e ao comportamento das águas, assim como sua vulnerabilidade a incidentes naturais, condições climáticas, etc. (HAUSER; SCHNORE,

1965). Já Dollfus (1973, pág. 18), faz uma comparação entre sítio e posição em: “o *sítio* representa o receptáculo territorial de um elemento do espaço”, enquanto que “a *posição* depende do sistema de relações que o elemento mantém com outros elementos, estejam estes próximos ou distantes”.

Atualmente, o estudo do sítio é considerado de grande importância para compreensão da formação urbana de uma cidade e para estudos e propostas de estratégias de crescimento e desenvolvimento urbanísticos. A Posição e o Sítio de uma cidade influenciam o seu surgimento e são determinantes para o seu crescimento e nas relações com Centros Urbanos vizinhos. Desta forma, o relevo da região e a topografia local, assim como os rios e afluentes, foram decisivos no crescimento dos assentamentos urbanos e da rede de transportes na cidade de Itabirito.

A região da sede de Itabirito se caracteriza por um relevo fortemente dissecado⁷³, onde a rede de drenagem e as estruturas tectônicas tiveram grande influência no modelado, formando terraços e morros arredondados, que se alternam com espigões e vales estreitos⁷⁴.

Situada a 848 m de altitude e na depressão da bacia do Rio das Velhas, Itabirito está implantada em sítio acidentado, em torno do fundo de vale do rio Itabirito e tem como seus principais afluentes, o córrego Carioca e o córrego Criminoso. Tanto o rio Itabirito quanto as rodovias, MG-030 (ligada pelas avenidas principais) e BR-356, cortam a cidade no sentido Norte-Sul, conseqüentemente, a evolução urbana da cidade relaciona-se com os principais eixos viários e com a rede hídrica que irriga a área urbana.

A ocupação urbana inicial se deu no entorno da Igreja da Boa Viagem, parte mais alta da cidade e nas vertentes do córrego Carioca, porção sudoeste, ocupando o eixo dos Matosinhos e o eixo do Rosário. A partir das últimas décadas do século XIX, com a implantação das usinas siderúrgicas e da fábrica têxtil, na porção Norte da cidade, a ocupação urbana recebeu novos estímulos e passou a ocupar de forma mais intensiva o vale do rio Itabirito, desencadeando um processo de crescimento urbano no sentido

⁷³ Relevo dissecado constitui relevo de topografia que varia de ondulada a montanhosa, com declividades que chegam a 75%, principalmente em setores de borda ou chapada (<http://Marte.dpi.inpe.br>).

⁷⁴ DAM – Engenharia e Projetos, 2003, Prefeitura Municipal de Itabirito.

Norte-Sul. Uma das ocupações importantes e que atualmente caracteriza um assentamento significativo da cidade, em termos comerciais e residenciais, se deu ao longo do córrego do Criminoso, que extrapola o limite da rodovia BR-356, a sudeste, e será referido adiante na análise morfológico-funcional de Itabirito, como um subcentro.

“Havia então duas cidades: uma, a antiga, nas encostas dos morros, surgida em consequência da exploração mineral e a outra, nas margens do rio, resultante da atividade industrial. Este fato teve seu lado positivo: a preservação do núcleo primitivo original, tombado pelo Patrimônio Histórico Municipal, constituído pela Matriz, pelas capelas, várias casas, o calçamento em Capistrano e os belíssimos e originais muros de pedras”.⁷⁵

As atividades econômicas existentes no espaço urbano definem a organização funcional da cidade, portanto, o tópico seguinte trata da organização econômica da cidade de Itabirito.

4.2. Organização econômica

A economia do setor primário de Itabirito é caracterizada pela *atividade extrativa mineral e pela agricultura familiar de subsistência*.⁷⁶

A indústria extrativa mineral é base da economia municipal, destacando-se a presença da MBR – Minerações Brasileiras Reunidas, com atuação no município desde a década de 1940. Esta empresa explora minério de ferro na Mina do Pico de Itabirito. Recentemente entrou para o mercado a Herculano Mineração, que firmou parceria com a Gerdau para a exploração e comercialização do minério de ferro. Outros minerais são extraídos no município em menor escala, como o ouro, manganês, caulim, areia industrial, entre outros.

A agropecuária no município de Itabirito é caracterizada pela atividade familiar de subsistência, desenvolvendo-se em estabelecimentos rurais ocupados pelos próprios

⁷⁵ LIMA, Kleverson. Texto: Itabirito, Breve Histórico, 2005

⁷⁶ Aqui abordados, com o objetivo de maior compreensão do espaço intraurbano de Itabirito.

proprietários, algumas vezes bem próximos à sede da cidade, caracterizando espaços rurais adjacentes ao espaço urbano. A produção desta atividade visa atender o consumo do próprio produtor ⁷⁷, sendo comercializado apenas o excedente da mesma.

A mão-de-obra empregada é basicamente familiar e utiliza o empregado fixo que trabalha nas diversas áreas, à exceção do cultivo do café que gera empregos temporários.

Já na pecuária leiteira a produção e venda de queijos e do leite in natura, não podem ser classificados como comerciais. Os pequenos proprietários produzem para consumo próprio e comercializam o excedente diretamente com o consumidor, em Belo Horizonte, visto que muitos dos proprietários rurais são sítiantes, que residem na capital. Sob este aspecto, é importante destacar que estes sítiantes são importantes geradores de emprego e renda na área rural e consolidam um tipo de relação com a Capital, Belo Horizonte, com a cidade emergente de Itabirito na intermediação das relações urbano / rural.⁷⁸

No setor secundário, a indústria de transformação apresenta expressiva diversificação econômica, contando com empresas de destaque na economia local, nos setores de beneficiamento de minério de ferro, siderúrgico, autopeças, têxteis e alimentícias ⁷⁹.

A atividade industrial de Itabirito, através dos tributos pagos, dos empregos gerados direta e indiretamente e da massa de salários pagos à população pode ser considerada como de grande importância dentro da economia municipal. É ela que, em grande parte, viabiliza a demanda local.

⁷⁷ Na agricultura as atividades de destaque na lavoura permanente são a produção de laranja, banana e café, ocupando uma área relativamente pequena, com exceção do figo. Na lavoura temporária, sobressai a produção de feijão, milho e cana-de-açúcar. A produção de cana-de-açúcar vem crescendo no município para atender tanto à produção de cachaça como à alimentação do gado de leite. A maior parte da extração da cana-de-açúcar é transformada em cachaça, envolvendo cerca de 200 produtores e 900 empregados diretos.

⁷⁸ O grande potencial de desenvolvimento da atividade agropecuária no município de Itabirito está nas parcerias firmadas entre os órgãos ligados ao setor e o apoio que estes fornecem aos produtores rurais. Atualmente, a Prefeitura vem incentivando vários projetos de capacitação e apoio técnico ao produtor rural.

⁷⁹ Recentemente, vem sendo explorada comercialmente a água mineral, através da Estância Hidromineral de Itabirito. A Bonágua já se instalou no município.

A dinâmica econômica municipal é então determinada, em última análise, pela atividade industrial, via seu impacto sobre o montante da arrecadação municipal e sobre o desenvolvimento do setor terciário, segundo o SEMDE e PRÓ-CITTÀ, 2005.⁸⁰

A indústria têxtil merece destaque e é considerada pela população local como a grande vocação do município. Tradicional em Itabirito encontra-se, atualmente, em fase de reestruturação e de fortalecimento⁸¹. Segundo diagnóstico do PRÓ-CITTÀ, “a diversificação econômica em Itabirito é essencial para a garantia do desenvolvimento sustentado ao longo do tempo, principalmente em um município que tem sua base econômica na atividade extrativa mineral, que se sabe ser finita”.

O setor terciário de Itabirito resulta de três fatores associados: da forte presença da atividade mineradora, da proximidade de Belo Horizonte e da proximidade das cidades turísticas tradicionais.

A atividade mineradora demanda o desenvolvimento de serviços específicos para atendê-la como serviços produtivos e de distribuição, dentre os quais, os de manutenção em caminhões fora de estrada, caldeiraria, serralheria, transporte de cargas, entre outros. Grande parte destas empresas é formada por ex-funcionários das mineradoras, caracterizando a presença de mão-de-obra especializada. A terceirização de serviços fomenta um mercado a ser explorado na cidade de Itabirito; contudo, já se destacam várias empresas de transportes de cargas e transportadores autônomos, prestadores de serviços para empresas mineradoras e da siderurgia.

O comércio em Itabirito é bem desenvolvido e atrai compradores da região. A cidade tem a tradição de oferecer um comércio melhor e mais barato, pois, cidades como Ouro Preto e Mariana, por serem turísticas, tendem a ter um comércio mais caro. A localização privilegiada e estratégica de Itabirito, rota e ponto de parada de turistas que visitam Ouro Preto e a região, é um fator positivo para o escoamento da produção local. Todos estes dados caracterizam as *relações funcionais* de Itabirito como cidade emergente na microrregião de Ouro Preto.⁸²

⁸⁰ SEMDE - Informações Socioeconômicas do Município de Itabirito.

⁸¹ Existem quatro empresas do setor em operação: a Companhia Industrial Itabira do Campo e Companhia Itabirito Industrial, ambas tradicionais em Itabirito; e as recentemente instaladas, a Ima Têxtil e Ita Têxtil. Juntas, estas empresas geram cerca de 800 postos de trabalho.

⁸² A importância do setor terciário é evidenciada pela efetiva participação das entidades de classes do setor nos projetos municipais. A Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Itabirito - ACIAI e a Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL oferecem importantes serviços de apoio aos seus associados, contribuindo para o desenvolvimento do terciário local. Além disso, participam de vários programas, junto às representatividades locais que visam o crescimento e desenvolvimento municipal.

Considerado o mais dinâmico da economia municipal, principalmente na área de serviços, o setor terciário é um mercado em expansão, cujos atuais desafios são as capacitações gerenciais das prestadoras e a qualificação da mão-de-obra (Pró-Città, 2005).

Itabirito tem um grande potencial turístico caracterizado por sua localização privilegiada, pelo patrimônio histórico e pela beleza natural de sua área rural. Faz parte do Circuito do Ouro e do Programa “Estrada Real” da FIEMG.⁸³

Dentre os serviços oferecidos à população, estão 24 estabelecimentos, entre hotéis, pesque-pagues e pousadas, e têm importante influência na geração de empregos, segundo a EMATER (2005)⁸⁴.

Na tabela 10, abaixo, os dados de ocupação de pessoal por setor econômico mostram a importância das atividades na geração de empregos e renda na cidade. A indústria extrativa mineral e de transformação se mantiveram como as principais atividades econômicas do município ao longo do tempo.

⁸³ No entanto, a cidade só despertou o interesse para a exploração deste potencial no início dos anos 90, quando foi feito um inventário turístico do município, pela Universidade Newton Paiva. A partir de 1997 o SEBRAE – MG firmou um convênio com a prefeitura através do “Projeto Turismo Competente” e criação da ASSITUR (Associação Itabiricense de Turismo Rural) e o COMTUR (curso técnico de turismo e lazer) em parceria entre Prefeitura e o CEFET – MG que, juntamente com a Secretaria de Patrimônio Cultural e Turismo e a EMATER, integram o trabalho de crescimento deste setor, segundo dados do diagnóstico da Pró-Città, 2005.

⁸⁴ EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais.

Tabela 10 – Pessoal ocupado por setores econômicos – Itabirito/MG – 1999-2002

SETORES ECONÔMICOS	Pessoal ocupado total (Pessoas)			
	1999	2000	2001	2002
Total	7413	9003	8879	10100
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal.	33	37	34	53
Indústrias extrativas	693	790	727	657
Indústrias de transformação ⁸⁵	2559	2929	2757	3082
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	0	0	0	0
Construção	345	394	430	416
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos.	1659	2272	2434	2577
Alojamento e alimentação	274	301	354	381
Transporte, armazenagem e comunicações.	208	267	351	362
Intermediação financeira	55	53	48	63
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas.	170	470	363	733
Administração pública, defesa e seguridade social.	864	836	0	1026
Educação	95	115	137	181
Saúde e serviços sociais	201	198	211	210
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais.	185	272	270	292

Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas

A estrutura de uma organização econômica tem influência direta sobre a ocupação do espaço urbano de uma cidade. Os potenciais naturais a serem explorados e a localização das fábricas, indústrias, serviços e comércio são fatores primordiais na definição do traçado da malha urbana. Por meio de critérios estabelecidos pelas leis de uso, ocupação e parcelamento do solo, é possível a delimitação de zonas adequadas à estas instalações. A criação de vias de acesso, a fixação de serviços e os equipamentos destinados à comunidade, definem o surgimento de áreas residenciais e mistas.

4.3. Evolução do espaço urbano e qualidade de ocupação do solo

Iniciada nas primeiras décadas do século XVIII, a ocupação urbana de Itabirito se deu no contexto da exploração mineral que, no período colonial, transferiu para Minas Gerais o eixo da dinâmica econômica ligada à este setor.

Essa ocupação desenvolveu-se, primeiramente, no entorno da Igreja Boa Viagem e nas vertentes do córrego Carioca, distribuindo-se no “eixo do Matosinhos” e

⁸⁵ Indústria de Transformação é o tipo de indústria que transforma a matéria-prima em algum tipo de produto comercial, já a ponto de ser consumido ou usado.

no “eixo do Rosário” (hoje representados pelas ruas Matosinhos e Sete de Setembro), em cotas mais elevadas do sítio acidentado da cidade.

Diversas edificações históricas localizadas hoje neste perímetro, cortado pelo córrego Carioca, compõem o patrimônio arquitetônico e cultural da cidade.

A partir das décadas finais do século XIX, com a implantação das usina siderúrgica e da fábrica têxtil, a área urbana recebe novos estímulos e passa a ocupar de forma mais intensiva o vale do rio Itabirito. Surgem os bairros Centro e Funcionários e, do outro lado do rio, o bairro Santa Efigênia, área de cotas mais baixas. Atualmente, o processo de ocupação do vale do Rio Itabirito se assemelha aquele ocorrido em cidades históricas, com a ocupação de encostas por assentamentos irregulares, cuja consequência, entre outras, é a utilização dos cursos d’água para lançamentos dos esgotos residenciais, prática ainda existente em diversos bairros da cidade. Sendo assim, a ocupação urbana atual não considera o potencial paisagístico-ambiental de seus cursos d’água, revertendo tal prática em prejuízo para o sistema urbano⁸⁶.

Ainda na primeira metade do século XX, a cidade transpôs duas de suas principais barreiras físicas: o leito do rio Itabirito e as linhas da Ferrovia Central do Brasil (situada ao longo do rio Itabirito e hoje desativada), quando se iniciou a ocupação do bairro Bela Vista, a Leste da cidade.

A Usina Siderúrgica Esperança ocupa área lindeira à rodovia MG-030, ao Rio Itabirito e à via férrea. A rodovia MG-030 era a principal ligação entre Belo Horizonte e a então Capital Federal, a cidade do Rio de Janeiro. A ocupação desta Siderúrgica ao Norte da cidade, distante do centro histórico, comporta um conjunto de residências destinadas aos seus funcionários.

No espaço urbano situado entre a Usina Siderúrgica e o Centro, o assentamento mais antigo é a do bairro Nossa Senhora de Fátima e, mais tarde, o do bairro Capanema e da Vila Queiroz Júnior. Posteriormente, surge o assentamento do bairro Santo Antônio e da Vila José Lopes, na direção Norte-Sul.

Nas áreas mais próximas ao centro, a ocupação mais antiga corresponde ao bairro Santa Tereza, ao Sul da cidade. Já a Nordeste e do outro lado do rio Itabirito, os bairros Lourdes, Agostinho Rodrigues e Vila José Augusto, são os mais antigos.

⁸⁶ DIAGNÓSTICO PRÓ – CITTÀ, 2005.

A evolução urbana de Itabirito está relacionada com os principais eixos viários e com a rede hídrica e seus principais afluentes, que irrigam a área urbana.

Em relação ao sistema viário, verifica-se um aproveitamento de fundo de vale, ao longo da Rua do Carioca, entre a praça (onde se situa a ponte da Açucena) e o bairro Santa Rita. Já nas cotas mais baixas, quando o córrego da Carioca atravessa a área central, as edificações lhe dão as costas e estão implantadas em suas margens, sem a observância de um afastamento mínimo, fator indicativo da falta de critérios para assentamentos residenciais.

Em relação ao rio Itabirito, os eixos da MG-030, da Avenida dos Inconfidentes, da BR-356 e da Rua Belo Horizonte, se desenvolveram paralelamente a este curso d'água, assim como a antiga ferrovia RFFSA.

Na década de 1960 a mancha urbana de Itabirito já tinha transposto a rodovia dos Inconfidentes, especialmente com o bairro Agostinho Rodrigues, a Nordeste da cidade, como mencionado. Na década de 1970, esta mancha urbana define um novo eixo de expansão a Leste da BR-356, conhecido como a região do São José e que abrange vários bairros e loteamentos mais recentes. Estes bairros acompanham o córrego do Criminoso e o eixo viário que se inicia na Rua João Pinheiro, seguindo pela Rua Francisco José de Carvalho e pela via que dá acesso ao distrito de Acuruí, localizado a Nordeste da sede do município. Esta dinâmica da ocupação demonstra a força de expansão da Sede do município de Itabirito na direção Leste e caracteriza o crescimento da malha urbana pericentral para além do bloqueio exercido pela BR-356.

No vetor Oeste, a cidade expande-se em direção ao bairro Santa Rita e ao bairro Munu, que abrange também diversos loteamentos, no eixo do córrego do Carioca. Tal eixo é atravessado pela ferrovia do Aço, que implantada na década de 1980, não chega a significar uma barreira, pois sua travessia se dá através de um viaduto. Atualmente, esta ferrovia atravessa a área urbana e sua implantação gerou ainda a criação da vila operária do bairro Gutierrez, que faz o limite Sudoeste da mancha urbana.

A partir da década de 1990, a cidade passa a crescer no sentido Sul-Sudeste, inclusive com a implantação do novo terminal rodoviário. Mais recentemente, foram implantados novos loteamentos neste eixo, notadamente o Padre Adelmo e o Cardoso,

caracterizados, adiante, como unidades periféricas integradas, no mapeamento de organização morfológico-funcional da cidade de Itabirito.

A cidade de Itabirito possui, de uma maneira geral, uma infra-estrutura urbana e um padrão construtivo de qualidade. A ocupação do solo caracteriza-se pela ocupação máxima dos lotes. Pode-se observar uma elevada densidade de ocupação em diversos bairros tais como o Centro, o Praia e o Vila Gonçalo, com a predominância de taxas de 100% do terreno, associadas a um coeficiente de aproveitamento superior a 2,0. São freqüentes a ocorrência de projeções de balanços irregulares sobre as vias públicas, avanços sobre as já reduzidas calçadas e outras práticas que desrespeitam a legislação urbanística prevista na Lei Federal nº 6766 (Pró-Città, 2005), e que conformam um padrão de ocupação irregular, que se repete ao longo das principais vias urbanas. Em contrapartida, a forte topografia urbana premiou a cidade com grandes manchas de áreas verdes, ainda poupadas dos processos de parcelamento de solo. Nota-se a ocorrência de diversos sítios com criação de animais e de fazendas dentro do perímetro urbano e de seu entorno imediato.

O parcelamento do solo urbano no município de Itabirito é regido pela Lei 999, de 27 de dezembro de 1978, sendo, portanto, anterior à legislação federal que trata do assunto (Lei 6766/79) e suas diretrizes de parcelamento e uso do solo urbano não correspondem à legislação ambiental atual. O Plano Diretor, concluído em 2005, determinou diretrizes referentes à regularização de áreas ocupadas e definiu parâmetros para o controle da proliferação de loteamentos em condomínios.

A ocupação do solo de uma cidade está, intrinsecamente, relacionada ao seu sistema viário e aos acessos externos da mesma. Ora as ocupações determinam o surgimento ou crescimento de vias públicas, ora a criação planejada das vias facilita ou condiciona diferentes ocupações.⁸⁷

⁸⁷ Este tópico é resultado da soma de informações da PRÓ-CITTÀ em diagnóstico para o Plano Diretor da cidade, em 2005, e de trabalho de campo realizado pela autora.

4.4. Infra-estrutura urbana e sistema viário

A rede viária de Itabirito, implantada sobre um sítio de topografia muito acidentada, está condicionada aos limites determinados pelo rio Itabirito e seus afluentes, pelo traçado da ferrovia e pela presença das rodovias que cortam a área urbana, notadamente a BR-356 e a MG-030. Tem como eixo principal, o conjunto formado pela Avenida Doutor Queiroz Júnior e pelas ruas Doutor Guilherme Raul Soares e João Pinheiro, que se estendem na direção Norte-Sul.

Este eixo Norte-Sul é reforçado por dois outros eixos paralelos: a Avenida dos Inconfidentes e a BR-356, sendo que a Avenida dos Inconfidentes corresponde ao antigo trecho da BR-356.

A partir desses três eixos, há várias ramificações de ruas, compostas de corredores ao longo dos principais vetores de ocupação urbana. A Oeste destacam-se os corredores em direção aos bairros Vila Gonçalo e Novo Horizonte e as vias que lhes dão seqüência, em direção aos bairros Boa Viagem, Santa Rita e Munu.

Ao Sul, destacam-se os corredores que correspondem também à saída Sul da rodovia MG-030, em direção ao bairro Padre Eustáquio, e às localidades de Córrego do Bação e São Gonçalo do Bação; e corredores das ruas em direção ao bairro São Geraldo e, através de ramificações, ao bairro Padre Adelmo e região de Caconde.

A Leste destaca-se o corredor formado pelas ruas em direção à região do bairro São José. Há ainda várias ramificações e interligações desses corredores, além de outros corredores e interligações secundários.

A rede viária urbana de Itabirito foi formada a partir do seu núcleo histórico, desenvolvendo-se ao longo do vale do rio Itabirito e seus afluentes, e da ocupação das respectivas encostas. Vale destacar que a atual rodovia MG-030, cujo segmento urbano coincide com o eixo Norte-Sul, corresponde à antiga ligação rodoviária entre Belo Horizonte e o Rio de Janeiro.

O rio Itabirito e a linha férrea, ambos também dispostos na direção Norte-Sul, representam, na prática, barreiras urbanas, apresentando poucas e, na maior parte das vezes, inadequadas soluções de transposição.

A ferrovia, hoje desativada, é transposta pelo sistema viário em seis pontos, sendo dois em desnível, com passagens superiores (na BR-356 e na Avenida dos Inconfidentes), e quatro em nível.

Paralelamente à faixa da ferrovia, há problemas relativos à largura insuficiente nas vias e de falta de continuidade nas mesmas, o que prejudica a articulação viária, em especial no caso da Rua Belo Horizonte e Rua Waldir Salvador de Oliveira.

A Ferrovia do Aço também atravessa a área urbana de Itabirito, mas já na sua periferia, no bairro Munu, em viaduto, sobre a Rua José Augusto França.

Sobre o rio Itabirito, existem seis pontes: na rodovia BR-356, na entrada da cidade; nas proximidades da Usina Esperança, no bairro industrial; na Avenida dos Inconfidentes, entre os bairros Nossa Senhora de Fátima e Santo Antônio, e, também, nas ruas Emídio Quites, João Pessoa e Doutor Guilherme, próximas ao Centro. Existem, ainda, duas transposições para pedestres, sendo uma delas na altura da fábrica da Delphi e a outra ligando a Rua Artur Bernardes à Rua Belo Horizonte.

Observa-se, com freqüência, a falta de compatibilização da malha viária com as áreas de declividade acentuada e com os talwegues e cursos d'água.

Nas áreas de maior declividade, são muitos os trechos de greides acentuados e é comum a impossibilidade de ligação entre bairros adjacentes, o que obriga a realização de percursos excessivamente alongados.

Os corredores ao longo de fundos de vale apresentam vários pontos e trechos de estrangulamento, causados pela reduzida largura das vias. Em alguns casos, há o agravamento causado por eventuais inundações.

Essa situação é particularmente preocupante em dois dos principais eixos de crescimento da cidade, os corredores da Rua Doutor José Francisco de Carvalho (região do bairro São José) e da Rua Carioca (em direção à região do bairro Munu). Na área central da cidade, nos dias de maior movimento, observa-se saturação de tráfego em trechos da Avenida Doutor Queiroz Júnior e da Rua Doutor Guilherme, seja pela pequena largura das vias, seja pela intensidade do uso e ocupação lindeiros, o que resulta em conflito entre o tráfego de passagem e a intensa geração de tráfego local. Constata-se o subdimensionamento viário, tanto nas pistas de rolamento, quanto nos passeios, trazendo insegurança e desconforto aos pedestres que não têm suficiente

estrutura de segurança na utilização das vias públicas ⁸⁸. Nas ruas e avenidas de Itabirito, é patente a insuficiência de sinalização no que concerne ao seu conjunto como direcionamentos para veículos, semáforo para pedestres, faixas de travessia e sinalização de áreas de interesse público. A acessibilidade para o transeunte portador de deficiência física é inexistente nas calçadas e travessias.

A cidade de Itabirito necessita de arborização como meio de amenizar os meses de calor excessivo, devido ao bloqueio dos ventos exercido pelos morros circundantes e reforçado pela sua implantação na depressão do Rio Itabirito. Entretanto, dificilmente seus estreitos passeios permitem plantio de árvores e de mobiliários urbanos, tão necessários principalmente na área central da cidade.

“A rodovia BR-356, que exerce a função de contorno rodoviário da cidade, apresenta boas condições de trafegabilidade. Todavia, chamam a atenção pontos de travessia potencialmente perigosos, como a interseção com a MG-030, que apresenta pontos de conflito e raios de giros indevidamente tratados; e a interseção do “acesso *dois*” de Itabirito, em rótula vazada e geometria inadequada. Ressalta-se a necessidade de preservação da faixa de domínio da ferrovia e do controle urbano do seu uso e ocupação lindeiros, de forma a não comprometer a sua operação, de forma a evitar futuros alargamentos e tratamento de transposições.” (DIAGNÓSTICO PRÓ-CITTÀ, 2005).

O abastecimento de água da sede de Itabirito é feito por meio de dois sistemas de produção: o superficial, através dos mananciais do Córrego Seco e do Córrego Bação, e o subterrâneo, por meio de 9 (nove) poços profundos. Todos os trechos funcionam satisfatoriamente, não necessitando melhorias.

O Plano Diretor da cidade prevê a definição de qual desses mananciais deverá vir a ser utilizado para o futuro acréscimo na vazão a ser incrementada ao sistema, através de estudos de viabilidade técnico-econômica.

Os loteamentos isolados, implantados no entorno do perímetro urbano, como os bairros Itaubira, Monte Verde e Floresta, estes pertencentes à zona pericentral, Padre Adelmo, Cardoso, Álvaro Maia e Gutierrez, estes pertencentes às áreas periféricas

⁸⁸ IDEM.

integradas, e São Mateus, este pertencente à área periférica pouco integrada, têm utilizado poços d'água que atingem o lençol profundo. É intenção do SAAE desativar todos os poços e interligar os sistemas independentes à rede geral da cidade.

O sistema de esgotamento sanitário, tal qual o de abastecimento de água, também se encontra a cargo do SAAE. Não há cadastro preciso da rede existente. Segundo informações do SAAE a rede possui extensão aproximada de 100 km, com diâmetros variando de 100 mm a 200 mm. Os materiais utilizados na rede são PVC e manilha cerâmica. Seu estado de conservação é regular. O Plano Diretor de Esgotos, elaborado pela Fundação Cristiano Ottoni em maio de 1998, contempla os limites dos bairros e loteamentos existentes, além de áreas de loteamentos em processo de avaliação na Prefeitura e, ainda, algumas áreas em expansão, localizadas no bairro São José, à Leste, nas proximidades da Rodoviária e entre os bairros Padre Adelmo e Cardoso, ao Sul. O Plano Diretor não contempla outros loteamentos existentes, nem chacreamentos ou distritos industriais, e, portanto, estas áreas aguardam futuras soluções.

Embora se pode constatar, pela tabela 11, a grande predominância de casas em todos os bairros por Unidades de Planejamento⁸⁹, apenas a Unidade Central e a unidade Esperança possuem abastecimento de água e esgotamento sanitário em rede geral ou pluvial, bem como a presença de alguns edifícios verticais de apartamentos.

O atual diagnóstico situacional do Plano Diretor sugere que, paralelamente ao desenvolvimento de sua atualização, o SAAE deve providenciar o cadastro da rede existente, bem como identificar as redes que recebem contribuições do sistema pluvial.

⁸⁹ Unidades de Planejamento são agrupamentos estratégicos para intervenção na cidade. São ao todo onze subdivisões por grupos de bairros vizinhos, conforme o Plano Diretor de Itabirito, 2005.

Tabela 11 – Tipos de domicílio e Infra-estrutura hidro-sanitária identificados.

UNIDADES DE PLANEJAMENTO E BAIRROS	TIPO DE DOMICÍLIO (particular permanente)			ABASTECIMENTO DE ÁGUA Rede canalizada em pelo menos um cômodo	ESGOTAMENTO SANITÁRIO	
	casas	apartamentos	cômodos		Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica
BELA VISTA	%	%	%	%	%	%
Agostinho Rodrigues	98,1	1,1	0,4	98,1	77,3	1,3
Bela Vista	95,1	4,5	0,4	100	97,2	0,0
Lourdes	95,1	4,4	0,5	99,5	87,4	0,0
CARIOCA						
Munu	96,6	0,0	3,4	100	82,2	0,5
Santa Rita	96,6	0,0	3,4	100	82,2	0,5
CENTRAL						
Centro	75,5	23,1	1,4	99,8	73,1	0,2
Funcionários	86,4	13,6	0,0	100	95,7	0,7
Praia	75,5	23,1	1,4	99,8	73,1	0,2
CHANCUDO						
Novo Itabrito	99,7	0,0	0,3	98,8	56,5	1,1
São José	94,6	0,6	4,8	98,3	80,8	0,4
ESPERANÇA						
Capanema	99,3	0,0	0,7	98,8	96,7	0,7
Esperança	76,8	22,8	0,3		80,6	0,3
Nossa Senhora de Fátima	76,8	22,8	0,3	99,6	80,6	0,3
Santo Antônio	98,5	0,1	1,3	99,2	97,9	0,5
MONTE SINAI						
Matozinhos	86,4	13,6	0,0	100	95,7	0,7
Monte Sinai	100	0,0	0,0	100	84,5	0,0
Santa Tereza	96,4	3,6	0,0	100	99,6	0,0
São Geraldo	98,5	0,2	1,2	96,1	87,6	0,7
Vila Gutierrez	98,7	0,0	1,3	99,7	93,6	2,7
NÚCLEO HISTÓRICO						
Boa Viagem						
Centro Histórico	98,3	1,7	0,0	100	92,3	0,0
PADRE ADELMO						
Padre Adelmo	98,5	0,2	1,2	96,1	87,6	0,7
QUINTA DOS INCOFIDENTES						
Quinta dos Inconfidentes	98,1	1,1	0,4	98,1	77,3	1,3
SANTA EFIGÊNIA						
Santa Efigênia	97,1	2,1	0,8	98,7	74,8	0,2
VILA GONÇALO						
Saudade	96,1	1,1	2,8	100	98,9	0,0
Vila Gonçalves	92,1	1,0	6,9	99,3	99,1	0,2
Vila José Lopes	96,1	3,3	0,6	100	97,6	0,0

Elaborado pela autora a partir de dados da Prefeitura de Itabrito e com base no conceito de Unidades de Planejamento proposto pelo Plano Diretor de Itabrito, 2005.

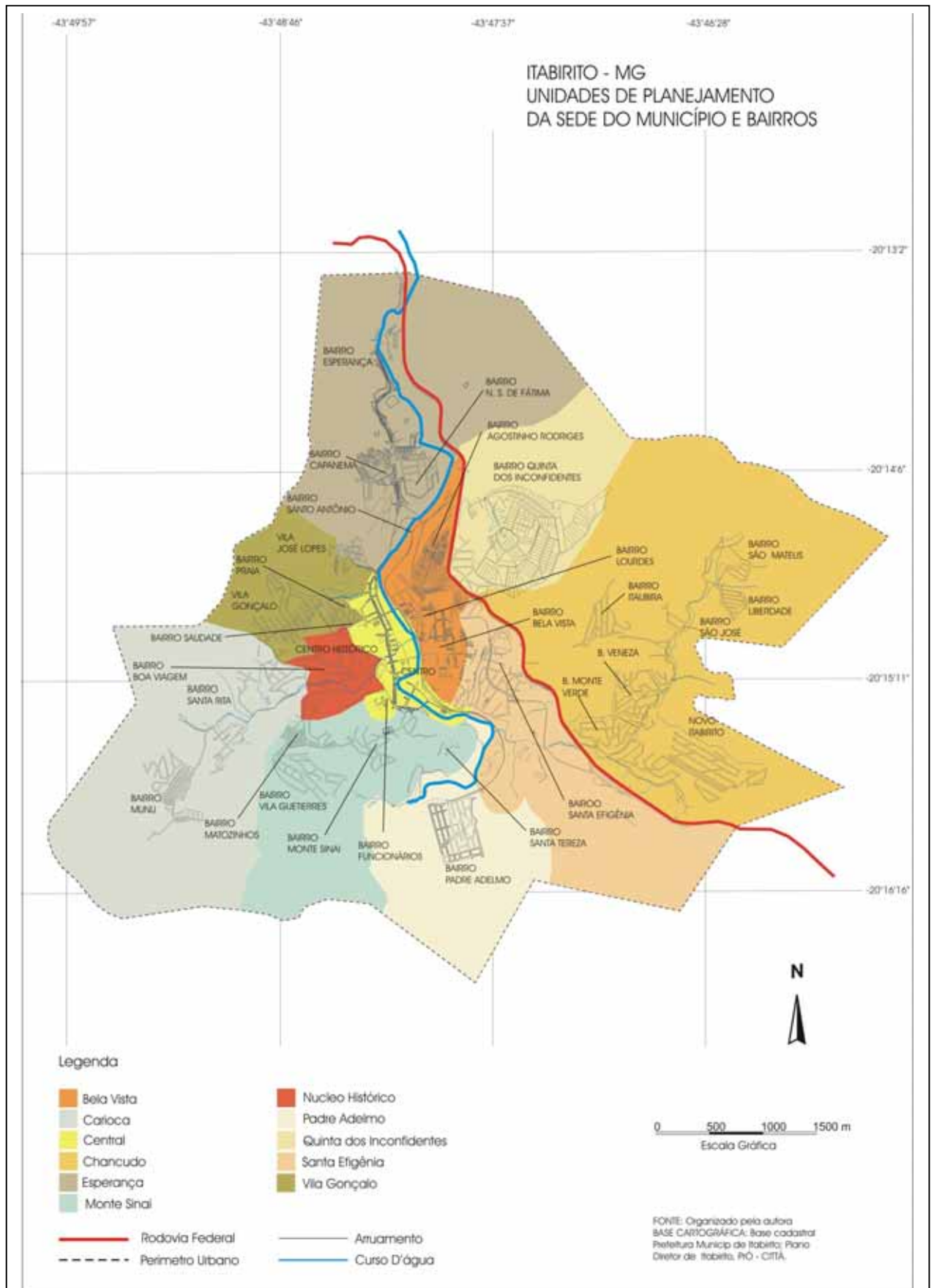


FIGURA 8 - MAPA 3 - Itabirito: Unidades de Planejamento da Sede do Município e Bairros.

4.5. Estrutura funcional e Paisagem urbana

Ao chegar à cidade de Itabirito pelo portal de entrada, ao Norte, vindo de Belo Horizonte pela BR-356, percorre-se um bom trecho da avenida Dr. Queiroz Júnior, marcada pela presença de paisagem com morros com vegetação ainda preservada, à Oeste da avenida, e com o leito do Rio Itabirito à Leste. Logo em seguida, a área da antiga siderúrgica Esperança é reconhecida através da atual Siderúrgica VDL e, um pouco mais adiante, se encontra a fábrica de materiais elétricos Delphi. Alguns equipamentos urbanos, como o cemitério da cidade e o complexo poli-esportivo do Cardoso, marcam a área, além de diversas casas do início do século XX, implantadas em função da indústria local, na mesma ocasião (ver Figura 9 - Cartograma 1).

A partir da Praça do Jardim São Cristóvão, uma bifurcação leva ao centro da cidade, através da continuidade da avenida Dr. Queiroz Júnior, e à Avenida dos Inconfidentes (antigo trecho da BR-356). Esta Avenida, por sua vez, dá acesso, à Sudeste da cidade, à BR-356, próximo à Rodoviária de Itabirito, instalada às margens dessa rodovia (ver Figura 10 - Cartograma 2).

Neste trecho de bifurcação de vias, são identificados equipamentos comerciais e de serviços, tais como borracharias, oficinas mecânicas, lojas de materiais de construção, uma Escola Estadual, além de residências unifamiliares em encostas de morros. Este trecho conforma uma área *pericentral* dentro do conceito de "(...) zona de habitat ainda denso, que pode se estender até encontrar os subúrbios (...) bairros que têm por origem antigos subúrbios e se desenvolveram, no essencial, a partir das vias de acesso aos centros das cidades (...) intercalando espaços residenciais e outras unidades funcionais".(BORDE et al, 1980, p.67-72).

Na direção Norte - Sul, ao centro da área urbana (entre as ruas transversais Matilde Leroy, Aloysio Souza e Silva, Cornélio Pereira Lima, Domingos Michel, Emídio Quites e Dária Couto), a paisagem se intensifica em tráfego de automóveis e comércio mais variado, com a presença de oficinas, Posto de gasolina, supermercados, hotéis, diversas lojas de materiais elétricos, farmácias, açougues, Clube de futebol (Itabirense Esporte Clube), escolas de ensino médio e sindicatos, todos alternados entre

residências. As construções se apresentam com um a três pavimentos. Existem lojas maiores com galpões na cobertura (terraço paulista) ao lado de casas de um pavimento com características “Art-Déco”, do início do século XX, algumas das quais foram ocupadas por comércio varejista e tiveram suas características originais desfiguradas. Outras construções permanecem como moradias unifamiliares, encontrando-se em bom estado de conservação. Morro acima, avista-se grupos de moradias com traços construtivos de padrões médios e baixos, característicos de ocupações periféricas em muitas cidades mineiras (ver Figura 11 – Cartograma 3).

Na área central, encontram-se edifícios da Administração Pública e de prestação de serviços à comunidade, tais como a Prefeitura Municipal de Itabirito e a Câmara Municipal, o Hospital, o Inamps, a Delegacia de Polícia e a Praça 1º de Maio. No corredor da Avenida Dr. Queiroz Júnior, no trecho que vai da Praça 1º de Maio até a praça das Bandeiras, encontra-se também o campo de futebol do União Esporte Clube, agências de automóveis e lojas de materiais de construção. Na altura da Rua Arthur Bernardes, situa-se a ponte sobre o córrego do Carioca, afluente esquerdo do rio Itabirito (ver Figura 12 – Cartograma 4).

A partir da Praça das Bandeiras, a citada avenida desemboca num “contorno” (assim chamado pela população local e formada pelas Ruas Dr. Guilherme, Belmiro Martins Paranhos e Rosalino Guimarães Rosa), onde predomina um comércio variado, inclusive com mini shoppings em galerias, restaurantes, Fórum Municipal, praças, o Complexo Turístico de Itabirito (instalado na antiga Estação Ferroviária Central do Brasil e constituído por Centro de informações Turísticas, Biblioteca Pública, lojas de artesanatos regionais, lanchonete, salão para eventos) e a Igreja de São Sebastião. Uma ponte, na altura da Rua Engenheiro Simão Lacerda com o Largo dos Imigrantes, é um dos acessos à parte Leste da cidade. Leva ao complexo Turístico mencionado e ao antigo Cine Pax de Itabirito, na Rua Raul Soares (ver Figura 13 – Cartograma 5).

A Sudoeste do centro da cidade, em área de topografia acentuada, encontra-se o Centro Histórico, cujo acesso, de forma desordenada, leva à Rua do Carioca, que acompanha o Córrego da Carioca.

Ao longo dessa Rua antiga, existem áreas edificadas que se misturam com as áreas livres nos morros, ainda não ocupadas. Em sua maioria, estas edificações são constituídas por residências muito próximas ao córrego. Esta Rua, possui, em seu início (mais próximo ao Centro Histórico), um pequeno agrupamento de comércio e serviços, caracterizado como um *Subcentro*. Este Subcentro se encontra em fase de crescimento, desenvolvendo-se em direção aos bairros Munu, Santa Rita e São Judas Tadeu, predominantemente residenciais, à Sudoeste da cidade. Nesta pequena região, são identificadas também áreas de pastagens, nas encostas.

A relativa distância desta área da porção central da cidade, e as dificuldades de acesso geradas pelos altos níveis topográficos do Centro Histórico, torna esta área um importante apoio comercial no vetor de crescimento Sudoeste da cidade. Próximo ao referido Sub-centro, encontra-se o bairro Vila Operária Gutierrez, construído em função da ferrovia do aço.

O Centro Histórico é caracterizado por ladeiras e edificações barrocas importantes, tombadas pelo patrimônio histórico. Ali se encontra uma área da cidade mais tranqüila, devido à relativa distância do centro comercial, e de clima mais ameno, devido à altitude, porém ainda, carente de boa administração e conservação de casarões, ruas e igrejas. Dentre os imóveis e ruas tombados, incluem-se o conjunto da Rua Sete de Setembro, a Matriz Nossa Senhora da Boa Viagem, a Capela de Bom Jesus do Matosinhos, a Rua do Rosário, a Cia Industrial Itabira do Campo (a primeira fábrica de tecidos da cidade), o Museu do Ferro e o Quartel da Polícia Militar (ver Figura 14 – Cartograma 6).

Na margem direita do rio Itabirito, as ocupações a Nordeste e Sudeste apresentam-se bem diversas das ocupações dos bairros mais próximos do centro, com algumas implantações em quadras maiores, de traçado mais geométrico e vias mais longas. O bairro Agostinho Rodrigues e Lourdes, ao Centro-Leste, remontam ao período de implantação da área industrial, no início do século XX. São predominantemente residenciais e morfologicamente diferenciadas por apresentarem quadras distribuídas em configurações regulares e orgânicas.

Os bairros de Lourdes, próximo ao rio, e o bairro Santa Efigênia, a Sudeste do centro da cidade, são áreas residenciais consolidadas, estando unidos pelo recente bairro Bela Vista, também predominantemente residencial. De alto padrão construtivo, este último é referenciado pela população como o “belvedere” da cidade. A Avenida dos Inconfidentes, antiga Rodovia dos Inconfidentes, secciona longitudinalmente este bairro, formando uma faixa que acompanha a rodovia BR-356. Parte da área do bairro (atrás do Cruzeiro da cidade), entre a referida Avenida dos Inconfidentes e a rodovia BR-356, possui residências com moradias de baixo padrão construtivo e alguns pequenos sítios. Estas características configuram uma transição *periurbana* para *periférica*, semelhantes a alguns bairros localizados a Leste da cidade.

O bairro São José, a Sudeste da cidade, define um novo eixo de expansão e contém um segundo *Subcentro*, ainda em fase embrionária, mas significativo para a zona pericentral. Este subcentro encontra-se ainda em fase inicial, com acesso através de viaduto na BR-356, por via inferior, e pela Rua João Pinheiro. Possui uso misto e preponderantemente residencial.

Esta área abrange vários bairros e loteamentos mais recentes, que acompanham o Córrego do Criminoso e o eixo viário da Rua Francisco José de Carvalho. Este eixo viário dá acesso aos Distritos de São Gonçalo do Monte e Acuruí, à Nordeste do município, e também às chácaras e fazendas nos arredores da cidade (ver Figura 15 – Cartograma 7).

A Nordeste da cidade, está o bairro Quinta dos Inconfidentes. Mais isolado e configurado em lotes maiores, tem características de condomínios e, neste trabalho, está classificado como *Unidade Periférica Integrada Diferenciada*. No local, encontra-se também o Country Clube da cidade.

Em relação aos equipamentos e serviços oferecidos em Itabirito, foram montadas as Tabelas 12 e 13, com identificações de áreas da cidade de Itabirito por unidades de bairros. A estas, foram relacionados blocos de equipamentos, divididos entre Educação, Cultura, Lazer, Patrimônio Histórico e Cultural e Praças públicas (tabela 12), além de serviços de Saúde, Serviços ao cidadão, Serviços financeiros e Indústrias (tabela 13).

Tabela 12- Equipamentos de Educação, Cultura, Lazer; Edificações e ruas tombados, e praças e existentes por Unidades de Planejamento.

UNIDADES DE PLANEJ. E BAIROS	EDUCAÇÃO (Unidades)			CULTURA (Unidades)	PATRIMONIO HIST. E CULTURAL (Unidades)			LAZER Esporte/ Clubes (Unidades)	PRAÇAS (Unidades)
	Pré-Escolar	Ensino médio	Ensino Superior		Igrejas	Edifícios	Ruas		
BELA VISTA	2		1	2				2	1
CARIOCA	4			1				1	1
CENTRAL	1	2		7		2		3	6
CHANCUDO	1	1		1					1
ESPERANÇA	1	3		2				4	1
MONTE SINAI	8			1	1	1		1	
NÚCLEO HISTÓRICO				1	2	6	2		
PADRE ADELMO									
QUINTA DOS INCOFIDENTES								1	
SANTA EFIGÊNIA		1		1					1
VILA GONÇALO	1	1		1				1	

Elaborado pela autora a partir de dados quantitativos por bairros, da Prefeitura de Itabirito, e compostos em Unidades de Planejamento, propostas pelo Plano Diretor de Itabirito, 2005.

A unidade Central possui o maior número de equipamentos culturais, enquanto a unidade do Monte Sinai possui o maior número de escolas (período pré-escolar), seguido pela unidade do Carioca. O maior número de equipamentos de esportes encontra-se na Unidade Esperança e, como é típico em diversas cidades mineiras, o maior número de praças públicas encontra-se no Centro da cidade. Já a maior parte das edificações tombadas está reunida, naturalmente, no chamado Núcleo Histórico.⁹⁰

No que se refere aos equipamentos públicos de saúde, 60% se concentram na Central e na Vila Gonçalves. As unidades particulares de saúde representam quase o triplo das unidades públicas da sede do município, estando concentradas na área Central.

Os serviços financeiros e serviços ao cidadão estão concentrados na unidade Central da cidade e as indústrias nos bairros das Unidades Esperança e Central.

⁹⁰ Ver anexos com identificação dos equipamentos.

Tabela 13 – Serviços de saúde, ao cidadão, financeiros e Indústrias, por Unidade de Planejamento.

UNIDADES DE PLANEJAMENTO	SERVIÇOS DE SAÚDE (Unidades)		SERVIÇOS AO CIDADÃO E À CIDADE (Unidades)				SERVIÇOS FINANCEIROS (Unidades)	INDÚSTRIA (Unidades)
	Pública	Privada	Municipal	Estadual	Federal	Privado		
BELA VISTA								
CARIOCA								
CENTRAL	3	23	3	1	5	1	6	1
CHANCUDO	1							
NOVO ITABRITO								
SÃO JOSÉ	1							
ESPERANÇA			1					2
MONTE SINAI			1					
NÚCLEO HISTÓRICO	1	4		1				
PADRE ADELMO								
QUINTA DOS INCOFIDENTES								
SANTA EFIGÊNIA	1		2					
VILA GONÇALO	3	2						

Elaborado pela autora a partir de dados da Prefeitura de Itabirito e conceito de Unidades de Planejamento proposto pelo Plano Diretor de Itabirito, 2005.

A estrutura funcional de um espaço urbano é determinante na formação da paisagem das cidades e diretamente relacionada ao desenvolvimento morfológico destas, ao longo do tempo. A “morfologia urbana” pode ser definida como “o estudo analítico da produção e da modificação da forma urbana no tempo”, contemplando “o tecido urbano e seus elementos construídos, formados através de sua evolução, transformações, interrelações e dos processos sociais que os geraram” (DEL RIO, 1990, p.71).

Na seção seguinte, será identificada a organização morfológica funcional de Itabirito, através de tipos de zoneamentos espaciais.

CARTOGRAMA 1 - ITABIRITO
ZONA PERICENTRAL NORTE - INDÚSTRIAS



LEGENDA:

1. JR LTDA USINA QUEIRÓZ
2. 1º AUTO FORNO
3. SIDERÚRGICA VDL
4. ESCOLA ESTADUAL LAURA QUEIRÓZ
5. POSTO DE GASOLINA
6. DELPHI
7. CEM. PARQUE DA ESPERANÇA
8. CAMPO FUTEBOL U.E.F.C.
9. AMISEG

Escala Gráfica:
0 50 100 150m

Organização: Autora.
Base cartográfica: Mapa cadastral
Prefeitura Municipal de Itabirito (2005).

FIGURA 9- CARTOGRAMA 1 - Itabirito - Zona pericentral Norte - Indústrias

CARTOGRAMA 2 - ITABIRITO
ZONA PERICENTRAL NORTE - AVENIDA PRINCIPAL



LEGENDA:

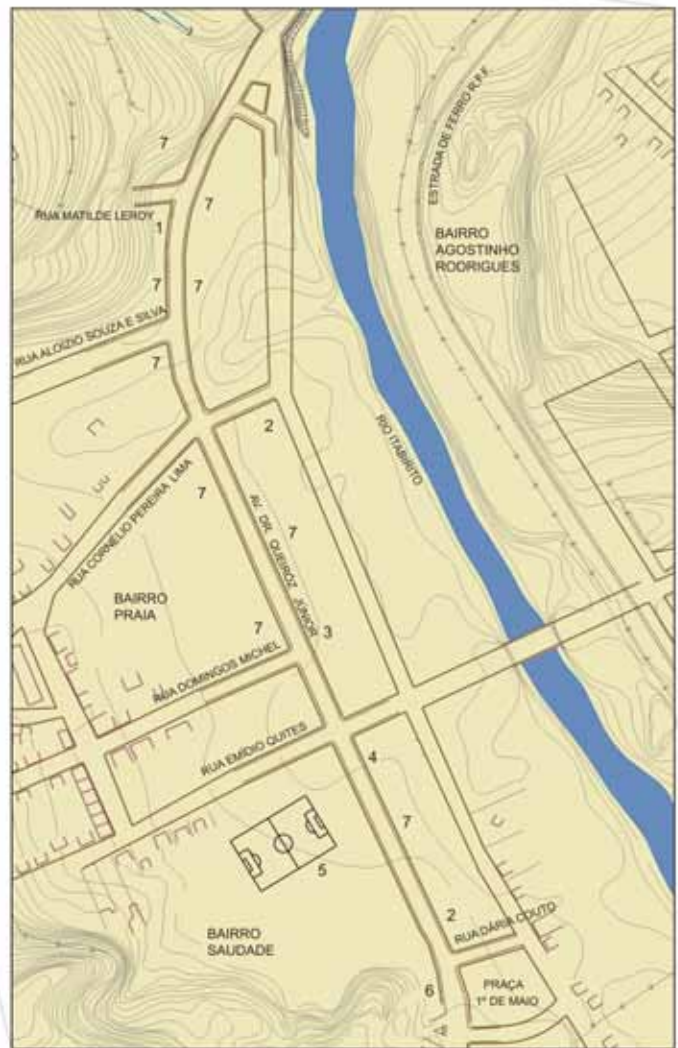
1. GINÁSIO POLIESPORTIVO PEDRO CARDOSO
2. COLÉGIO ESTADUAL
3. COMÉRCIO E SERVIÇOS

Escala Gráfica:
0 50 100 150m

Organização: Autora.
Base cartográfica: Mapa cadastral
Prefeitura Municipal de Itabirito (2005).

FIGURA 10 - CARTOGRAMA 2 - Itabirito - Zona pericentral Norte - avenida principal

CARTOGRAMA 3 - ITABIRITO ZONA PERICENTRAL CENTRO - COMÉRCIO E SERVIÇOS



LEGENDA:

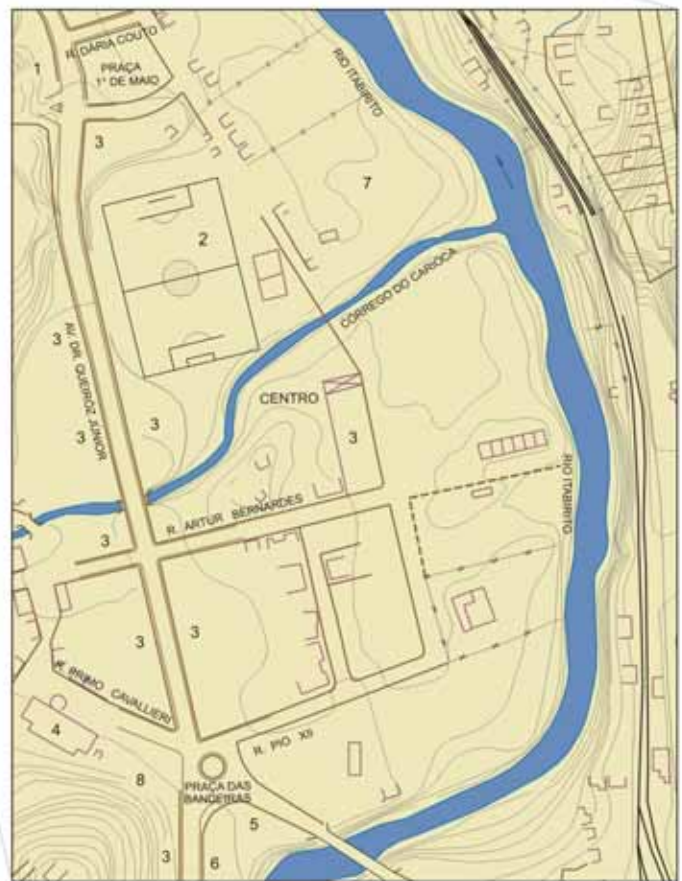
- 1. POSTO DE GASOLINA
- 2. SUPERMERCADO
- 3. HOTEL
- 4. ESCOLA CEFET/APAE
- 5. CLUBE DE FUTEBOL/LAZER
- 6. BANCO
- 7. COMÉRCIO E SERVIÇOS

Escala Gráfica:
0 50 100 150m

Organização: Autora
Base cartográfica: Mapa cadastral
Prefeitura Municipal de Itabirito (2005).

FIGURA 11 - CARTOGRAMA 3 - Itabirito - Zona pericentral Centro - comércio e serviços

CARTOGRAMA 4 - ITABIRITO
ZONA PERICENTRAL CENTRO - EIXO COMERCIAL



- LEGENDA:
1. BANCO
 2. CLUBE FUTEBOL U.E.C.
 3. COMÉRCIO E SERVIÇOS
 4. CLUBE LAZER
 5. INSTITUIÇÃO DO ESTADO - FÓRUM MUNICIPAL
 6. INSTITUIÇÃO DO ESTADO - INSS
 7. ÁREA LIVRE LAZER
 8. POSTO DE GASOLINA

Escala Gráfica:
0 50 100 150m

Organização: Autora.
Base cartográfica: Mapa cadastral
Prefeitura Municipal de Itabirito (2005).

FIGURA 12 - CARTOGRAMA 4 - Itabirito - Zona pericentral Centro - eixo comercial

CARTOGRAMA 7 - ITABIRITO
ZONA PERICENTRAL/ZONA RURAL - TRANSPOSIÇÃO BR-356



LEGENDA:

1. IGREJA SANTA EFIGÊNIA
2. VIADUTO BR-356
3. RODOVÁRIA E TERMINAL TURÍSTICO
4. ESTACIONAMENTO
5. PRAÇA

Escala Gráfica:
0 50 100 150m

Organização: Autora
Base cartográfica: Mapa cadastral
Prefeitura Municipal de Itabirito (2005)

FIGURA 15 - CARTOGRAMA 7 - Itabirito - Zona pericentral / zona rural - transposição BR-356



ZONA: Pericentral Norte
BAIRRO: Esperança

CARACTERÍSTICAS: Via de duas mãos, acesso principal desde a BR-356; Rio Itabirito à esquerda.

ANÁLISE: uma das poucas áreas não construídas ao longo do rio. Arborização acentuada



ZONA: Pericentral Norte
BAIRRO: Nossa Senhora de Fátima

CARACTERÍSTICAS: Rio Itabirito com faixa de proteção

ANÁLISE: Previsão de parque natural para a área já descaracterizada por ações antrópicas.



ZONA: Pericentral Norte
BAIRRO: Esperança

CARACTERÍSTICAS: ponte antiga em aço e madeira sobre o Rio Itabirito, acesso à parte Leste da cidade.

ANÁLISE: Não existe organização de travessias, pontes e passarelas de transposição do rio. Esta necessita de organização



ZONA: Pericentral Norte
BAIRRO: Esperança

CARACTERÍSTICAS: passarela metálica sobre o Rio Itabirito, próxima à Fábrica Delphi

ANÁLISE: criada para facilitação de acesso aos funcionários; também ponto de descanso no intervalo de almoço

FIGURA 16 – Aspectos da paisagem urbana de Itabirito
Avenida Dr. Queiroz Júnior / Entrada da cidade



ZONA: Pericentral Norte
BAIRRO: Nossa Senhora de Fátima

CARACTERÍSTICAS: Praça e arredores com início de serviços e comércio ao longo da AV.DR. Queiroz Junior

ANÁLISE: uma das poucas praças tratadas paisagisticamente, porém sem arborização.



ZONA: Pericentral Centro-Norte
BAIRRO: Praia

CARACTERÍSTICAS: avenida de mão única, eixo rodoviário da MG-030; apresenta comércio variado, serviços e residências.

ANÁLISE: Fluxo intenso e constante de veículos diversos; passeios estreitos e falta de sinalização para pedestres.



ZONA: Pericentral Central
BAIRRO: Centro

CARACTERÍSTICAS: avenida de mão única, eixo rodoviário da MG-030; apresenta comércio variado, serviços e residências.

ANÁLISE: Fluxo intenso e constante de veículos diversos; passeios estreitos e falta de sinalização para pedestres. Lojas com terraço tipo "paulista" como aumento de área útil.



ZONA: Pericentral Central
BAIRRO: Centro

CARACTERÍSTICAS: avenida de mão única, eixo rodoviário da MG-030; apresenta comércio variado, serviços e residências.

ANÁLISE: casas estilo Art-Déco, algumas residenciais, outras comerciais, apresentando placas em suas platibandas sem critério e gabarito. Passeios estreitos insuficientes para a segurança dos

FIGURA 17 – Aspectos da paisagem urbana de Itabirito
Avenida Dr. Queiroz Júnior / Eixo comercial Norte e Centro



ZONA: Pericentral Centro
BAIRRO: Centro

CARACTERÍSTICAS: grande concentração de edificações apresentando um dos edifícios verticais mais altos e ocupação de encostas das margens do Rio Itabirito.

ANÁLISE: ausência de lei de uso e ocupação do solo urbano e planejamento relativo à alta densidade de ocupação às margens do Rio Itabirito.



ZONA: Pericentral Centro
BAIRRO: Centro

CARACTERÍSTICAS: Vista da Prefeitura e Câmara Municipal de Itabirito..

ANÁLISE: grave congestionamento no fluxo de acesso a este equipamento. Fluxo intenso e constante de veículos diversos na avenida; passeios estreitos e falta de sinalização para pedestres.



ZONA: Pericentral Centro
BAIRRO: Centro

CARACTERÍSTICAS: praça 1º de Maio, com tratamento paisagístico.

ANÁLISE: apesar da aparência bucólica, este local apresenta problemas de fluxo de veículos, segurança do pedestre e alto nível de ruídos.



ZONA: Pericentral Centro
BAIRRO: Centro

CARACTERÍSTICAS: antiga Estação da Rede Ferroviária Federal.

ANÁLISE: Uma das intervenções bem sucedidas na cidade, com criação do Complexo Cultural da Estação.

FIGURA 18 – Aspectos da paisagem urbana de Itabirito
Prefeitura, praças, antiga estação ferroviária e Rio Itabirito



ZONA: Pericentral Centro
BAIRRO: centro Histórico

CARACTERÍSTICAS: exemplar do período barroco mineiro, Capela Bom Jesus do Matozinhos

ANÁLISE: capela em bom estado de conservação, implantada em área de grande beleza paisagística e de domínio visual sobre a cidade.



ZONA: Pericentral Centro
BAIRRO: centro Histórico

CARACTERÍSTICAS: longa ladeira com vista do alto da capela do Matozinhos. Presença de alguns exemplares do período colonial mineiro.

ANÁLISE: vista dominante para a porção Sudeste da cidade.



ZONA: Pericentral Centro
BAIRRO: Centro Histórico

CARACTERÍSTICAS: três importantes casarões à espera de restauração

ANÁLISE: ruas vazias durante o dia, denotando área pouco freqüentada pela população; ausência de comércio local e de outros equipamentos.



ZONA: Pericentral Centro
BAIRRO: Centro Histórico

CARACTERÍSTICAS: construção colonial em ruínas

ANÁLISE: falta de sinalização para identificação da edificação; estado de abandono.

FIGURA 19 – Aspectos da paisagem urbana de Itabirito Centro Histórico



ZONA: Pericentral Sudoeste
BAIRRO: Matozinhos

CARACTERÍSTICAS: vista da rua do Carioca com vista de morro ao fundo

ANÁLISE: vias de duas mãos; pouca sinalização para motoristas e pedestres; nasseios estreitos e implantações variadas e



ZONA: Pericentral Sudoeste
BAIRRO: Matozinhos

CARACTERÍSTICAS: vista da rua do Carioca; presença de córrego aberto; vista de acesso a uma residências através de laje.

ANÁLISE: falta de passeios e de proteção para pedestres; acúmulo de detritos nas águas e mal cheiro; muros das divisas em contato direto com o fluxo de água.



ZONA: Pericentral Sudoeste
BAIRRO: Matozinhos

CARACTERÍSTICAS: vista de um ponto de ônibus na rua do Carioca.

ANÁLISE: falta de proteção ao pedestre e ao córrego.



ZONA: Pericentral Sudoeste
BAIRRO: Matozinhos

CARACTERÍSTICAS: vista do córrego e acesso a uma residência

ANÁLISE: falta de paisagismo e de tratamento de calçadas e bordas de córrego canalizado.

FIGURA 20 – Aspectos da paisagem urbana de Itabirito
Bairro Carioca



ZONA: Pericentral Centro - Leste
BAIRRO: Bela Vista

CARACTERÍSTICAS: bairro em topografia mais alta com vista para a porção Oeste da cidade

ANÁLISE: área de ocupação privilegiada em clima, vistas e infra-estrutura básica.



ZONA: Pericentral Centro - Leste
BAIRRO: Bela Vista

CARACTERÍSTICAS: vias e passeios mais largos

ANÁLISE: contraste com infra-estrutura urbana de bairros mais antigos e periféricos menos providos qualidade urbana.



ZONA: Pericentral Leste
BAIRRO: São José

CARACTERÍSTICAS: acesso ao bairro São José; ocupações aleatórias ao longo da via; vista de pastagens em pequenos sítios de subsistência.

ANÁLISE: transição entre espaços pericentrais e rurais.

FIGURA 21 – Aspectos da paisagem urbana de Itabirito Pericentral Centro-Leste e Pericentral Leste

4.6. Organização Morfológica e Funcional do espaço urbano e sua possível dinâmica

A organização morfológica e funcional do espaço urbano será abordada em relação aos aspectos mais significativos do sítio onde está implantada a cidade de Itabirito, por análise dos tipos e categorias espaciais ou zoneamentos morfológico-funcionais detectados. Para tanto, será feita uma breve exposição sobre a origem epistemológica referenciada no estudo “Um Modelo de Zoneamento Morfológico-funcional do espaço Intraurbano das Cidades Médias de Minas Gerais”, no qual o geógrafo Amorim Filho (2005) propõe a “formulação de um modelo geocartográfico para as cidades médias mineiras”. Este modelo permite definir critérios que possam identificar essa categoria de cidades, tema de interesse de vários estudos sobre o desenvolvimento de redes urbanas e na criação de planos urbanísticos.

A “estrutura morfológica interna” do meio urbano é um dos sete critérios gerais utilizados para caracterizar, identificar e classificar as cidades médias, listados pelo autor em 1976. A partir de estudos sobre essas cidades, realizados desde a década de 1970, Amorim Filho criou um “padrão morfológico funcional”, apesar das diferenças espaciais resultantes dos diversos sítios urbanos e destes estarem localizados em regiões que apresentam diferentes graus de desenvolvimento. Vale ressaltar que, dos estudos da geografia urbana, os aspectos morfológicos do tecido urbano e seus padrões fisionômicos foram pouco contemplados até o presente momento.

No estudo citado, o autor “busca identificar, para cada um dos níveis hierárquicos urbanos, os zoneamentos morfológico-funcionais intraurbanos correspondentes”, analisando as cidades pequenas, médias e grandes, regiões metropolitanas (e suas conurbações) e as megalópoles. Os zoneamentos morfológicos funcionais são divididos em cinco categorias – zona central, zona pericentral, zona periférica e zona periurbana, com base em conceitos de geógrafos americanos e franceses, dos quais temos algumas definições que nos serão úteis para a identificação de Itabirito como centro urbano emergente, em transição de cidade pequena para cidade média. São os seguintes:

“A área central constitui-se no foco principal não apenas da cidade, mas também de sua hinterlândia. Nela concentram-se as principais atividades comerciais, de serviços, de gestão pública e privada, e os terminais de transportes interregionais e intraurbanos. Ela se destaca na paisagem da cidade pela sua verticalização”. (CORRÊA, 1989, p.38)

“(…) Nas cidades menos importantes, o conjunto igreja / prefeitura / mercado, permanece o elemento essencial da paisagem urbana central. (…) É claro que a animação, neste espaço, é um aspecto percebido imediatamente e a densidade de circulação de pedestres e veículos atinge aí uma intensidade mais forte. A morfologia fornece, também, elementos de diferenciação bastante perceptíveis: os espaços livres são reduzidos, os imóveis são mais elevados (...). Mas os centros reúnem, sobretudo, as atividades comerciais, os serviços e um grande número de manifestações da vida de relações.” (BORDE et al., 1980, p. 51)

“Se, nas pequenas cidades, o centro se reduz a uma praça, um entroncamento, ou uma rua comercial, ele engloba, nas grandes cidades, certo número de bairros, cujas funções e características se diferem: o centro de negócios é, então, distinto do centro comercial, do centro histórico, do centro de lazer.” (BORDE et al., 1980, p. 53)

“Nas cidades de certa importância, o centro principal é envolvido por uma zona de habitat denso, que pode se estender até encontrar os subúrbios, zona esta designada pelo nome de bairros pericentrais. Esta zona de transição, raramente levada em conta nos estudos urbanos, possui uma unidade incontestável; mas, sua extensão varia em função do tamanho da cidade e suas modalidades de expansão espacial. (...) Intercalando-se em meio aos espaços construídos de função residencial, aparecem várias outras unidades funcionais: hospitais, cemitérios, etc. Os ateliês, os entrepostos e as fábricas, as estações ferroviárias desempenham, nesta área, papel considerável (...) com pequena distância do centro.” (BORDE et al., 1980, p. 67-72)

Em síntese, para esses autores, “os espaços pericentrais são constituídos pelos bairros circundantes ao centro principal e que fazem a transição geográfica para as

áreas periféricas. Predomina, nesta área pericentral, a função residencial. Porém, intercalados nestas áreas residenciais, principalmente no entorno de praças e nos cruzamentos de avenidas e ruas importantes, e ao longo dos principais eixos de comunicação, desenvolvem-se equipamentos do setor terciário da economia e, em alguns casos, também o setor industrial, levando à formação de subcentros”, de acordo com Amorim Filho (2005, p.35).

“(…) A periferia tornou-se, pela construção de anéis rodoviários e pelo urbanismo de bairros de habitat coletivo, privilegiando o uso de pequenas extensões do solo e as grandes vias de acesso, a parte mais acessível da cidade. Ela retira, assim, do centro alguns dos valores da centralidade, ao oferecer terrenos menos caros e o mercado constituído por população mais jovem. A periferia, cuja lógica primitiva era aquela de uma função residencial em razão do afastamento do centro, viu, entretanto, instalarem-se funções comerciais e de serviços. (...) Um cidade se reconstitui na periferia, com a complexidade de suas funções, (...) na qual o veículo (e a acessibilidade) desempenha um papel essencial.” (GERVAISE et al., 1997, p. 124-152).

“As paisagens da auréola periurbana são, então, caracterizadas pela justaposição de elementos da paisagem rural e elementos de urbanização. Habita aí uma população mais jovem, que exerce seus empregos na cidade, o que gera os fluxos cotidianos.” (GERVAISE et al., 1997, p. 125).

Dos quadros organizados por Amorim Filho, em seus estudos, dois deles serão necessários para a compreensão da cidade de Itabirito em seu desenvolvimento de organização morfológico–funcional. O Quadro 8 faz referência às cidades médias e o Quadro 9 às cidades pequenas.

Quadro 8 - Zoneamento morfológico-funcional e níveis da hierarquia urbana nas cidades médias

NÍVEIS DE HIERARQUIA URBANA	ZONA CENTRAL	ZONA PERICENTRAL	ZONA PERIFÉRICA	ZONA PERIURBANA
CIDADE MÉDIA	<p>Centro principal bem definido funcionalmente (forte presença de equipamentos raros de alcance regional);</p> <p>Diferenciação funcional interna;</p> <p>Paisagem e morfologia típicas (maior densidade de edificações, edifícios altos (acima de quatro pavimentos); forte trânsito de veículos e pessoas);</p> <p>Função residencial superada pelas funções terciárias;</p> <p>Centro com polarização microrregional (com possibilidades de polarização regional).</p>	<p>Espacialmente extensa;</p> <p>Predominância da função residencial;</p> <p>Presença de subcentros especializados ou polifuncionais (menores), ao longo dos eixos ou entroncamentos viários e em praças;</p> <p>Diferenciação morfológica e paisagística resultante de diferenças sócio – econômicas da população;</p> <p>Presença de equipamentos especiais – hospitais, universidades, estações rodoviárias e ferroviárias, etc.</p>	<p>Contínua: Como prolongamento da zona pericentral;</p> <p>Descontínua ou polinuclear: formada por loteamentos (unidades organizadas) ou “vilas” (unidades desorganizadas)</p> <p>Presença de subcentros polifuncionais bem modestos (comércio e serviços de vizinhança) e de alguns subcentros especializados;</p> <p>Extensão proporcional ao nível hierárquico e tamanho da cidade.</p>	<p>Presença de uma zona de transição urbano-rural relativamente extensa; que se confunde, nas imediações da cidade, com a periferia polinuclear e descontínua;</p> <p>Presença de alguns equipamentos terciários pontuais;</p> <p>Presença de casas de campo, clubes campestres e hotéis fazenda;</p> <p>Presença progressiva de pequenas propriedades com produtos para a cidade (média) e desaparecimento de fazendas.</p>

Fonte: Amorim Filho, 2005.

Em relação ao **zoneamento central**, a morfologia orgânico-funcional de Itabirito já superou, em muito, o estágio do nível hierárquico de cidade pequena e se assemelha consideravelmente às cidades médias, exceto no aspecto de *centro polarizador microrregional*.

Quadro 9 - Zoneamento morfológico-funcional e níveis da hierarquia urbana nas cidades pequenas

NÍVEIS DE HIERARQUIA URBANA	ZONA CENTRAL	ZONA PERICENTRAL	ZONA PERIFÉRICA	ZONA PERIURBANA
CIDADE PEQUENA	<p>Praça e rua principal.</p> <p>Poucos equipamentos terciários (administrativos, comerciais, religiosos).</p> <p>Forte presença de função residencial.</p> <p>Pequena diferenciação morfológica e paisagística.</p>	<p>Pouca diferenciação em relação ao centro, confundindo-se, igualmente, com a periferia.</p>	<p>Com exceção de algumas “vilas” que acompanham estradas, pouco se distingue da zona pericentral; transição brusca para a zona rural.</p>	<p>Praticamente inexistente (enquanto zona de transição urbano – rural).</p>

Fonte: Amorim Filho, 2005

Já em relação ao **zoneamento pericentral**, Itabirito possui características muito análogas às cidades médias, quais sejam:

- Possui área pericentral espacialmente extensa (com distâncias de mais de um quilômetro do centro) e com predominância da função residencial;
- Apresenta dois subcentros menores em fase de desenvolvimento ao longo de eixos viários;
- Possui, poucas mas identificáveis diferenciações morfológicas e paisagísticas em bairros cuja ocupação denota maior poder aquisitivo da população;
- Conta com a presença de equipamentos especiais – hospitais (próximos ao Centro), universidades (bairro Bela Vista), estação rodoviária (eixo BR-356).

Itabirito também apresenta um centro histórico estanque do centro comercial, o que a torna mais assemelhada às cidades maiores.

Quanto ao **zoneamento periférico**, de modo análogo ao nível hierárquico das cidades médias, Itabirito possui *unidades periféricas contínuas*, caracterizadas por loteamentos (típicos, com terrenos menores e diferenciados, com terrenos maiores e clube campestre) e área de implantação industrial descontínuas, com loteamentos menos integrados à área pericentral.

A cidade também apresenta alguns indícios de loteamentos desorganizados ou vilas em seu tecido urbano.

A **zona periurbana** em Itabirito ainda se encontra em estágio bastante inicial. Percebem-se, nos limites da área pericentral, alguns indícios de transição urbano–rural, com pequenas fazendas onde se produzem bens de subsistência da população. Mais distantes, encontram-se saídas para hotéis–fazenda, principalmente à Nordeste, em direção aos distritos de São Gonçalo do Monte e Acuruí e, à Sudeste, ao longo da BR-356. À Oeste e Sudeste, as áreas fora do perímetro urbano estão condicionadas à reserva de proteção ambiental do município, nas encostas da Serra das Serrinhas.

Como mencionado anteriormente, o processo de ocupação dos fundos de vales de Itabirito se assemelha àquele encontrado em outras cidades históricas, onde se observa, tanto a ocupação das áreas mais planas quanto das encostas nas margens dos cursos d'água existentes (ver Figura 18, p. 122).

Em Itabirito, observam-se alguns tipos de ocupações determinantes na paisagem urbana que merecem referência. Estes assentamentos conformam, espacialmente, a mancha urbana da cidade num conjunto triangular, com vértices - Norte, Sudoeste e Sudeste, sendo que estes três “vértices” se interceptam no eixo central da cidade.

A área da antiga indústria siderúrgica, no extremo Norte, junto à entrada principal da cidade e à rodovia BR-356, é hoje ligada a alguns bairros mais antigos. Na porção Sudoeste, junto ao córrego do Carioca, situa-se uma das primeiras ocupações, vizinhas ao centro histórico; e, na porção Leste, encontra-se o Bairro São José, que se estabeleceu ao longo do córrego do Criminoso.

A Oeste, a área de reserva ligada a Serra das Serrinhas funciona como barreira física natural ao crescimento espacial da cidade. A Leste, a rodovia BR-356, que constitui uma barreira artificial de separação, foi recentemente atravessada pela mancha urbana, com destaque para o bairro São José, que se tornou um potencial de criação de subcentro “do outro lado” da rodovia.

O eixo central da cidade conecta-se diretamente à MG-030 e indiretamente à BR-356, permitindo que o centro da cidade seja passagem para várias cidades vizinhas ao Sul, intensificando ainda mais o fluxo no centro urbano. A cidade nasceu à beira do rio e à beira da estrada, mas a via-estrada toma importância de tal dimensão, que passa a protagonizar o papel principal no conjunto urbano.

A maior parte do território urbano é composta de uma zona pericentral, localizada, principalmente, ao longo do rio Itabirito. A ocupação atual da cidade se dá na direção Centro-Leste e Sul e seus vetores de crescimento apontam para Nordeste, em direção ao distrito de Acuruí e, para Sudoeste, em direção ao distrito de São Gonçalo do Baçõ.

A possível expansão futura a Leste, constatada em trabalho de campo, demonstra capacidade nuclear do bairro São José e, para o Sul, Itabirito tende a aproximar-se da cidade média de Ouro Preto, de cuja região Itabirito faz parte.

Os traçados dos bairros mais antigos, em especial dos mais próximos ao Centro Histórico (Boa Viagem e Matozinhos), bem como dos bairros Praia, Monte Sinai, Funcionários, Santa Rita e Munu, como também de bairros da margem direita, a Leste

do rio Itabirito, como Agostinho Rodrigues, São José e Santa Efigênia, a Leste da Rodovia Federal, possuem subdivisões menos regulares e mais adaptadas às curvas de nível e sinuosidades dos córregos, ou seja, de conformação mais orgânica. Com esta mesma característica, o loteamento da Vila Gutierrez (ao Sul), criado para implantação de moradias operárias e alguns bairros menos recentes, como São Gonçalo e Saudade (a Oeste), possuem um traçado regular ortogonal, apesar da topografia acidentada.

Algumas unidades periféricas integradas (loteamentos), possuem traçado ortogonal, mas todas diferenciadas entre si. O Bairro Padre Adelmo, por exemplo, ao Sul, tem uma rotatória na entrada, uma ampla avenida e quadras longilíneas. Já o bairro residencial Novo Itabirito, que traz em seu nome a influência dos loteamentos de cidades maiores (talvez pela proximidade a Belo Horizonte), tem quadras maiores e uma avenida bastante larga. A Quinta dos Inconfidentes, por sua vez, apresenta um loteamento de quadras maiores e de traçado radial devido à declividade para o fundo de vale, causada por um afluente do rio Itabirito. Este último loteamento integra áreas verdes, entremeadas aos terrenos e ruas, denotando um tipo específico de implantação residencial urbana, mais característica de áreas periurbanas de cidades maiores.

A cidade de Itabirito se encontra em franco desenvolvimento, já apresentando características de cidade de nível hierárquico maior, com grande potencial ambiental. Constata-se, contudo, no seu conjunto urbano, a falta de uma integração nas gestões entre sistema rodoviário, tipologias de ocupação regularizadas por leis de uso e ocupação do solo, manutenção do meio ambiente natural e prospecção de crescimento futuro, apresentando, ao mesmo tempo, problemas graves de ordem urbanística, tais como desordem viária e freqüentes inundações em períodos de chuva.

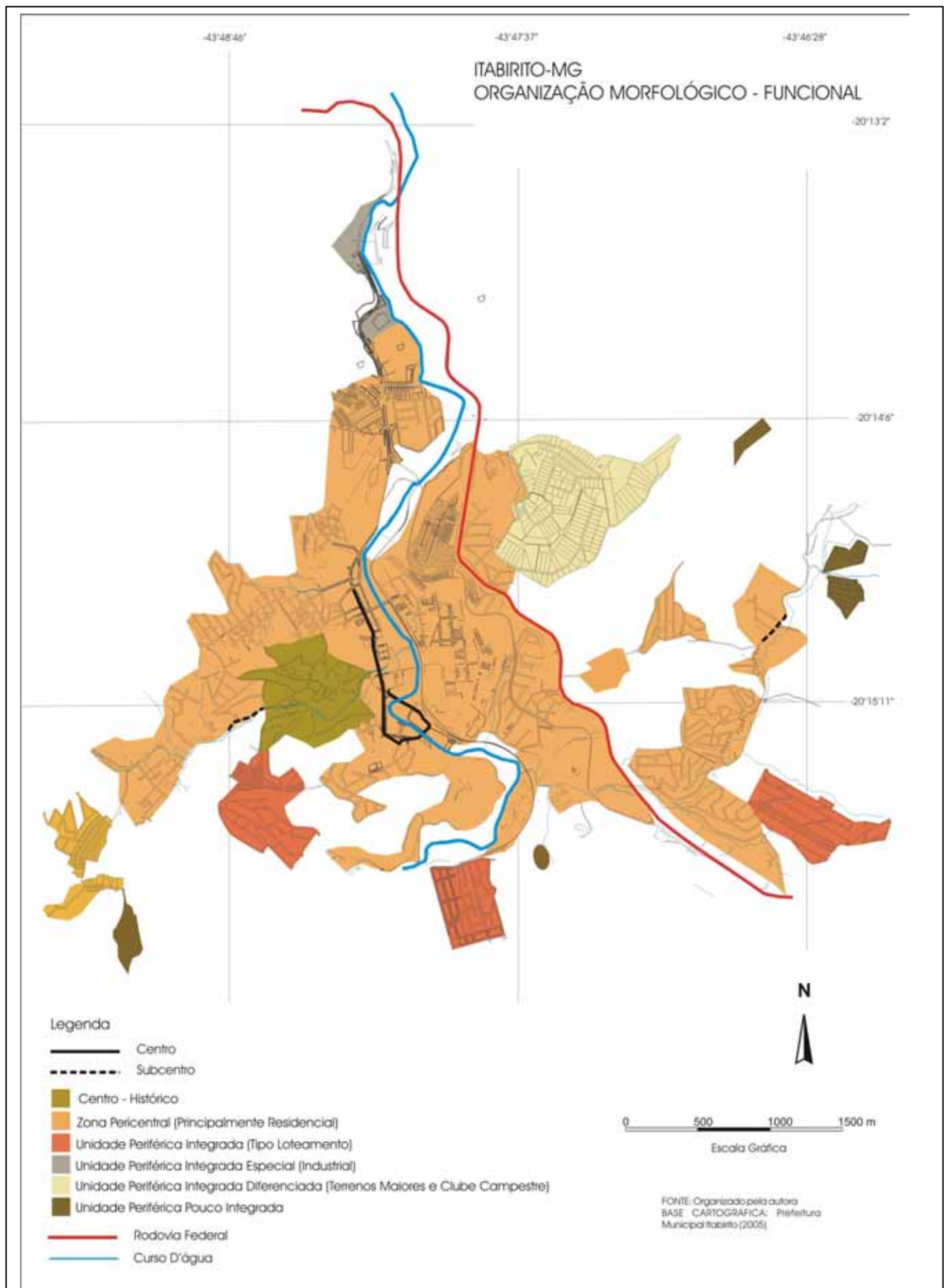


FIGURA 22 - MAPA 4 - Itabirito: Organização Morfológico - Funcional

4.7. As Relações externas da cidade

As relações externas de uma cidade estão intrinsecamente relacionadas às suas atividades econômicas. A forma de ocupação do espaço urbano reflete, em sua dinâmica morfológica, aspectos dessas relações.

“De acordo com a fundamentação teórica da Geografia Urbana, não obstante critérios como os demográficos e aqueles ligados às mensurações dos equipamentos industriais, comerciais e de serviços urbanos sejam importantes na caracterização das hierarquias e tipologias das cidades, quando se trata de redes urbanas, as análises de fluxos são absolutamente necessárias. Entre os fluxos mais estudados para se conhecer, com profundidade, as interações espaciais que hierarquizam e definem as redes urbanas, estão os fluxos de pessoas, capitais, mercadorias, informações, trens, veículos rodoviários, cartas, telefonemas e, mais recentemente, mensagens eletrônicas”.(IGA, 1980).

Nos estudo do IGA, os fluxos contemplados foram os dos ônibus, por serem intensamente utilizados nas conexões intermunicipais no país e em Minas. Com a verificação do total de viagens que servem a determinado centro e o levantamento do percentual desse total que se destinam a localidades menores (GREEN, 1950), é possível mensurar a dimensão espacial da rede urbana em estudo e verificar os níveis hierárquicos das localidades dessa rede urbana em questão.

As vias de comunicação da sede com os distritos ou com os municípios adjacentes ensejam a dinâmica do espaço intraurbano e a uma determinada rede urbana, estabelecendo relações diretas com localidades próximas e distantes. Neste trabalho, o número de viagens de ônibus para as cidades menores, mostra a crescente importância da cidade de Itabirito em seu entorno.

Do ponto de vista da *densidade de viagens* de ônibus e do destino das mesmas a partir de Itabirito, as conexões são intensas em relação a cidades vizinhas de hierarquia superior e de hierarquia inferior, principalmente com a Capital do Estado, Belo Horizonte. O fato de se relacionar significativamente com cidades de porte médio e cidades pequenas, sendo algumas das últimas, Centros Emergentes, a coloca numa

situação importante em relação à rede urbana mineira. Seu papel tanto pode ser o de absorver atividades econômicas a partir da capital, quanto o de se relacionar com cidades médias e pequenas próximas. Ainda assim, sua característica de contato com o meio rural a coloca em uma boa posição regional. Haja vista seu papel no setor da agropecuária, nas explorações minerais e no setor industrial.

No fluxograma a seguir, tem-se a estrutura da rede urbana relacionada a Itabirito, a partir da identificação dos fluxos atuais de viagens de ônibus, compreendendo suas direções e a possível hierarquia urbana com os centros maiores e menores ao redor da cidade.

São dois os eixos rodoviários principais que circundam e cortam, respectivamente, Itabirito: a BR-040, que a liga ao Estado do Rio de Janeiro e a Belo Horizonte e a BR-356, que através de diversas rodovias mineiras, por sua vez, a conecta a cidades vizinhas e alcança o Estado do Espírito Santo.

Belo Horizonte, ao Norte, tem forte conexão com Itabirito, seguida por Ouro Preto e Mariana, a Sudeste, e Conselheiro Lafaiete, ao Sul. Ponte Nova, a Leste, também figura como destino em grande número de viagens.

O maior número de cidades conectadas a Itabirito está a Leste da cidade. Rio Casca, Santa Margarida e Manhuaçu, têm número de viagens em ordem decrescente. A partir desta última, predominam fluxos para o Estado do Espírito Santo, para as cidades de Vitória, Anchieta e Guarapari e, à Nordeste, para a cidade de Ipanema (em Minas Gerais) e para Manhumirim, a Sudeste. Para o Sul, há um fluxo importante para Barbacena e, em seguida, com menor densidade, para a cidade do Rio de Janeiro. À Sudeste, outro fluxo significativo para Viçosa e Ubá. À Sudoeste, um fluxo relativamente considerável para a capital de São Paulo. Ver Figura 23 – Fluxograma viagens.

Itabirito está no centro da triangulação espacial entre a metrópole de Belo Horizonte e duas cidades médias importantes na região, Ouro Preto e Conselheiro Lafaiete. Como já mencionado em tópico anterior, a localização privilegiada e estratégica de Itabirito - rota e ponto de parada de turistas que visitam Ouro Preto e região - é um fator positivo para o escoamento da produção local, além da presença dos serviços de apoio aos transportes tais como oficinas mecânicas, venda de peças

para automóveis e caminhões e borracharias. Partes destes serviços se encontram no início da Avenida Doutor Queiroz Junior, próximo à entrada da cidade, de onde os viajantes podem facilmente retomar o itinerário pela Rodovia dos Inconfidentes até à BR-356, em direção a Ouro Preto e cidades vizinhas. Vale ressaltar o papel do comércio em Itabirito, também mencionado anteriormente, como tradicional em qualidade e com preços mais acessíveis na região.

Através de dados coletados pelo CEMPRE – Cadastro de Empresas do IBGE - 2000, pode-se constatar que assim como as cidades médias de Ouro Preto e Conselheiro Lafaiete, Itabirito também possui, em suas atividades econômicas, os seguintes tipos de empresas:

- Confecção de artigos do vestuário e acessórios;
- Extração de materiais metálicos;
- Extração de materiais não metálicos;
- Fabricação de máquinas e equipamentos;
- Fabricação de móveis e indústrias diversas;
- Fabricação de produtos alimentícios e de bebidas; e
- Fabricação de produtos de minerais não metálicos.

Ouro Preto e Itabirito possuem empresas de Metalurgia básica. Já Conselheiro Lafaiete se diferencia por ter empresas instaladas nos setores de:

- Edição, Impressão e reprodução de gravações;
- Fabricação e montagem de veículos automotores;
- Fabricação de produtos de madeira; e
- Fabricação de produtos químicos.

Itabirito se destaca em:

- Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalar (precisão);
- Fabricação de produtos têxteis;
- Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos;
- Fabricação de produtos de metal menores; e

- Reciclagem.

A citação abaixo evidencia as características de crescimento de Itabirito na região na qual se insere, e a perspectiva de se tornar Centro Urbano emergente nos próximos anos:

“Os Centros Urbanos se distribuem por diferentes regiões e microrregiões. A variabilidade das condições econômicas fica bastante clara quando se examinam os valores atingidos pelo ECOFIN, independentemente do grupo a que pertença o Centro Urbano. A baixa correlação entre desenvolvimento econômico e condições de bem estar social está presente na grande maioria dos casos examinados. O nível A engloba os centros mais importantes da rede urbana estadual, além dos centros de especialização industrial (Barroso e Ouro Branco). Os valores mais elevados do ECOFIN estão nos centros urbanos com maior índice de industrialização, comprovando o papel desta atividade na consolidação dos centros (...) A distribuição espacial mostra que a maior concentração de centros ocorre na Região Central, seguida pelo Sul de Minas, Zona da Mata e Triângulo Mineiro”. (AMORIM FILHO e ARRUDA, 2002).

As atividades funcionais de uma cidade estão intrinsecamente relacionadas com a população local, suas potencialidades, formação, treinamento e adaptação às transformações ao longo do tempo.

DENSIDADE DE VIAGENS SEMANAIS DE ÔNIBUS
A PARTIR DE ITABIRITO - 2005

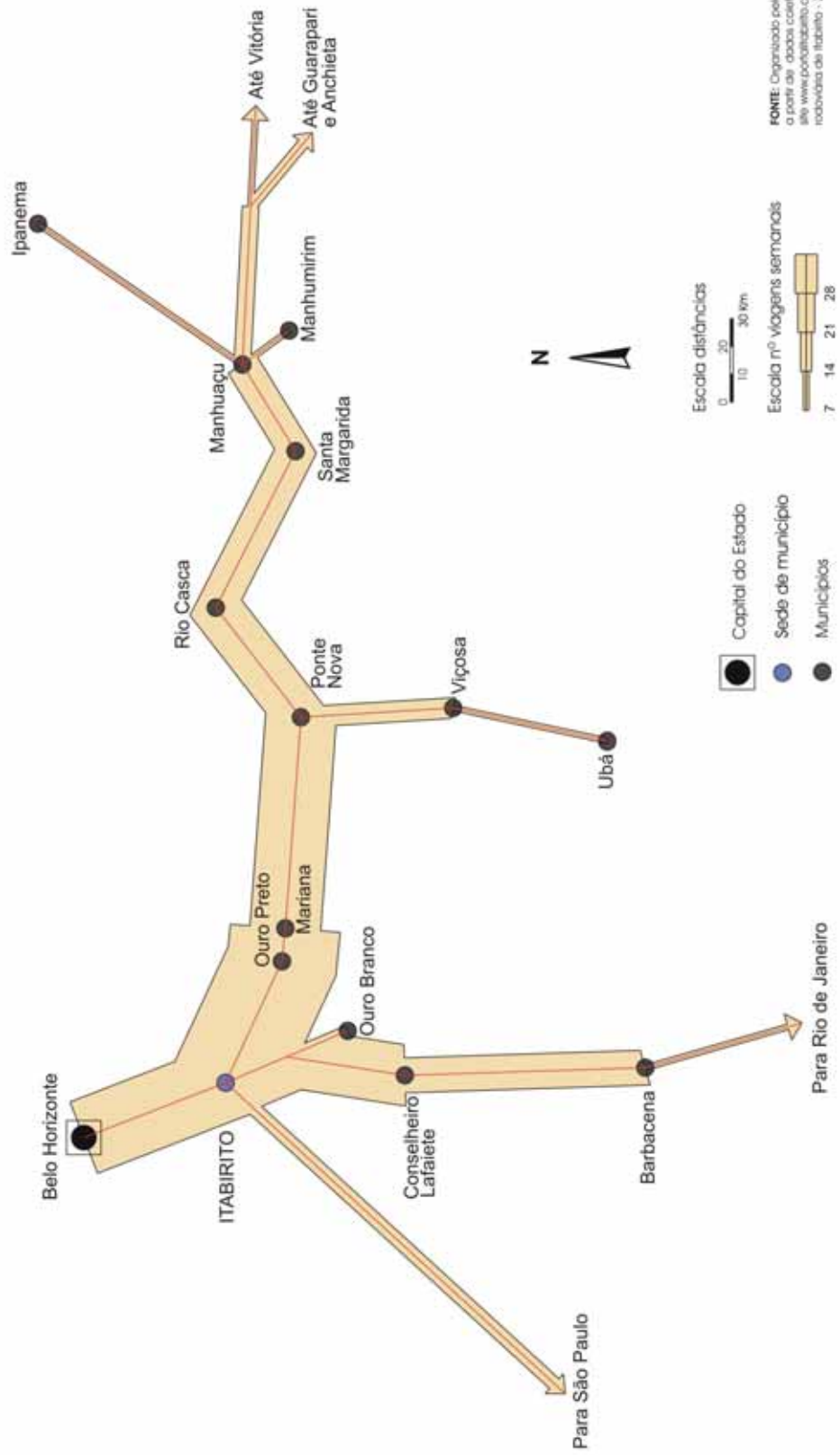


FIGURA 23 - Fluxograma da densidade de viagens semanais a partir de Itabirito

4.8. A População e sua evolução

Conforme dados censitários fornecidos pela Fundação IBGE, em avaliação do potencial de urbanização dos municípios da área abrangida pela APA-SUL RMBH, da qual Itabirito faz parte, esta possuía cerca de 400.000 habitantes em 2000, excluindo Belo Horizonte. A taxa média de crescimento populacional da região foi de 2,45% ao ano, no período compreendido entre 1991 e 2000. Constatou-se uma perda proporcional da população rural em quase todos os municípios no referido período, reforçando uma tendência histórica no Brasil e acentuada na Região Metropolitana.

Premente se torna investigar, em todos os municípios, as tendências de expansão de novos assentamentos, considerando as especificidades dos processos de cada um deles, e a partir de fatores determinantes como o perfil de crescimento histórico, existência de projetos com potencial indutor de crescimento, planejamento rodoviário, programas habitacionais, potencial turístico, dentre outros. O município de Itabirito apresenta situação peculiar, já que sofre influência moderada do mercado imobiliário de Belo Horizonte e tem características próprias de urbanização para atender suas demandas específicas (IBRAM, 2003).

A microrregião de Ouro Preto apresenta um perfil demográfico marcado por elevado grau de urbanização⁹¹ e baixo crescimento populacional. Os municípios que compõem essa microrregião apresentam, contudo, dinâmicas distintas, sendo que Itabirito destaca-se por possuir grau de urbanização mais elevado, já superior a 90%, e a segunda taxa mais elevada de crescimento populacional: 1,87% ao ano, ligeiramente superior ao crescimento vegetativo, apesar da redução de sua população rural. Em relação ao município, a população urbana da sede corresponde a quase 92% da população municipal, o que indica a ocorrência de uma forte concentração demográfica na cidade, conforme demonstra a Tabela 14, a seguir.

⁹¹ Grau de urbanização – proporção da população urbana comparativamente à rural, em uma determinada região.

Tabela 14 – Indicadores demográficos –Municípios da Microrregião de Ouro Preto, Minas Gerais e Brasil – 1991-2000.

Situação Unidade territorial	1991			Grau de urban.	2000						Grau de urban.
	Total	Urbana	Rural		Total	Δ%	Urbana	Δ%	Rural	Δ%	
Brasil	146.825.475	110.990.990	35.834.485	75,6	169.799.170	1,63	137.953.959	2,45	31.845.211	-1,30	81,2
Minas Gerais	15.743.152	11.786.893	3.956.259	74,9	17.891.494	1,43	14.671.828	2,46	3.219.666	-2,26	82,0
Microrregião: Ouro Preto	136.946	107.424	29.522	78,4	154.860	1,38	131.057	2,23	23.803	-2,36	84,6
Diogo de Vasconcelos	4.161	748	3.413	18,0	3.972	-0,52	841	1,31	3.131	-0,95	21,2
Itabirito	32.091	28.678	3.413	89,4	37.901	1,87	35.245	2,32	2.656	-2,75	93,0
Mariana	38.180	29.848	8.332	78,2	46.710	2,27	38.679	2,92	8.031	-0,41	82,8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991-2000.

Elaboração: PRÓ-CITTÀ, 2005.

Os principais Distritos de Itabirito, São Gonçalo do Baçõ e Acuruí, apresentam um quadro de crescimento urbano conjugado com perda de população rural, o que implicou, para o período intercensitário analisado, em aumento do grau de urbanização desses distritos, ao qual se associou uma perda de população total, conforme Tabela 15.

Tabela 15 – Indicadores demográficos Itabirito e distritos – 1991-2000

Situação Unidade territorial	1991			Grau de urbaniz.	2000						Grau de urbaniz.
	Total	Urbana	Rural		Total	Δ%	Urbana	Δ%	Rural	Δ%	
Itabirito (município)	32.091	28.678	3.413	89,4	37.901	1,87	35.245	2,32	2.656	-2,75	93,0
Itabirito (sede)	30.535	28.246	2.289	92,5	36.402	1,97	34.725	2,32	1.677	-3,40	95,4
Acuruí	351	92	259	26,2	306	-1,51	149	5,50	157	-5,41	48,7
São Gonçalo do Baçõ	981	273	708	27,8	909	-0,84	340	2,47	569	-2,40	37,4
São Gonçalo do Monte	224	67	157	29,9	284	2,67	31	-8,21	253	5,44	10,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991-2000.

Elaboração: PRÓ-CITTÀ, 2005.

Provavelmente, em decorrência de sua tradição industrial, Itabirito tenha se configurado, historicamente, como um município de predominância urbana, apresentando hoje uma forte concentração de atividades e serviços na sede municipal. E, talvez, por esta razão, sua população apresente um grau de urbanização superior ao indicador brasileiro e mineiro.

A população da sede do município de Itabirito, segundo o Censo Demográfico de 2000, encontra-se na casa dos 36.402 habitantes, conferindo ao espaço intraurbano uma densidade demográfica bastante significativa. Os bairros de maior densidade demográfica são Saúde, Bela Vista e a Vila Gonçalo. Os bairros Santa Rita, Munu e

São José são também muito populosos, mas ocupam uma área populacional mais rarefeita, entremeada por áreas rurais, sendo que a Quinta dos Inconfidentes e o Novo Itabirito/Calçadas, são as unidades de menor densidade demográfica.

A população predominantemente feminina (51%) é mais evidente na sede, onde em alguns bairros e regiões, como o Centro Histórico/Rosário, Santa Tereza, Centro/Praia, Vila José Lopes, Bela Vista e Saudade, as mulheres chegam a representar mais que 53% da população local.

No que diz respeito à composição etária da população, os bairros do Centro, Centro Histórico/Rosário e Saudade, apresentam, em uníssono, uma população menos jovem e mais idosa. Os bairros, Bela Vista, Santa Tereza e Santa Efigênia possuem uma população predominantemente de faixas intermediárias de idade, não possuindo, outrossim, percentual elevado de idosos. Donde se conclui que a maioria da população de idade avançada se encontra no centro ou em bairros mais próximos ao centro da cidade.⁹²

Por outro lado, o São José e o Nossa Senhora de Fátima, bairros mais distantes do centro, possuem uma população, ao mesmo tempo, mais jovem e de meia idade. Já os bairros de Padre Adelmo e Monte Sinai possuem uma população jovem, mas com um percentual significativo de idosos, enquanto o Agostinho Rodrigues e o Gutierrez não possuem uma população tão jovem, mas o percentual de idosos mostra-se bastante reduzido.

Nos distritos de Itabirito, observa-se a existência de uma população ligeiramente mais jovem em Acuruí, enquanto em São Gonçalo do Monte e no Baçõ sobressai uma população proporcionalmente mais idosa.⁹³

Os gráficos das figuras 10 e 11, apresentados a seguir, ilustram a composição por gênero e faixa etária da população do município.

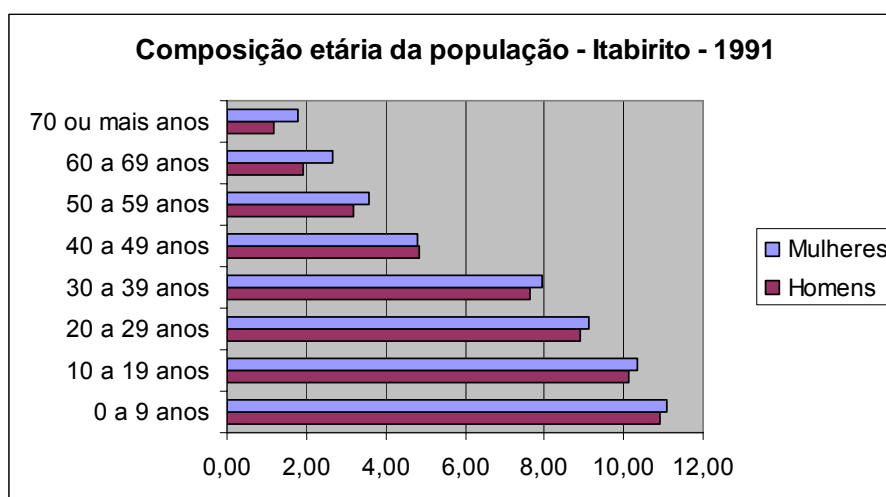
Estes gráficos demonstram um processo incipiente de estreitamento da base da pirâmide etária, nos dados de 2000, e uma ampliação do peso das faixas etárias intermediárias, denotando um processo que se observa também em Minas Gerais e no Brasil - o envelhecimento relativo da população. Itabirito possui uma população

⁹² DIAGNÓSTICO PRÓ – CITTÀ, 2005.

⁹³ IDEM

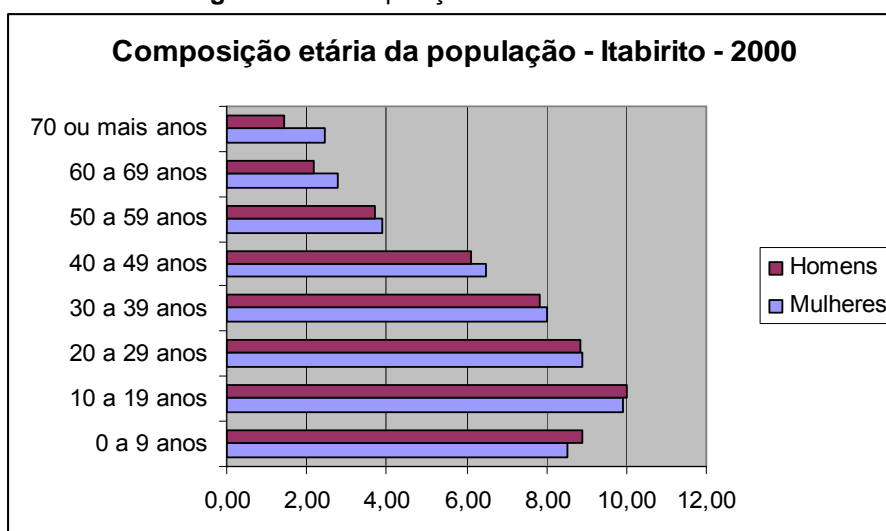
ligeiramente menos jovem e proporcionalmente mais madura (supera o percentual estadual e nacional entre os 20 e os 59 anos de idade), desta forma, situando-se em faixas etárias de idade menos avançada, que a população mineira, mas mais idosa do que a população brasileira.

Figura 24 – Composição etária em Itabirito – Ano de 1991



Fonte: IBGE, Resultados do Universo do Censo Demográfico, 2000.
Elaboração: PRÓ-CITTÀ, 2005.

Figura 25 – Composição etária itabirito – 2000



Fonte: IBGE, Resultados do Universo do Censo Demográfico, 2000.
Elaboração: PRÓ-CITTÀ, 2005.

Numa análise do Pró-Città em 2005, com finalidade de planejamento municipal, observou-se uma tendência progressiva de redução da demanda por serviços consumidos pela população mais jovem, vis-à-vis o aumento progressivo da demanda por serviços consumidos pela população de idade mais avançada.

No que concerne às estimativas e projeções populacionais, a análise das tendências demográficas baseia-se na análise do crescimento vegetativo⁹⁴ e dos movimentos migratórios. O crescimento vegetativo depende, fundamentalmente, do comportamento dos indicadores de fecundidade e dos de mortalidade.

A Tabela 16, apresenta a estimativa e projeção populacional para o Brasil, para Minas Gerais e para Itabirito, até 2015, a partir das estimativas e projeções elaboradas pelo IBGE.

Tabela 16 – População recenseada, estimada e projetada – Itabirito, Minas Gerais e Brasil
2000-2005-2010-2015

Situação Unidade territorial	2000		2005		2010		2015	
	Total	Δ%	Total	Δ%	Total	Δ%	Total	Δ%
Brasil	169.799.170	1,63	181.341.499	1,32	192.040.996	1,15	201.517.470	0,97
Minas Gerais	17.891.494	1,43	18.970.853	1,18	19.971.397	1,03	-	-
Itabirito	37.901	1,87	41.541	1,85	45.528	1,85	49.898	1,85

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991-2000. Estimativas populacionais.

Elaboração: PRÓ-CITTÀ, 2005.

Obs.: Estimativas e projeções calculadas pelo IBGE até 2005 e para Minas Gerais e Brasil até 2015.

Para 2010 e 2015, população de Itabirito projetada pelo PRÓ-CITTÀ, através da extrapolação da taxa estimada.

Constata-se que o crescimento demográfico de Itabirito já se mostra superior ao crescimento demográfico médio do Brasil e de Minas Gerais, superando o crescimento vegetativo e registrando acúmulo de saldos migratórios líquidos positivos; ou seja, Itabirito tem recebido uma população de migrantes que faz sua população crescer ainda mais. No entanto, tal fenômeno não se dá de forma explosiva.⁹⁵

Por outro lado, o crescimento econômico do município, sua localização estratégica ao Sul da RMBH, sua posição de contato com a Microrregião de Ouro Preto e eventuais investimentos em infra-estrutura viária, poderão, nesta próxima década, traduzir-se numa aceleração dos movimentos migratórios que para ali se destinam, e

⁹⁴ Crescimento vegetativo – excesso de nascimentos sobre óbitos, em determinado tempo e região.

⁹⁵ IDEM

podem configurar um cenário de crescimento mais acelerado. Dados estes que reforçam o papel da cidade como Centro Emergente na rede regional de cidades mineiras.

Pelas estimativas projetadas, atualmente disponibilizadas pelo IBGE, pode-se constatar que, por volta do ano de 2015, Itabirito deverá contar com uma população residente de quase 50.000 habitantes, sendo que pouco mais que 47.000 deles estarão residindo na sede municipal. O município deve, portanto, se preparar para um período de crescimento demográfico expressivo que pode ainda ser impactado por outros fatores, especialmente pela dinâmica econômica e por sua localização privilegiada no eixo Sul de expansão da Região Metropolitana de Belo Horizonte.⁹⁶

Em relação à qualidade de vida, observa-se que os distritos de Itabirito possuem uma população permanente relativamente pequena, que contrasta com o seu amplo perímetro urbano. Os Distritos de Acuruí e o distrito de São Gonçalo do Baçõ contam com uma população flutuante significativa, especialmente nos fins-de-semana e nas férias e feriados.

Baseada em índices criados pela ONU, a Fundação João Pinheiro desenvolveu uma metodologia ajustada às condições do Estado de Minas Gerais e utilizou o IDH, índice de Desenvolvimento Humano, calculado a partir de parâmetros básicos como a renda familiar, a educação e a longevidade.

A Tabela 17 contém as informações relativas ao IDH-M (médio), do país, de Minas Gerais e de Itabirito.

Tabela 17 – IDH-M por setor – Itabirito, Minas Gerais e Brasil – 2000

Unidade territorial	IDH-M	Longevidade	Educação	Renda
Brasil	0,766	0,727	0,849	0,723
Minas Gerais	0,773	0,759	0,850	0,711
Itabirito	0,786	0,756	0,907	0,696

Fonte: IPEA/FJP, 2002, diagnóstico Pró – Città, 2005.

O IDH-M de Itabirito mostra-se ligeiramente superior àquele observado para Minas Gerais e para o Brasil, situando o município em 895^a posição no país e na 88^a posição no Estado, sendo o razoável desempenho do município consequência do

⁹⁶ Idem

IDH-M Educação, consideravelmente superior ao nacional e ao mineiro (posição 255 no país), refletindo a elevada taxa de alfabetização de Itabirito, da ordem de 93,98%.

O município de Itabirito tem problemas no âmbito da concentração de renda. A maioria dos empregos gerados pela indústria de transformação, serviços em geral e atividade extrativa mineral, exige baixa qualificação de seus funcionários e, conseqüentemente, os salários pagos por estas atividades tendem a ser baixos. Contudo, a economia do município, baseada no extrativismo mineral, conta com um significativo dinamismo nos setores econômicos urbanos. Itabirito tem boa qualidade de vida e de desenvolvimento humano em nível intermediário e, é marcada por um expressivo patrimônio cultural – natural, histórico e arquitetônico.

As diretrizes atuais de gestão dos setores de produção e de comercialização, de desenvolvimento e crescimento urbanos e de controle ambiental, serão decisivas nos próximos anos, para a consecução de nível hierárquico elevado da cidade na rede urbana mineira.

4.9. O papel dos recentes planos para a cidade de Itabirito.

O ano de 2005 foi marcado por importantes trabalhos elaborados pela Prefeitura da Cidade de Itabirito. Entre os fatores que motivaram este desempenho, salienta-se:

- O intuito de cumprir uma agenda definida pela Lei Federal, na qual “Os municípios brasileiros têm até outubro de 2006 para elaborar os Planos Diretores, obrigatórios para os que possuem mais de 20 mil habitantes, sejam integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, que tenham área de especial interesse turístico, e que sejam situados em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental na região ou no país”(Agência de Notícias dos Municípios, 2006);
- A contínua presença da MBR – Mineradoras Brasileiras Reunidas - que se propõe a investir, em atividades extrativistas no município, a partir de 2006 - cerca de 637 milhões de reais, com concentração na Mina do Pico (Itabirito

Cidade Viva, 2005) e da MSOL – Mineração Serras do Oeste, com exploração do ouro na região de Acuruí/Bonsucesso;

- A força das Associações e ONGs, existentes no município, que demandam um planejamento sustentável imediato.

Como Centro Urbano Emergente, Itabirito necessita de intervenções que considere seu status de transição de pequena para média cidade. A busca de soluções para os problemas intraurbanos (desorganização do sistema viário, falta de zoneamentos urbanos, falta de normas de conforto e segurança ao cidadão, ausência de normas de construção de edificações, etc.) deverá ser feita em paralelo às possibilidades, já existentes, de relações externas da cidade e às relativas à sua posição regional.

Segundo depoimentos de cidadãos itabiriteses, algumas áreas periféricas, assim como outras muito adensadas, encontram-se carentes de infra-estrutura básica.

Em 14 de dezembro de 2005, segundo a Lei nº 2466, a Prefeitura da Cidade “instituiu o Plano Diretor de Itabirito, em conformidade com o Estatuto da cidade”. Em parceria com o Instituto de Estudos Pró-Cidadania (PRÓ – CITTÀ), a Prefeitura elaborou o Código de Obras, a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Leis dos Perímetros Urbanos da Sede e dos três Distritos, além de Macrozoneamentos distritais e estudos para Implantações Viárias.

Ressalta-se, neste trabalho, a proposição, por parte do Plano Diretor, de divisão da sede da cidade em Unidades de Planejamento. Tal conjunto, formado por onze grupos, compõe diversos bairros aglutinados por características afins, de forma a tornar mais visíveis as perspectivas intervencionistas na cidade. São elas: Bela Vista, Carioca, Central, Chancudo, Esperança, Monte Sinai, Núcleo Histórico, Padre Adelmo, Quinta dos Inconfidentes, Santa Efigênia e Via Gonçalves.

No mapa do Macrozoneamento Municipal do Plano Diretor de Itabirito, a área rural a Sudoeste da sede de Itabirito é classificada como Zona Rural de Uso Controlado e as áreas ao Sul, Sudeste, Leste e Norte do município são denominadas Zonas Rurais, propriamente ditas.

De acordo com constatações verificadas em trabalho de campo, para a direção Sudoeste e Nordeste, acompanhando a tendência de vetor de crescimento urbano da cidade, tornam-se necessários estudos de compatibilização entre as áreas pericentrais e periurbanas, com a finalidade de se alcançar maior equilíbrio entre o avanço do tecido urbano e a perda da área rural. Pode-se supor, num futuro imprevisível, o fenômeno da conurbação entre a sede municipal e o distrito de São Gonçalo do Bação.

Sabe-se que, teoricamente, o Plano Diretor é um importante instrumento para o pleno desenvolvimento do município, uma vez que regulamenta o uso do solo, assegurando, por exemplo, espaços adequados para a provisão de novas moradias, que atendam à demanda da população de baixa renda, bem como a regularização e urbanização de zonas já ocupadas, além de prever áreas de preservação ambiental e estabelecer normas para a redefinição do território urbano.

Com um vasto e qualitativo conteúdo propositivo, o Plano Diretor elaborado em 2005 prevê diretrizes básicas que, se efetivamente implantadas, podem mudar o rumo da qualidade de vida da cidade. Itabirito, hoje, não possui tranquilidade ainda presente no cotidiano de algumas cidades médias e pequenas, salvo em poucos espaços urbanos. O que se registra é um intenso e ruidoso fluxo de trânsito de veículos que parece ter sobrecarregado o processo de ocupação no centro da cidade e nos corredores de acesso aos bairros mais periféricos. Ainda inexistem efetivas ações do poder público no sistema viário, para integração entre vias e praças, de aproveitamento do rio Itabirito como valor de climatização nas áreas mais deprimidas topograficamente - faltam árvores e passeios públicos mais generosos, voltados para o conforto, segurança e beleza paisagística da cidade. Entretanto, a iniciativa de construção do Complexo Cultural na antiga estação ferroviária foi bem sucedida e pode ser referência para novas intervenções.

A questão do equilíbrio no adensamento populacional é de suma importância no planejamento, em especial pela existência de áreas verdes entremeadas no complexo urbano, principalmente nas áreas pericentrais (o Plano Diretor prevê as ZEIUA – zonas

especiais de interesse urbano ambiental). Estas “ilhas verdes” podem garantir maior equilíbrio ambiental futuro, se qualificadas e preservadas.

A imagem das cidades é constituída de sua paisagem natural e construída. Em Itabirito, faz-se urgente a preservação das estruturas arquitetônicas civis e religiosas, cujo papel temporal, além de servir à comunidade, é o de contar a sua história e preservar a memória coletiva urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve a pretensão de investigar a cidade de Itabirito no seu momento atual e levantar dados que corroboram a sua posição de centro urbano emergente. Algumas descrições e análises expressam seu atual desenvolvimento econômico e social relativo à região e ao Estado de Minas Gerais. O enfoque adotado, entretanto, foi acerca de seu “espaço geográfico” através de inserção histórica; posição quanto aos aspectos físicos e humanos; relações funcionais externas; relações intraurbanas e, principalmente através de seu desenvolvimento de organização urbana e morfologia funcional.

Percebe-se, no decorrer desta pesquisa, a importância das cidades de nível intermediário, as cidades médias, na dinâmica das redes urbanas com hierarquias variadas de cidades - desde metrópoles a cidades pequenas e o meio rural. Diversos estudos realizados sobre cidades em Minas Gerais, dos anos 1960 aos 1990, têm contribuído para a análise da rede urbana mineira e sua relação com outros estados brasileiros.

O fortalecimento das cidades de porte médio, ou cidades médias tem sido apresentado como um possível caminho para se alcançar maior equilíbrio regional, juntamente com outras iniciativas afins, em estratégias de planejamento urbano e regional.

Desde a década de 1970, as cidades de hierarquia intermediária têm sido objeto de estudos e de políticas públicas. Estes trouxeram à tona, não somente as cidades de porte médio, como também colocaram em evidência as cidades em vias de atingirem o patamar desta categoria de cidades, por desempenharem funções semelhantes à das cidades médias nas regiões às quais pertencem. Estas cidades em transição, chamadas *centros urbanos emergentes*, tiveram a sua relevância acentuada como objeto de estudos após pesquisas feitas por Oswaldo Bueno Amorim Filho.

Na estruturação de uma rede urbana, os centros urbanos emergentes têm se mostrado como alternativas potenciais, por já disporem de relativa posição regional, estruturação intraurbana e desenvolvimento de relações externas significativas em seu entorno. A presença de atividade industrial e de um setor econômico terciário expressivo colabora para este “status”.

Em se tratando da região abordada neste estudo de caso, a cidade de Itabirito se apresenta como alternativa funcional na microrregião na qual se insere e se destaca como importante opção para o fortalecimento da rede urbana, atingindo cidades localizadas no seu entorno.

Conforme estudos de Amorim Filho, Bueno e Abreu (1982), uma das características que diferenciam os centros urbanos emergentes das cidades pequenas e médias, é o seu desempenho na estruturação das redes urbanas regionais. Quando relacionados a capitais regionais e / ou cidades médias, eles aparecem como elos urbanos indispensáveis de ligação entre estes e as cidades menores, e com o próprio espaço rural.

Itabirito demonstra potencial para o cumprimento deste papel em relação à capital do Estado, Belo Horizonte e, às cidades médias de Conselheiro Lafaiete e Ouro Preto, esta última, seu pólo microrregional. Através das rodovias federais e da estadual, a cidade expande suas relações externas e define suas direções de crescimento urbano, a Leste e a Sul, exemplificadas pelo fator número de viagens rodoviárias (de ônibus) semanais, partindo da cidade.

Dentro do próprio município, principalmente ocupado por áreas rurais, a sede já exerce função centralizadora através dos serviços de saúde e educação oferecidos à sua população. E, como já mencionado, seu comércio a preços mais acessíveis, têm efeito indutor sobre outras cidades menores e aglomerações urbanas em seu entorno.

Uma importante característica diferencial dos centros urbanos emergentes, em relação a cidades menores e médias, é a sua ligação e dependência em relação ao mundo rural que os envolve. Se este desempenho é importante na estruturação das redes urbanas, como anteriormente mencionado, mais prescindível se torna para os espaços rurais, pois, representam e exercem o papel de primeiro contato destes com o "mundo exterior". São os centros urbanos emergentes que apóiam os espaços rurais através de financiamentos e custeio de atividades agrícolas; da venda da produção e da obtenção de insumos para esta atividade.

Itabirito mantém relações diretas com o meio rural de seu município e com os municípios limítrofes, ao Sul e a Leste. Sua influência primordial, no entanto, é exercida pela terceira e mais importante característica de centro urbano emergente, através de

sua estrutura econômica, ainda em fase inicial, mas, expressivamente presente pelos setores comercial, de serviços e industrial. A cidade se encontra, na classificação hierárquica de cidades, entre os poucos centros urbanos emergentes mineiros que já apresentam um setor industrial e possuem prerrogativa quanto ao seu dinamismo. Hoje, a indústria de transformação junto ao setor terciário qualifica a cidade e acentuam sua posição no crescimento na região.

Quanto aos aspectos urbanísticos relacionados aos eixos rodoviários, cumpre expor que a cidade demanda intervenções para soluções viárias e um planejamento preventivo, pois, a rodovia estadual (MG-030), praticamente atravessa o “coração” da cidade pela avenida principal (Dr. Queiroz Júnior) no eixo de fundo de vale do rio Itabirito. Há aí um confronto entre relação intraurbana e relação regional que cria problemas relacionados ao fluxo de automóveis, ônibus e caminhões, congestionando e desorganizando a parte central da cidade e áreas pericentrais ao longo da referida avenida.

A cidade, além de oferecer serviços de educação (universidade) e saúde (hospitais), também apresenta um potencial a ser explorado: o turismo ecológico (reservas naturais) e o turismo histórico (patrimônio edificado e cultural).

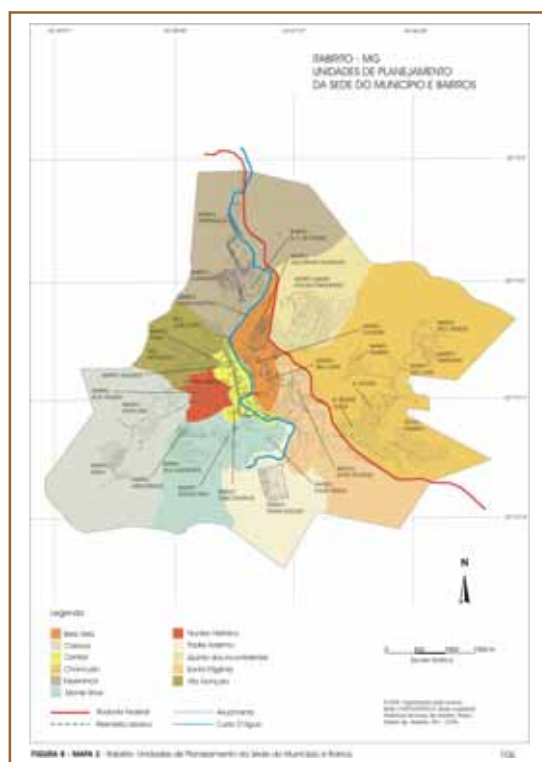
Como observações finais e possíveis enfoques a serem considerados e estudadas de forma multidisciplinar e dentro de programas de desenvolvimento municipal, integrados entre poder público e poder privado, propõe-se:

- O desvio de acesso Norte-Sul da rodovia MG-030, atualmente pela avenida Dr. Queiroz Junior, para a porção Leste da cidade, utilizando-se a BR-356 e, possivelmente, a Avenida dos Inconfidentes, paralela à mesma;
- O controle (proporcional) de fluxo de veículos pesados pela Avenida Dr. Queiroz Junior;
- A definição de calçadas e trânsito de pedestres, com a criação de faixas de segurança, principalmente ao longo da avenida principal e Centro;
- A colocação de rampas de acesso para pessoas com necessidades especiais, sinaleiros luminosos, lixeiras e luminárias públicas, integrados e apresentando unidade de leitura visual;

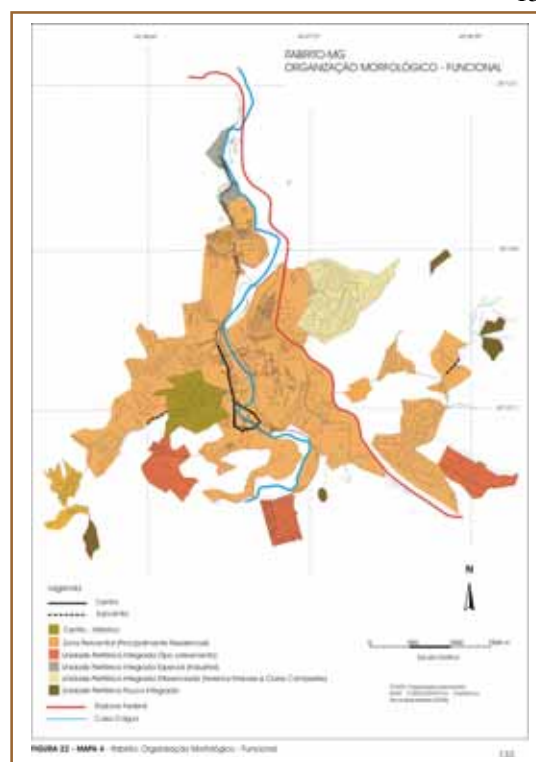
- A implantação de sinalizações de segurança e de informações turísticas para usuários pedestres e em veículos;
- A recuperação de áreas verdes, criação de parques naturais e arborização da cidade, principalmente nas áreas mais baixas ao longo do Rio Itabirito.
- A urbanização (no que se refere à definição de fluxos de veículos e organização de vias) da porção Sul da cidade, nas saídas para o distrito de São Gonçalo do Monte e aglomerações urbanas próximas.

Quanto ao aspecto relacionado à morfologia funcional do espaço urbano, objeto de fechamento desta pesquisa, a cidade demonstra estar a caminho de se caracterizar como cidade média (em fase inicial), contando com um espaço pericentral relevante e subcentros em fase embrionária, que correspondem ao aumento populacional crescente nos últimos anos e à formação de periferias diversas implantadas no tecido urbano.

O Plano Diretor da cidade, aprovado em 2005, pode contribuir para a ordenação de crescimento e melhoria do espaço urbano. A exemplo, sugere-se que a divisão da cidade em Unidades de Planejamento proposta por este plano, seja compatibilizada com o mapa da estrutura de organização morfológico-funcional, neste trabalho desenvolvido, considerando-se os eixos viários Federal, Estadual e Municipal, assim como as características topográficas do sítio da cidade e seus cursos d'água. Esta compatibilização deverá ser acompanhada de uma análise multidisciplinar das condições de desenvolvimento da cidade e poderá identificar novos atributos específicos com possibilidades para caracterizar estas Unidades de Planejamento ou, até mesmo, reorganizá-las por categorias de condicionantes naturais e construídos, além de gerar posturas de intervenção específicas para as diferentes partes deste meio intraurbano.



UNIDADES DE PLANEJAMENTO ITABIRITO



ESTRUTURA MORFOLÓGICO-FUNCIONAL ITABIRITO

No entanto, somente através de uma política pública que indique e inclua projetos, programas preventivos e incentive a co-participação do setor privado, será possível o desenvolvimento sustentável da cidade.

Nos planos e políticas de desenvolvimento, a proximidade de Itabirito das cidades médias de Ouro Preto e Conselheiro Lafaiete deverá ser considerada, para que seu potencial de prestação de serviços e de atividades comerciais se desenvolva de forma “complementar” às mesmas, criando-se alternativas para seu funcionamento como “cidade média” perante as cidades menores vizinhas e o meio rural.

Em relação a Belo Horizonte, Itabirito deverá fortalecer sua capacidade de gerar mais empregos e seu potencial educacional, com o intuito de absorver, na própria região, cada vez mais a população jovem em busca de formação de nível técnico e universitário.

Espera-se que, esta pesquisa, estimule novos e mais profundos estudos sobre esta importante categoria de cidades, os centros urbanos emergentes.

Espera-se que, cada vez mais, os estudos acadêmicos renovem suas intenções e as efetive na direção de colaboração para a melhoria de vida das pessoas das cidades e do meio rural.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. F. M. O Cráton de São Francisco. *Revista Brasileira de Geociências*, São Paulo, 1977, 7(4): 349-364.
- ALKMIN, F. F., MARSHAK S. Transamazonian Orogeny in the Southern São Francisco Craton Region, Minas Gerais, Brazil: evidence for Paleoproterozoic collision and collapse in the Quadrilátero Ferrífero. *Precambrian Research*, 1998, 90: 29-58
- ALVES, R. J. V. ; KOLBEK, J. Plant Species Endemism In Savanna Vegetation On Table Mountains (Campo Rupestre) In Brazil. *Vegetatio*, Belgium, v. 113, p. 125-139, 1993.
- AMORIM FILHO, O.B. Da Cidade à Sociedade Urbana. Texto traduzido e adaptado de Lefebvre, H. *La Révolution Urbaine*. Paris, Gallimard, 1970, 7-34 p.
- AMORIM FILHO, O.B. Contribution al l'étude des villes moyennes au Minas Gerais - Formiga et le Sud - Ouest du Minas Gerais. Bourdeaux, Université de Bourdeaux III, 1973, 361 p.
- AMORIM FILHO, O. B. Um esquema metodológico para o estudo das cidades médias. *Anais do II Encontro Nacional de Geógrafos*. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 1976, 600 p.
- AMORIM FILHO, O.B. Patos de Minas: uma cidade média em Minas Gerais e sua região. *Caderno de Geografia*, UNESP, Rio Claro, SP, 3(5): 58-69, abril, 1978.
- AMORIM FILHO, O.B. A evolução do pensamento geográfico. In: *Revista Geografia e Ensino*. Belo Horizonte: IGC/UFMG, Ano 1, n.1, março 1982.
- AMORIM FILHO, O. B., BUENO M. E. T. e ABREU, J.F.: Cidades de Porte Médio e o Programa de Ações sócio-educativo-culturais para as populações carentes do meio urbano em Minas Gerais. *Boletim de Geografia Teorética*. Rio Claro – SP, 12 (23-24), p. 33-46, 1982.
- AMORIM FILHO, O. B., Cidades Médias e Organização do espaço no Brasil. In: *Revista Geografia e Ensino*. Belo Horizonte, 2(5): 5-34 junho 1984.
- AMORIM FILHO, O.B. Reflexões sobre as tendências teórico-metodológicas da geografia. IGC-UFMG, 1985.
- AMORIM FILHO, O. B., RIGOTTI, J. I. R. Os Limiares demográficos na caracterização das cidades médias. *Caderno de Geografia*, v.7, n.9, p.21-38, Belo Horizonte:PUC MINAS: Fumarc, 1989.
- AMORIM FILHO, O.B. Las Ciudades Medias en la Planificacion de Minas Gerais – Brasil. *Anales del Seminario Internacional "Ciudades Intermedias de América"* (Dra Edelmira Gonzáles G. – editora). La Serena, Universidad de la Serena, Chile, julho 1996.
- AMORIM FILHO, O.B., Um Cuarto de Siglo de uma Ciudad Media em Minas Gerais: Formiga. *Caderno de Geografia*, vol. 8, n. 10, fevereiro 1998, PUC – Minas, p. 30-43.

AMORIM FILHO, O.B. et al. Os eixos de desenvolvimento em Minas Gerais e suas tecnópolis. Anais do 5º encontro nacional de prática de ensino da Geografia. Belo Horizonte. PUC - Minas, 25/28 maio de 1999, p. 35-52.

AMORIM FILHO, O. B. e ABREU, J. F. Ciudades Intermedias y Tecnópolis potenciales em Minas Gerais – Brasil. In: Tiempo y Espacio, año 8, n. 9-10, p. 23-32, Chillán (Chile), Universidad del Bió-Bió, 2000 (publicada em 2001).

AMORIM FILHO, O.B. e ABREU, J. F. Cidades médias e descentralização tecnológica: o caso de Minas Gerais. Caderno de Geografia, 12(18), p. 5-14, Belo Horizonte, PUC-Minas, 1º semestre 2002.

AMORIM FILHO, O. B., RIGOTTI, J. I. R. Os Limiares demográficos na caracterização das cidades médias. Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto novembro 2002, 22 p. (meio digital).

AMORIM FILHO, O.B., ARRUDA, M.A.: Os Sistemas Urbanos. Minas Gerais do século XXI, Reinterpretando o espaço mineiro, v.2, p.189-247, Belo Horizonte, 2002.

AMORIM FILHO, O.B. Um modelo de zoneamento morfológico – funcional do espaço intraurbano das cidades médias de Minas Gerais. In: AMORIM FILHO, O. B. e SENA FILHO, N. A Morfologia das cidades médias. Editora Vieira, Goiânia, 2005.

ATLAS CHOROGRAPHICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Município de Ouro Preto. 1919.

BAETA, A M. & PROUS. A Arte Rupestre del Centro de Minas Gerais (Brasil) Boletín da Sociedad de Investigación del Arte Rupestre de Bolívia n. 6:41-53, La Paz, 1992.

BAETA, NILTON. A Indústria Siderúrgica em Minas Gerais. Imprensa oficial. Belo Horizonte. 1973. 309p.

BAETA, A. M. M.; ALII, E. Tudo coisa na língua Krenak. See Mg, SEE-MG - Belo Horizonte/MG, 1998.

BARBOSA G. V. Superfícies de erosão do Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais. Revista Brasileira de Geociências, São Paulo, 1980, 10(1): 89-101.

BIODIVERSITAS. Levantamento Preliminar da Fauna de Vertebrados. Reserva de Tumba / MBR, 1989.

BORDE, J. , BARRÈRE, P. et CASSOU-MOUNAT, M. Les villes françaises. Paris: Masson, 1980, 288p.

BRUNET, Roger. Les phénomènes de discontinuité em Géographie. Paris. CNRS, 1970.

CAMPOS, D.A.; Souza, C.R.G (editores). Sítios Arqueológicos e Paleontológicos do Brasil. Publicado na internet em 21/6/2005 no endereço <http://www.unb.br/ig/sigep/sitio042.pdf>.

CARVALHO, E.T. 1982. Carta Geotécnica de Ouro Preto. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1982, 95p. (Dissertação de Mestrado).

CASTELNAU, Francis. Expedição às regiões centrais da América do Sul. Tradução Olivério M. de Oliveira Pinto. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1949.

CEMPRE – Cadastro de Empresas do IBGE – 2000.

CHARBONEAU, F.; LEWIS, P. et MANZAGOL, C.L. (éditeurs). Villes moyennes et mondialisation – Renouveau de l'analyse et des stratégies. Montréal, Université de Montréal, 2003, 334 p.

CLARK, David. Introdução à Geografia Urbana. Tradução: Lúcia Helena de Oliveira Gerardi e Silvana Maria Pintandi. São Paulo: Difel, 1985.

CÓDICE C.M.; FIGUEIREDO, L.; CAMPOS, M.V. Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das Minas da América. 2V. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos. 1999.

COMMERÇON, N. et GOUJON, P. (directeurs). Villes moyennes: espace, société patrimoine. Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1997, 490 p.

COPAM , Comissão de Política Ambiental, 010 / 1986.

CORRÊA, Roberto L. A rede urbana. São Paulo: Editora Ática, 1989, 96 p.

CORRÊA, Roberto L. O espaço urbano. São Paulo: Editora Ática, 1989, 94 p.

COSTA, Joaquim Ribeiro. Toponímia de Minas Gerais com Estudo Histórico da Divisão Territorial Administrativa. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado. 1970. p.15-29.

COSTA, Marco Aurélio (diretor). Plano Diretor de Itabirito. Diagnóstico Situacional. Síntese para o Ciclo de Seminários. PRÓ-CITTÀ: CHRISTALLER, W. (1966): Central places in southern Germany, New Jersey, Prentice-Hall inc., (orig.1933), 229p

DEL RIO, Vicente. Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento. São Paulo: PINI, 1990.

DINIZ, Clélio Campolina. O atraso mineiro e suas explicações. In: Estado e capital Estrangeiro na industrialização mineira. Belo Horizonte: UFMG/PROED.1981.p.99-120.

Divisão Territorial Administrativa. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado. 1970. p.15-29.

DOLLFUS, O. A análise geográfica. São Paulo: Difel, 1973.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, vol. XXV, Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959. p. 245-249.

FAISSOL, S. A Estrutura Urbana Brasileira: uma visão ampliada no contexto do processo brasileiro de desenvolvimento econômico. Revista Brasileira de Geografia, ano 34, números ¼, Rio de Janeiro, 1973.

FEAM / IGAM. Qualidade das águas superficiais do estado de Minas Gerais em 2000. Projeto Águas de Minas. Monitoramento das águas superficiais do Estado de Minas Gerais. Fundação Estadual do Meio Ambiente e Instituto Mineiro de Gestão das Águas. Belo Horizonte, 2001, 346p.

FERREIRA, C.M.C. Um estudo de regionalização do Estado de Minas Gerais, por meio de um modelo de potencial. Belo Horizonte. CEDEPLAR. Monografia nº 3, 1971, 39p.

FIORILLO, Padre Miguel Ângelo. Fundamentos históricos da Paróquia de Nossa Senhora da Boa Viagem. Belo Horizonte: O Lutador, 1996. 202 p.

FOLLIS, Fransérgio. Modernização urbana na Belle Époque paulistana. São Paulo, Ed. UNESP, 2004. 151p.

FRANCISCONI, J.G. & SOUZA, M.A. Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: Estudos e Proposições Alternativas, Brasília, IPEA, 1976.

GEORGE, P. et VERGER, F. Dictionnaire de la Géographie. Paris, P.U.F., 1996, 6^o Édition, p. 450/451.

GERVAISE, Y.; QUIRIN, B. et CRÉMIEU, E. Les Nouvel espace économique français. Paris: P.U.F., 1997, 858 p.

GOTTMANN, J. et alii L'aménagement du l'espace. Planification régionale et géographie. Paris, Librairie Armand Colin, 1952.

HARDER E. C. & CHAMBERLAIN R. T. 1915. The geology of central Minas Gerais, Brazil, Part 1. Journal Geology, 1915, 23(4):341-378

HARLEY, R.M. Introdução. Flora of the Pico das Almas, Chapada Diamantina, Bahia, Brasil. Ed. Stannard, B.L, 1995, p.43-78.

HAUSER, Philip M.; SCHNORE L. F. The study of urbanization. New York: J. Wiley. 1965.

HAUTREUX, J. & ROCHEFORT, M. *La fonction régionale dans l'armature urbaine française*. Paris, D.A.F.U., 1964.

HERZ N. Gneissic and Igneous Rocks of the Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais, Brazil. USGS/DNPM. Professional Paper, 1970, 641(B):1-57

ITABIRITO EM REVISTA, ano 1, nº1, maio de 1992, 62p.

IBRAM -Instituto Brasileiro de Mineração – Contribuição do IBRAM Para o Zoneamento Ecológico-Econômico e o Planejamento Ambiental de Municípios Integrantes da APA-SUL RMBH – Memorial Descritivo, 2003.

IBGE - Divisão Regional do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas. Rio de Janeiro, 1972.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Atlas Nacional do Brasil, 1992.

IEF-Instituto Estadual de Florestas. Mapa de Cobertura Vegetal e Uso da Terra, 1994.

IGA – INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS (coordenação de AMORIM FILHO, O.B.). A Hierarquia Urbana de Minas Gerais analisada através da circulação de ônibus intermunicipais. Belo Horizonte, IGA/SECT, 1980. 60p.

IGAM - INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. Avaliação das interferências da mineração sobre os recursos hídricos da bacia do Alto Rio das Velhas. IGAM / ANA / OEA / PNUMA. 2001.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1999.

IPHAN - Cartas Patrimoniais. Brasília: IPHAN, 1995.

ITABIRITO EM REVISTA, ano 1, nº1, maio de 1992, 62p.

JOSÉ, Oíliam. Índigenas de Minas Gerais. Belo Horizonte. 1965.p.08-21.

LABASSE, J. L'Organisation de l'espace. Paris, Hermann,1966.

LACOURT F. Resumo da Geologia da Folha de Ouro Preto. Anais. Ouro Preto: Escola de Minas, 1936, 27:48p.

LAJUGIE, Joseph. Les Villes Moyennes. Paris, Éditions Cujas, 1974.

LEFEBVRE, H. La révolution urbaine. Paris, Gallimard, 1970.

LELOUP, Y. Les villes du Minas Gerais. Paris, I.H.E.A.L., 1970, 301 P.(Thèse de Doctorat).

LIMA, Kleverson: Itabirito, Breve Histórico. Secretaria de Patrimônio Cultural e Turismo. Itabirito, Minas Gerais, 2005.

MONOD, Jérôme. Transformation d'un pays. Pour une géographie de la liberté. Paris, Fayard, 1974.

OLIVEIRA, R. P.; LIMA, J..A. C.A. (organizadores). Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. p.359 e 367.

MARSHAK S., ALKMIM F. F. 1989. Proterozoic Contractonal Extension Tectonics of the Southern São Francisco Region, Minas Gerais, Brazil. *Tectonics*, 1989, 8(3):555-571

PATRUS. M.L.R.A, SANTOS A.C.S., FIGUEIREDO V.L.S., MATOS A.R., MENEZES I.C. Parcela Mineira da BSF: caracterização hidro-climática e avaliação dos recursos hídricos de superfície.

PINTO A.P. & MARTINS NETO. Bacia do São Francisco - Geologia e Recursos Naturais. SBG / MG, 2001, p.285-286.

PRÓ – CITTÀ – Instituto de Estudos Pró Cidadania. Diagnóstico do Plano Diretor de Itabirito, 2005.

RANDLE, Patricio H. (director) et al. Ciudades Intermedias - Su reactivación en la región pampeana. Bueno Aires, Fundación Banco de Boston, 1992, 144 p.

RADAMBRASIL - Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental, 1983.

REVISTA VIVA. Secretaria Municipal de Comunicação Social, Itabirito, dezembro, 2005.

RONCAYOLO, Marcel. Geografia Urbana: população e urbanização. Tradução e condensação de O. B. AMORIM FILHO. In: La ville et ses territoires. Paris, Gallimard, 1997, 285p.

ROSIÈRE, C. A.; RENGER, F. E., PIUZANA, D.; SPIER, C. A. Pico de Itabira, Minas Gerais: marco estrutural, histórico e geográfico do Quadrilátero Ferrífero. In: Winge, M.; Schobbenhaus, C.; Berbert-Born, M.; Queiroz, E. T.; Campos, D.A.; Souza, C.R.G (editores). Sítios Arqueológicos e Paleontológicos do Brasil. Publicado na Internet em 21/6/2005, endereço site: <http://www.unb.br/ig/sigep/sitio042.pdf>.

SALGUEIRO, T.B., Cidade Pós Moderna Espaço Fragmentado. In: Vasconcelos, P.A., e SILVA, S.B.M. (org.). Novos Estudos de Geografia Urbana Brasileira. Salvador, UFBA, 1999, 271 p.

SANTOS, M.: Tendências da Urbanização Brasileira no fim do século XX. In: CARLOS, A.F.A.(org.): Os Caminhos da Reflexão sobre as Cidade e o Urbano, São Paulo, Edusp, 1994, 391 p.

SEMDE - INFORMAÇÕES SÓCIAS ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE ITABIRITO – Itabirito, MG, 2005.

SILVEIRA, Victor. In: Minas Gerais 1925. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1926.

SPOSITO, Maria E. B. Textos e contextos para a leitura geográfica de uma Cidade Média. Presidente Prudente, UNESP / GASPERR, 2001, 311 p.

SANTOS, M.: Tendências da Urbanização Brasileira no fim do século XX. In: CARLOS, A.F.A. (org.): Os Caminhos da Reflexão sobre a Cidade e o Urbano, São Paulo, Edusp, 1994, 391 p.

SÁ, P.R.C. Os Centros Urbanos emergentes de Minas Gerais. Dissertação (mestrado) – Puc Minas, Belo Horizonte, Brasil, 2001.

SILVA, J. T. G. Preliminary Engineering Geologic Maps of Belo Horizonte, São Sebastião das Águas Claras, Nova Lima e Santa Luzia Quadrangles, Minas Gerais, Brazil. Master of Engineering - Colorado School of Mines, Colorado, USA, 1990, 147p.

SILVA, Olímpio Augusto . Itabirito: minha terra (memórias). Itabirito: Prefeitura Municipal de Itabirito. 1996.169 p.

UHLEIN, A. & OLIVEIRA, H.A. 2000. História geológica do Quadrilátero Ferrífero. *Ciência Hoje*. 2000, v.27. n.160. p.68-71.

VASCONCELOS, Diogo de. História Antiga de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Editora Nacional. 1948. p.148, 252 e 253.

VARAJÃO C. A. C. 1988. Estudo comparativo das jazidas de bauxita do Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais. Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1988, 193 p. (Dissertação de Mestrado).

VELOSO, H.P.; FILHO, A.L.R.R. & LIMA, J.C.A. 1991. Classificação da Vegetação Brasileira, adaptada a um sistema universal. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1991, 124p.

VILLAÇA, P. Espaço Intraurbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 1996.

ANEXOS**LISTAGEM DOS EQUIPAMENTOS POR UNIDADE DE PLANEJAMENTO E BAIROS****ANEXO 1 - EDUCAÇÃO**

UNIDADE BELA VISTA

Bairro Agostinho Rodrigues:

1 - Instituição (Pré - Escolar)

Bairro Bela Vista:

1 – Faculdade de Administração Itabirito – FAI/UNIPAC (Ensino Superior)

Bairro Lourdes:

1 - Instituição (Pré - Escolar)

UNIDADE CARIOCA

Bairro Munu:

2 - Instituições (Pré - Escolar)

Bairro Santa Rita:

2 - Instituições (Pré - Escolar)

UNIDADE CENTRAL

Bairro Centro:

1 - Escola Raul Soares (Ensino Médio)

Bairro Praia:

1 – Creche Pequeno Cidadão (Pré - Escolar)

2 – CEFET (Ensino Médio)

UNIDADE CHANCUDO

Bairro São José:

Escola Man. Salv. Oliv. (Ensino Médio)

Creche APASC (Pré - Escolar)

UNIDADE ESPERANÇA

Bairro Esperança:

Escola Estadual Laura Queiroz (Ensino Médio)

Bairro Nossa Senhora de Fátima:

Escola Estadual Engenheiro Queiroz Junior (Ensino Médio)

Instituição (Pré - Escolar)

Bairro Santo Antônio:

Escola Estadual Guilherme H. França Holais (Ensino Médio)

UNIDADE MONTE SINAI

Bairro Monte Sinai:

Instituição (Pré - Escolar)

Bairro Santa Tereza:

Instituição (Pré - Escolar)

Bairro São Geraldo:

Instituições (Pré - Escolar)

UNIDADE SANTA EFIGÊNIA

Bairro Santa Efigênia:

Escola Estadual Intendente Câmara (Ensino Médio)

UNIDADE VILA GONÇALO

Bairro Vila Gonçalo:
Escola Estadual Professor Tibúrcio (Ensino Médio)
Instituição (Pré - Escolar)

LISTAGEM DOS EQUIPAMENTOS POR UNIDADE DE PLANEJAMENTO E BAIRROS
ANEXO 2 – CULTURA

UNIDADE BELA VISTA

Bairro Bela Vista:
Coral Vozes da Juventude
Bairro Lourdes:
Grupo Mistura Brasileira (Pagode)

UNIDADE CARIOCA

Bairro Santa Rita:
Igreja de Santa Rita

UNIDADE CENTRAL

Bairro Centro:
Teatro Municipal
Casa de Cultura Maestro Dunga
Biblioteca Pública Municipal Professor Diáulas de Azevedo
Corporação Musical Itabiritense
Matriz São Sebastião
Bairro Praia:
Grupo de Seresta Flor de Liz
Capela São Vicente de Paula

UNIDADE CHANCUDO

Bairro São José:
Capela São José

UNIDADE ESPERANÇA

Bairro Esperança:
Igreja Imaculada Conceição
Bairro Santo Antônio:
Igreja Evangélica Filadélfia

UNIDADE MONTE SINAI

Bairro Matozinhos:
Capela Nossa Senhora das Mercês

UNIDADE NÚCLEO HISTÓRICO

Bairro Boa Viagem:
Banda Dançante (Congado)

UNIDADE SANTA EFIGÊNIA

Bairro Santa Efigênia:
Igreja Santa Efigênia

UNIDADE VILA GONÇALO

Bairro Saudade:
Corporação Musical Santa Cecília

LISTAGEM DOS EQUIPAMENTOS POR UNIDADE DE PLANEJAMENTO E BAIRROS
ANEXO 3 – PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

UNIDADE CENTRAL

Bairro Centro:
1 – Área da Estação Ferroviária
2 – Prédio do Quartel Militar

UNIDADE MONTE SINAI

Bairro Matozinhos:
1 – Capela de Nosso Senhor do Bom Jesus de Matozinhos
2 – Museu do Ferro

UNIDADE NÚCLEO HISTÓRICO

Bairro Boa Viagem:
1 – Igreja Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem
2 – Rua Sete de Setembro
– Casarão Colonial José Faria de Souza
Bairro Boa Viagem:
1 – Igreja de Nossa Senhora do Rosário
2 – Rua do Rosário
Imóvel Sr. Isaltino Pereira Pedrosa
Residência Sr. Benjamim Francisco Passos
Residência Sra. Maria Augusta Marques
Residência Sra. Odete Carlos Baêta
Residência Sr. Paulo Josafá

LISTAGEM DOS EQUIPAMENTOS POR UNIDADE DE PLANEJAMENTO E BAIRROS
ANEXO 4 – ESPORTES E LAZER

UNIDADE BELA VISTA

Bairro Agostinho Rodrigues:
1 - Clube dos Empregados MBR
Bairro Bela Vista:
1 - Clube da Melhor Idade

UNIDADE CARIOCA

Bairro Munu:
1 – AABB – Associação Atlética do Banco do Brasil

UNIDADE CENTRAL

Bairro Centro:

- Itabirense Esporte Clube
- União Sport Clube
- Usina Esperança Futebol Clube

UNIDADE ESPERANÇA

Bairro Capanema:

- 1 – AMISEG – Associação dos Empregados de Minas da Serra do Curral

Bairro Nossa Senhora de Fátima:

- 1 - Cat José Galo – Sesi
- 2 - Ginásio Poliesportivo Pedro Cardoso
 - Estádio Coronel Afonso de Moura Castro

UNIDADE MONTE SINAI

Bairro Monte Sinai:

- 1 - Academia de Tênis de Itabirito

UNIDADE QUINTA DOS INCONFIDENTES

Bairro Quinta dos Inconfidentes:

- 1 - Country Club Inconfidentes

UNIDADE VILA GONÇALO

Bairro Vila Gonçalo:

- 1 - Campo de Futebol Soçaita da Vila Gonçalo

LISTAGEM DOS EQUIPAMENTOS POR UNIDADE DE PLANEJAMENTO E BAIRROS**ANEXO 5 – PRAÇAS**

UNIDADE BELA VISTA

Bairro Bela Vista:

- 1 - Praça de Esportes do União Sport Clube

UNIDADE CARIOCA

Bairro Santa Rita:

- 1 - Praça de Esportes José de Oliveira Quites

UNIDADE CENTRAL

Bairro Centro:

- 1 - Praça Dr. Guilherme
- 2 - Praça Coronel Baêta Costa
- Praça das Bandeiras
- Praça de São Sebastião

Bairro Praia:

- 1 - Praça de Esportes da Praia
- 2 - Praça 1º de Maio

UNIDADE CHANCUDO

Bairro São José:

- 1 - Praça de Esportes Fortunato Arduino Mendanha

UNIDADE ESPERANÇA

Bairro Santo Antônio:

1 - Praça de Esportes Izaltino Dionísio

UNIDADE SANTA EFIGÊNIA

Bairro Santa Efigênia:

1 - Praça de Esportes José Dionísio Vieira

LISTAGEM DOS EQUIPAMENTOS POR UNIDADE DE PLANEJAMENTO E BAIRROS**ANEXO 6 – SERVIÇOS DE SAÚDE**

UNIDADE CENTRAL

Bairro Centro:

Consultório Odontológico Dra. Elizabete Ferreira Guimarães Corrade (Privado)

Consultório Odontológico In Plantum (Privado)

Consultório Odontológico Dr. Joaquim Junior (Privado)

Consultório Associados (Privada)

Fisioclínica Heloísa de Fátima (Privado)

Odonto Drumond e França (Privado)

Clínica Pires Lopes LTDA (Privado)

Posto de Saúde (Público)

Laboratório Santa Maria (Privado)

Consultório Odontológico Dra. Márcia Constância Terra (Privado)

Consultório Odontológico Dr. Francisco de Assis de Paula (Privado)

Consultório Odontológico Dra. Anna Cristina Barbosa Tenan (Privado)

Consultório Odontológico Dr. José Henrique Leão Andrade (Privado)

Consultório Odontológico Dra. Carolina Menésio de Barros (Privado)

Consultório Odontológico Drs. Nelson José Oliveira e Rosane Perilo (Privado)

Bairro Praia:

Centro de Diálise de Itabirito (Privada)

Centro de Qualidade de Vida/Saúde Mental (Pública)

Sociedade Beneficente São Camilo – Hospital São Vicente de Paula (Privado)

Clínicas Odontológicas de Urgência (Privado)

Clínica de Fisioterapia e Reeducação Funcional (Privado)

Consultório Odontológico Dr. João Paulo Machado de Andrade (Privado)

Sociedade Beneficente São Camilo – Hospital São Vicente de Paula (Privado)

Clínicas Odontológicas de Urgência (Privado)

Consultório Odontológico Dra. Micheline Carvalho (Privado)

Previcard (Privada)

Centro Municipal de Reabilitação e Fisioterapia (Público).

UNIDADE CHANCUDO

Bairro São José:

1 – Centro Comunitário Pedro Góis (Pública)

UNIDADE NÚCLEO HISTÓRICO

Bairro Boa Viagem:

Unimed (Privada)

Clínica Medica – Especialidades Médicas e Diagnósticos de Itabirito (Privado)

Clínica Médica Ariane (Privada)
 Laboratório Christiano Eduardo (Privado)
 Centro de Pediatria e Saúde da Mulher (Público)

UNIDADE SANTA EFIGÊNIA

Bairro Santa Efigênia:
 1 – Policlínica e Pronto Socorro Mun. Dr. Francisco Rodrigues Carvalho (Público)

UNIDADE VILA GONÇALO

Bairro Saudade:
 Centro Municipal de Pediatria e Saúde da Mulher (Pública)
 Clínica e Laboratório Souza Assunção (Privada)
 Climedi (Privada)
 Centro de Apoio e Saúde do Adolescente (Pública)
 Bairro Vila Gonçalves:
 1 – Policlínica Dr. Baeta Costa – Centro de Tratamento Ambulatorial (Pública)

**LISTAGEM DOS EQUIPAMENTOS POR UNIDADE DE PLANEJAMENTO E BAIRROS
 ANEXO 7 – SERVIÇOS AO CIDADÃO E À CIDADE**

UNIDADE CENTRAL

Bairro Centro:
 Fórum (Federal)
 INSS (Federal)
 Telemar (Privado)
 Cemig (Estadual)
 Posto Avançado da Guarda Municipal (Municipal)
 Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Federal)
 Bairro Praia:
 Delegacia de Polícia (Municipal)
 Prefeitura (Municipal)
 Inamps (Federal)
 Correios e Telégrafos (Federal)

UNIDADE ESPERANÇA

Bairro Esperança:
 Cemitério Parque da Esperança (Municipal)

UNIDADE MONTE SINAI

Bairro Monte Sinai:
 Cemitério (Municipal)

UNIDADE NÚCLEO HISTÓRICO

Bairro Boa Viagem:
 Quarto Pelotão da Polícia Militar de Minas Gerais (Estadual)

UNIDADE SANTA EFIGÊNIA

Bairro Santa Efigênia:
 Terminal Rodoviário (Municipal)
 Corpo de Bombeiros (Municipal)

LISTAGEM DOS EQUIPAMENTOS POR UNIDADE DE PLANEJAMENTO E BAIROS
ANEXO 8 – SERVIÇOS FINANCEIROS

UNIDADE CENTRAL

Bairro Centro:
Banco do Brasil
Caixa Econômica Federal
Banco Popular do Brasil
Banco Bradesco
Banco Real
Bairro Praia:
Banco Itaú

LISTAGEM DOS EQUIPAMENTOS POR UNIDADE DE PLANEJAMENTO E BAIROS
ANEXO 9 – INDÚSTRIAS

UNIDADE CENTRAL

Bairro Funcionários:
Companhia Industrial de Itabirito

UNIDADE ESPERANÇA

Bairro Esperança:
Siderúrgica VDL
Fábrica de Condutores Elétricos DEPHI.
